Rainer Daehnhardt
MULHERES
de ARMAS
e CORAGEM
Quipu

MULHERES DE ARMAS E CORAGEM

Título:
Mulheres de Armas e Coragem
Autor:
Rainer Daehnhardt
Capa:
Quadro a óleo oitocentista representando uma mulher em armadura com a cabeça coberta por um lenço em respeito às leis da Igreja.
Coordenação e Revisão:
Eduardo Amarante/Dulce Abalada
Ilustrações:
Rainer Daehnhardt
Ajuda na pesquisa histórica:
Anizabel Rocha
Digitalização e Fotolitos:
Páginas Elétricas – Lisboa
Composição e Arranjo Gráfico:
Publicações Quipu
Impressão e Acabamento:
Printer Portuguesa
Distribuição:
HT–Distribuição e comercialização de produtos culturais

1ª Edição — Lisboa, Maio 1999

ISBN 972-8408-12-9
Depósito Legal Nº 136 903/99

Publicações Quipu
Rua Maria, 48-3º – 1170-212 Lisboa • Portugal
Tel.: (01) 812 70 97 – Fax: (01) 815 04 01
E-mail: info@quipu.pt
Internet: www.quipu.pt

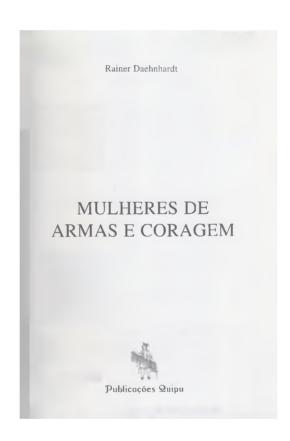
NOTA DO EDITOR

Este livro vem na sequência de uma outra obra do autor, publicada por esta mesma editora, intitulada "Homens, Espadas e Tomates".

As duas obras complementam-se, concluindo a série de alguns dos grandes feitos realizados por homens e mulheres lusos que, pelo mundo fora, escreveram a História de Portugal.

Rainer Daehnhardt

MULHERES DE ARMAS E CORAGEM

Publicações Quipu

ACERCA DO AUTOR

" O acesso à verdade histórica, ao modo como ela de facto se passou, é muito mais difícil do que se possa pensar. Torna-se necessário ler, não só nas entrelinhas, como integrarmo-nos na forma de pensar e agir do escritor, na sua própria época, com os condicionalismos então existentes, e procurar as fontes contrárias, muitas vezes estrangeiras, para assim podermos ver os dois lados da questão ."

Rainer Daehnhardt é descendente de uma família de diplomatas e militares alemães radicados em Portugal há dois séculos. Tendo estudado na Alemanha e em Portugal, especializou-se numa temática invulgar: «O estudo da evolução do Homem através da arma e sua utilização».

Eleito Presidente da Sociedade Portuguesa de Armas Antigas — Portuguese Academy of Antique Arms —, cargo homologado pelo governo em 1972, mantém-se nessas funções, representando Portugal em congressos internacionais e dando conferências em muitas instituições europeias, americanas e asiáticas.

É autor de dezenas de livros e centenas de artigos, na sua maioria ligados à armaria antiga, à História de Portugal ou à preocupação com a evolução da Humanidade.

Os seus vastos conhecimentos devem-se não só ao grande número de documentos e obras de arte adquiridos mas, sobretudo, à sua incansável busca do saber, que o faz percorrer o mundo à procura de respostas, comparando as mais diversas fontes.

Em face da generalizada submissão dos interesses portugueses às vontades de organizações internacionalistas e da crescente dificuldade de acesso ao ensino revelador da lusa identidade, resolvi escrever esta pequena achega, dedicando-a à JUVENTUDE PORTUGUESA, incluindo nela os meus filhos Alexandra, Mariana, Rainer, Catarina, Adriana e os que virão.

ÍNDICE

Fig. 1: Água-forte oitocentista representando Joana de Orleans a entrar vitoriosamente na cidade conquistada para o seu Rei. Quantas portuguesas que, como ela, não se vestiram e armaram como homens, combatendo pela Pátria e pela Fé? Conhecemos algumas, mas, certamente, muitas mais houve.

PREFÁCIO

Quando Rainer Daehnhardt me convidou para escrever as palavras que deveriam preceder o texto do seu último livro, senti um misto de perplexidade e orgulho. Não sou conhecida, logo, o meu nome em nada iria engrandecer a sua obra. Sentindo o peso da responsabilidade que me conferia, aceitei a dupla honra que me concedeu. Primeiro, a de falar sobre um homem que já escreveu mais de trinta livros, que correu mundo e foi convidado para dar centenas de palestras e organizar outras tantas exposições; que é amigo pessoal do Sultão do Brunai e que é, acima de tudo, um homem inteligente, sensível e gentil. Depois, há a honra acrescida de prefaciar uma obra que fala de "Mulheres de Armas e Coragem". Um tributo à capacidade feminina de se imortalizar na História, lado a lado com grandes homens que deixaram o seu nome gravado na memória dos feitos intemporais.

Lembro-me bem do momento em que conheci Rainer Daehnhardt. O seu nome despertara-me atenção por estar associado ao epíteto de "maior coleccionador de armas antigas", por ser um historiador e por provocar controvérsia nos dois campos. Não sabia que homem iria encontrar. Não levava juízos de valor formulados. Não gosto de julgar ninguém pelo que se diz ou deixa de se dizer. Partia simplesmente à descoberta de um ser humano, cujo valor se revelava intrínseco. Levava uma certeza comigo: aquele não era um homem que deixasse indiferente quem o conhecia… nem quem o não conhecia, mas Rainer Daehnhardt é assim mesmo. Impressiona. Pela positiva, ou pela negativa, ou por uma estranha mistura de ambas. A indiferença é um sentimento que não lhe assenta bem.

Estava de pé, à ombreira da porta de sua casa, onde me esperava.

Saudou-me com uma educação esmerada e teve essa deliciosa capacidade de me fazer sentir bem-vinda. Vi, primeiro, a figura de um homem que não conseguia definir. A sua imponência física é a morada de uns olhos meigos e de um sorriso tímido. Uma timidez contrastada numa forte consciência do seu próprio valor e uma enorme auto-confiança perante o mundo, por muito difícil que seja conceber tal conjugação. Rainer sabe quem é, o que quer, o que faz e para onde vai. Acima de tudo, sabe "como" vai. Com uma segurança invejável. Vi, depois, uma modéstia que poderia ser excessiva, não fosse compensada pelo entusiasmo com que contava histórias da História de Portugal. Autoproclamei-o o melhor "contador de histórias" com que já me cruzei, salvaguarda feita a esse grande comunicador que é José Hermano Saraiva.

Depois, acontece Portugal. Confesso-me sensível ao tema, posto que eu própria gosto de me sentir patriota. Nunca encontrei ninguém que amasse tanto e tanto enaltecesse a lusa Pátria como este homem de ilustre ascendência germânica. Amássemos nós este terreno fértil em História, gente e glória, apenas com uma ínfima parcela do respeito que Rainer lhe devota, e seríamos nós próprios o coração dessa bandeira a que tão pouco valor damos. Inevitavelmente recordo as sábias palavras de minha mãe: "ninguém poderá amar-nos, se não nos amarmos a nós próprios".

Mãe, essa mulher de coragem que cruza toda a nossa vida. Mesmo quando não está presente. Como tantas mulheres de coragem que cruzaram o Tempo, vencendo o esquecimento que a morte trás. Não me considero feminista. Gosto demasiado de ser mulher, gosto da deferência que o género masculino me tributa: tanta como aquela que me merece. Sinto-me tão capaz como um homem perante a vida privada e profissional, e enalteço as diferenças que nos tornam suficientemente interessantes aos olhos uns dos outros, para que queiramos embarcar nessa aventura de nos descobrirmos mutuamente. A coragem é indiferente ao matriarcado, tanto como é ao patriarcado. Estamos cansados de conhecer as históricas proezas masculinas, entrecortadas por raras Padeiras de Aljubarrota.

Um homem de *coragem* teve a *coragem* de se lembrar de tantas mulheres de *coragem* que a História tem. "Coragem" também é um nome. Rainer Daehnhardt, essa nova versão de um Príncipe Valente, lançou

mãos aos velhos relatos de pequenos e grandes feitos femininos, e recordou mulheres-guerreiras-mães-amantes-irmãs-amigas. Um herói não é só aquele que salva o Mundo… é também aquele que na sombra conduz um outro alguém à vitória, à fama, ao trono ou à conquista.

"Por vezes são as circunstâncias que fazem nascer os heróis. Isto, obviamente, também inclui as heroínas. Muitas senhoras há que sossegadamente vivem o seu dia-a-dia e nada faz pensar que possam ter capacidade guerreira ou mesmo de liderança. Se as circunstâncias, porém, assim o exigem, rapidamente se transformam em leoas, não só defensoras das suas 'crias', mas de toda a família", diz o historiador no tributo que presta às mulheres com esta obra, onde fala de lutadoras que empunharam armas e enfrentaram o inimigo; estrategas que organizaram a defesa de muralhas ameaçadas; enfermeiras que trataram feridos em campos de guerra; beneméritas que distribuíram pão e ânimo aos desalentados; esposas que foram a força oculta, dedicada e conselheira, de generais que venceram batalhas e desbravaram caminhos. Porque "quando o mar se revolta e os raios, relâmpagos e ventos atormentam, a luz de um farol torna-se o centro da esperança. Por vezes, na vida dos homens, é uma mulher que sobressai no meio das intrigas e dos conflitos e que se torna o pilar da rectidão, da firmeza de carácter e da grandiosidade da alma que, incessantemente, busca no palheiro do impossível a agulha da solução." A prova de que a verdade pode ser dita com poesia é-nos deixada aqui por este homem, com essa mesma grandeza de alma que admira nas mulheres.

Com esta obra, Rainer Daehnhardt não nos recorda apenas as heroínas de tempos idos. Faz-nos olhar para todas aquelas que, nos nossos dias, são anónimas lutadoras de uma guerra quotidiana. Esposas que constroem um porto seguro. Mães que se transformam no leme de um rumo certo… ou que perdem filhos na guerra, na estrada e na própria vida. Trabalhadoras que se desdobram no lar e na profissão. Mulheres de muitos ofícios que a um só tempo são gestoras, educadoras, enfermeiras, professoras, governantas, amantes, estrategas, amigas, conselheiras, cientistas, cozinheiras e protectoras. Já é antiga a frase que nos conta que "por trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher." O inverso também é verdadeiro. Nesta nossa luta não há fortes, nem fracos. Há complementos. Não é fraqueza a ternura de um homem, como não é agressividade a força de uma mulher.

Hoje, há guerra neste canto do Mundo chamado Europa. Os mísseis aliados atingem as cidades da ex-Jugoslávia, onde um homem, muito pouco merecedor desse nome, esqueceu os direitos de outros homens e mulheres. É nos tempos de guerra que mais nos damos conta de que somos todos iguais, de que somos todos homens e mulheres ao mesmo tempo. Ambos sofremos. Ambos choramos os filhos que perdemos. Ambos morremos com uma bala. Ambos sangramos com os estilhaços de uma bomba. E é vermelho o sangue de ambos. Temos a mesma coragem e o mesmo medo: da guerra, da morte... até do amor. Ambos procuramos alcançar a mesma meta, essa felicidade partilhada, esse envelhecer sereno de mãos dadas.

Rainer Daehnhardt compreende e respeita a humanidade que faz parte de todos nós. Bem haja por isso!

Lisboa, 3 de Abril de 1999
Filomena Marta

Arma mihi imperium terræ, maris anchora, veram
Crux dedit vt noſcant Regna ſubacta Fidem.

Fig. 2: Gravura a cobre setecentista representando a Pátria Lusa de forma feminina e armada. Vestida de armadura e assente numa peça de artilharia, leva a Cruz da Fé Cristã na mão esquerda e o chuço, a que se encostou o escudo das Armas Reais, na mão direita.

INTRODUÇÃO

"Deus criou o homem a partir do barro e inspirou-lhe um sopro de vida, tornando-o um ser vivo. Adão encontrou-se diante de Deus, que o contemplava como a um filho. Deus criou uma mulher para Adão, à qual chamou "Eva", quer dizer, mãe de todos os homens. Desta maneira, Deus deu por terminada a sua obra e contemplou o que havia feito; tudo estava bom!". Assim narram as Sagradas Escrituras. Porém, a partir daí as opiniões dividem-se. Enquanto uns reconheciam os méritos da mulher, chegando ao extremo de a endeusar e se auto-escravizar em sua glória, outros houve que nela viam a personificação do demónio, chegando a "cuspir cobras e lagartos" em relação aos seres femininos.

Vejamos o que nos diz um dos mais respeitados Santos da nossa Igreja, São Jerónimo. Este distinguiu-se pelos seus estudos e as suas traduções dos mais antigos textos bíblicos, chegando, a pedido de São Dâmaso, o Papa Português, a criar a "Vulgata" na qual se baseia a nossa Bíblia. Não sabemos quais as suas razões de queixa em relação aos seres femininos, mas deixou-nos esta interpretação:

"Não é conveniente que o sábio tenha mulher. Primeiro, porque é um obstáculo ao estudo da filosofia — e ninguém pode ser escravo ao mesmo tempo dos seus livros e da sua mulher. As senhoras precisam de muitas coisas: vestimentas preciosas, oiro, gemas, luxo, servos, ornamentos diversos para as liteiras e os carros doirados. A seguir, todas as noites vêm as lamentações: Esta apresentou-se em público muito elegante, aquela é cortejada por todos; eu, pobre miserável, sou desprezada nas reuniões de mulheres. Por que olhaste para a vizinha? Por que falaste com uma serva? Quando voltaste do fórum, que trou-

xeste? Nós não podemos ter um amigo nem um companheiro. Se estimamos outra pessoa, logo a mulher imagina que isso corresponde a antipatia para com ela. Se se é pobre, é difícil mantê-la; sendo-se rico, é um tormento suportá-la... Há que prestar atenção ao seu rosto e louvar-lhe a beleza, com receio de, no caso de se olhar para outra, ela julgar que já não agrada. É preciso tratá-la como patroa, celebrar o seu aniversário, jurar pela sua salvação, desejar que ela sobreviva ao marido, respeitar a sua ama e a sua criada, o seu escravo, o seu padrinho, o seu discípulo, o seu camarada — 'et procurator calamistratus et in longam securamque libidinem exsectus spado' —, tudo nomes sob os quais se escondem adultérios. Todos de quem ela gosta, é mister gostar, queira-se ou não. Se se lhe confia o governo da casa, há que ser escravo. Se apetece guardar qualquer coisa para uso próprio, ela julga logo que não merece confiança. Quando estiver doente, há que estar enfermo também — e nunca se afastar do seu leito. Se é uma esposa boa e agradável — ave rara — nós gememos em concerto quando ela dá à luz, somos atormentados em comum se está em perigo, etc".

Assim nos fala um Homem da Igreja que viveu nos séculos IV a V. É curioso verificar que muitas das suas afirmações se adaptam perfeitamente à actualidade.

Para nos aproximarmos dos séculos da expansão portuguesa, período a que esta obra mais se dedica, escutemos a opinião de um aventureiro estrangeiro, o holandês Jan Huygen van Linschoten, que esteve em Goa no século XVI (1583-1588), chegando a secretário do Bispo de Goa. O holandês, na sua obra "Itinerario", publicada pela 1ª vez em 1596, fala dos estranhos costumes que presenciou e também glorifica a fortuna que os portugueses estavam a fazer com os negócios das especiarias, indo ao ponto de publicar mapas das rotas lusas (foi esta obra que causou a interferência holandesa na Ásia). Os autores portugueses, Rodrigues Cavalheiro e Eduardo Dias, analisaram as referências de Linschoten acerca das mulheres de Goa na sua obra "Memórias de Forasteiros"(Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1945) do seguinte modo:

"Linschot releva o hábito da clausura das mulheres dos Portugueses, mestiças ou cristãs, reduzidas ao comparecimento na igreja e a poucas visitas, sempre em palanquim fechado. No entanto, — como já

Fig. 3: Água-tinta francesa do ano de 1806, representando um homem e uma mulher de Goa.

vimos no depoimento de Sassetti —, nem essas medidas, nem o feroz ciúme dos maridos, invocado por Linschot, garantiam a fidelidade conjugal. As damas — informa o Holandês — tinham amantes, e as servas acumulavam as próprias funções com as de alcaiotas. Era mal sem remédio. As pecadoras iam longe nos seus métodos: usavam até o suco da semente de uma erva, chamada *Dutroa*, mistela que adicionavam a qualquer bebida e faziam os maridos ingerir, resultando que estes, ou riam sem parança, ou adormeciam como se estivessem mortos. E assim, mesmo na presença dos desgraçados, recebiam os sedutores. O efeito da beberagem prolongava-se durante 24 horas, e os pacientes recuperavam os sentidos quando lhes lavavam os pés com água fria, sem, contudo, fazerem a menor ideia do que se passara e dera motivo à estranha letargia.

"Por vezes — afirma Linschot —, quando havia testemunhas, o ludibriado matava a adúltera. É que — assegura o Holandês — as leis não estabeleciam punição adequada à hipótese. Ainda assim, e não obstante a frequência dos uxoricídios executados com tal pretexto, as mulheres nem ficavam apavoradas nem abandonavam as práticas de lubricidade. Ao contrário: achavam desejável e gloriosa a morte por amor.

"Exclusivamente ocupadas na tafularia, as mulheres passavam o dia a untar a cabeça e o rosto com sândalo, e a mastigar uma composição de bétele, cal e areca, isto para terem os dentes pretos e os lábios vermelhos. 'Coisa horrível de ver para quem não está habituado', — comenta o Holandês. E resmunga: 'Dizem que tal coisa lhes foi ensinada pelos Hindus pagãos, a fim de conservarem os dentes e terem bom hálito. Qual! Elas mascam as drogas como incitamento lascivo, e para o mesmo objectivo comem várias especiarias afrodisíacas e uns bolos chamados *cachunde*, feitos de plantas aromáticas'.

"As servas-confidentes — prossegue Linschot —, enquanto as amas iam à igreja de noite, cumprir votos, recebiam os seus amorosos nas tabernas e botequins. Os preferidos eram os soldados portugueses, aos quais elas davam, à custa dos patrões, lembranças mais valiosas que o subsídio pago pelo rei. Os patrões, a seu turno, recuperavam o perdido, visto como os filhos das servas lhes pertenciam a título de escravos. E se o pai, sendo homem livre e Português, quisesse resgatar o filho, podia fazê-lo dentro da primeira semana após o nascimento, pagando o que o dono estipulasse".

Fig. 4: Gravura a cobre seiscentista representando a cidade e o porto de Lisboa. A mulher com âncora simboliza A LISBOA. O anjo peregrino é o seu bom anjo protector. Obra de Meisner, de 1638.

Se acrescentarmos à opinião deste visitante quinhentista o relato de uma acção de Vasco da Gama, que mandou açoitar duas mulheres solteiras que clandestinamente tinham embarcado em Lisboa, contrariando ordens tornadas públicas por pregões feitos em Belém, poderíamos ficar com uma opinião pouco simpática acerca das companheiras dos portugueses da era dos descobrimentos. Porém, seria uma opinião tendenciosa, pois, pelos textos acima referidos, chegamos à conclusão de que estes casos fugiam à regra. O que era então normal? Pesquisemos um pouco.

Encontramos nas "Curiosidades da História Portuguesa", de Ladislau Batalha (Livraria Editora Guimarães & Cª, Lisboa, cerca de 1940), algumas referências acerca da mulher nos séculos XVI e XVII e o ponto de vista do povo acerca delas. Assim, diz-nos:

"A instrução era pouco acessível à mulher. As mais doutas saíam do convento que lhes ministrava uma educação freirática, tímida, acanha-

da, quasi sempre isenta de letras, mas sobrecarregada de superstições e preconceitos. Nem as mais ilustradas porém, mereciam a consideração e simpatia geral. O povo dizia e veio dizendo até ao século XVIII: *Mula que faz him e mulher que fala latim raramente têm bom fim".*

Suportando os preconceitos e acaso atendendo às imposições dos instintos, lá se aventuravam até aos conventos; lá iam de cabeça e rosto cobertos de capuzes e os mantos derrubados sobre os olhos, de modo a que ninguém pudesse ver os seus rostos. Era mais fácil fazê-las professar do que levá-las ao altar.

O dilema transformou-se em adágio: "Casá-las ou metê-las a freiras". Por isto, de quando em quando, em ditado que se transmitia de boca em boca, das mães para as filhas, aos serões sob a candeia de azeite ou à lareira, ouvia-se: *"Mãe, que cousa he casar? Filha, é fiar, parir e chorar!"*.

Podemos pensar que esta vida difícil da mulher se situa só na Idade Média e na Renascença. Porém, ainda no século XVIII, Pierre Brault, na obra "Description de la ville de Lisbone", publicada em 1738 em Paris, referindo-se às mulheres lisboetas revela:

"A sua sorte é bem triste. Têm-nas quasi sempre fechadas, e vêem-se até mesmo simples comerciantes terem em sua casa capelas em que mandam dizer missa, para tirarem a suas mulheres e filhas qualquer pretexto para saída. Não podem elas falar senão aos padres e aos frades; estão absolutamente privadas de todo o comércio com os outros homens e não têm mais recreação que de dentro das gelosias olharem para quem passa".

Todas estas referências revelam-nos no seu todo a difícil vida da mulher em geral. O que hoje é natural, outrora foi uma ousadia atroz, não raras vezes classificada como heresia ou blasfémia.

Minha avó contou-me ter apanhado, na sua juventude, o castigo de não poder sair do seu quarto durante um mês, pelo escândalo que uma sua acção causara. Um dia, meu bisavô, Johannes Wimmer, Cônsul-Geral do Império austro-húngaro em Portugal e conselheiro do rei D. Carlos, visitou o monarca na fortaleza de Cascais. Minha avó, então com 16 anos, acompanhava-o, tendo ficado na charrete, fora da fortaleza. Vendo a praia dos pescadores, resolveu descer até lá, descalçar os sapatos e as meias, levantar a saia uns poucos centímetros e passear

Fig. 5: Um naufrágio de uma nau lusa nos baixios do Estreito de Moçambique. Representado por Bertius, em 1597, em gravura a cobre. Dezenas de milhares de portuguesas e de portugueses pereceram em desastres nos mares. Fernando Pessoa soube captar a sua memória nas seguintes palavras:

"Ó MAR SALGADO, QUANTO DO TEU SAL
SÃO LÁGRIMAS DE PORTUGAL!
POR TE CRUZARMOS, QUANTAS MÃES CHORARAM!
QUANTOS FILHOS EM VÃO REZARAM!
QUANTAS NOIVAS FICARAM POR CASAR
PRA QUE FOSSES NOSSO, Ó MAR!

VALEU A PENA? TUDO VALE A PENA
SE A ALMA NÃO É PEQUENA
QUEM QUER PASSAR ALÉM DO BOJADOR
TEM QUE PASSAR ALÉM DA DOR.
DEUS AO MAR O PERIGO E O ABISMO DEU,
MAS NELE É QUE ESPELHOU O CÉU."

de pé descalço na praia molhada. Que ousadia! Que vergonha! Tinham-lhe visto os pés até aos tornozelos! Minha avó sabia que não o devia fazer mas a vontade era tanta que de bom grado aceitou o castigo que lhe caiu em cima. Isto passou-se cerca do ano de 1900, há relativamente pouco tempo.

Estes relatos demonstram-nos que as mulheres viviam tão estranguladas nos preconceitos que, para muitas, o casamento deve ter sido a primeira oportunidade de uma espécie de libertação. Enquanto umas passavam da submissão aos pais à do marido, outras houve que se assumiram como parceiras de uma vida em comum, acompanhando os seus cônjuges, nem que fosse para o inferno.

Sabendo o condicionalismo no qual as mulheres portuguesas nasciam e eram educadas, muito maior é o nosso respeito por aquelas que tão extraordinariamente se comportaram em situações de crise.

Que ninguém tenha dúvidas: a expansão do Mundo Português deu-se por iniciativa dos portugueses e isso inclui tanto os homens como as mulheres. Toda a motivação, os riscos assumidos, as acções de heroísmo extremo, têm atrás de si uma força de origem feminina, transmitida pelas mães, esposas e filhas aos seus homens. Sem a mulher portuguesa não teria havido Portugal. Sem a mulher portuguesa não teria nascido o Portugal-Global que continua a existir nos corações de milhões de seres espalhados pelo mundo fora, indiferentemente das traições e mutilações causadas por forças estranhas à alma lusa!

A Grande Caminhada lançada das terras de Viriato, onde páginas significativas da evolução do ser humano foram escritas pela lusa gente, é uma caminhada a dois! O português e a portuguesa compartilharam tanto os perigos como as lágrimas, as alegrias nas vitórias como as amarguras nas derrotas. Ele e ela formam um todo no cumprimento da vontade divina!

Esta interligação não passou despercebida à sensatez do povo que por vezes até reconhece à mulher uma certa superioridade. É que, precisamente por demonstrar o contrário, mais facilmente alcança essa tal superioridade em benefício dos dois.

Simplificando a questão, diz a voz do povo:

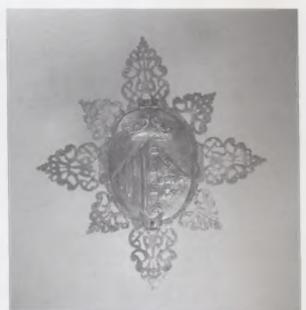
"O homem é quem manda;
A mulher é quem decide!"

Quem pensar um pouco sobre estas palavras, vai chegar à conclusão

de que elas mostram a interligação dos dois, sem oposição, ou sujeição, onde a cada um cabe o seu lugar, qual deles o mais importante. O benefício é para os dois e para as gerações vindouras.

A presente obra é uma pequena colectânea de "mulheres de armas e coragem" que nos mostra casos em que portuguesas valentemente pegaram em espadas, bestas, chuços e espingardas para defender os seus e outros onde ousaram, contra tudo o que estava estabelecido, evoluir de forma autodidacta, acabando por assim exercer funções de grande responsabilidade e mérito.

Chamar a atenção dos leitores para a existência destas formidáveis senhoras é um simples dever de todo aquele que deseja que a verdade acerca da forma portuguesa de estar no mundo seja conhecida!

Figs. 6 e 7:
Quando se abriu o túmulo da Rainha Santa Isabel (no séc. XVII), encontraram-se rosas em admirável estado de conservação. Fizeram-se alguns relicários em prata para guardar estas rosas. Representam na frente (em cima), a imagem da Santa com as rosas na mão e no verso (em baixo), o seu brasão.

A PACIFICADORA

O casamento régio sempre foi, em primeiro lugar, uma jogada política. Desde que o dinheiro entrasse nos cofres do Estado e as condições vinculativas fossem aceitáveis, tudo estava decidido.

"É difícil encontrar algo menos romântico que estes casamentos. Em esferas mais humildes era costume dar-se além da noiva um dote. Mas em casamentos reais dava-se, além do dote, uma noiva! Consultava-se os políticos, os homens de leis e os chefes militares; a última a ser consultada era a noiva. A última coisa que se procurava no noivo e na noiva era o amor. Duas vidas eram assim entrelaçadas até à morte, sem o único sentimento que podia diferenciar a sua união da escravidão. A esta tirania tinham que se submeter homens e mulheres para serem reis e rainhas" (em "A Rainha Santa Isabel de Portugal" de Vincent Mc. Nabb, Lisboa, 1938).

Foi deste modo que se enviou a jovem princesa aragonesa para Portugal. Podia ter-se acomodado com o seu destino e ter-se preocupado com prazeres supérfluos. Mas não, tratava-se da Infanta D. Isabel de Aragão, sobrinha da Santa Isabel da Hungria (a quem se atribui a origem da lenda do "milagre das rosas"). D. Isabel de Aragão casou com D. Dinis, tornando-se Rainha de Portugal. Raras são as nossas Rainhas que de tal forma se identificaram com o destino do país e da sua gente como o fez D. Isabel. Muito se fala acerca das suas obras misericordiosas, o que, de resto, sempre cai bem a uma Rainha, mas que em nada a destaca de qualquer outra dama da alta sociedade. O que lhe deu o nome de "Rainha Santa" não foi isso, mas uma aglomeração de factos individuais que, no seu todo, nos demonstram que o país vivia a benesse de um reinado com um Rei excepcional, acompanhado de uma

Rainha transcendente. Instalar escolas femininas, sentar-se no meio das donzelas e ensinar a fiar, pode ser considerado um acto simpático e invulgar. Intervir com o Papa Nicolau IV e conseguir o levantamento da excomunhão que já há anos pesava sobre D. Dinis e todo o Portugal, já foi algo que não se esperava. Convocar uma reunião de clérigos e laicos para impedir o estalar de uma guerra civil, foi uma demonstração pública de uma vontade férrea de alguém que desejava o bem, por muito caro que lhe saísse. D. Dinis e o seu irmão D. Afonso tinham-se desentendido e estavam a armar os seus exércitos. Os termos da conciliação em que ambos assentaram e que foram exclusivamente conseguidos pela Rainha, trouxeram a paz ao país mas custaram a D. Isabel uma boa parte dos seus bens que cedeu, para este efeito, à sobrinha de D. Afonso.

O povo disse: "A Rainha ficou pobre mas ofereceu-nos a paz!". Só quem conhece a guerra sabe o que a paz significa e Portugal conhecia a guerra e estimou a paz.

Doze vezes interveio D. Isabel em defesa da paz. As constantes disposições para a guerra entre D. Dinis e D. Afonso mantinham aceso o perigoso fogo que facilmente se poderia tornar em guerra civil. As disputas entre Jaime II de Aragão e Fernando IV de Castela, tudo ela acalmou e pacificou, tornando-se numa espécie de "Divindade apagadora de fogos bélicos".

Quando os exércitos se confrontavam na nossa península, lá aparecia a Rainha Santa, montada numa mula, separando os adversários. Nem as chuvas de flechas, nem os gritos de guerra, nem os milhares de homens de armas a faziam parar. Ela confrontava tudo e todos e ninguém a ousava tocar. O respeito pela sua coragem, a nobreza da sua acção, eram reconhecidos por todos e muitas vezes conseguiu no último momento, quando para todos a paz parecia perdida de vez, levantar a voz serena da razão e do amor. Envergonhados e humilhados, milhares de combatentes baixavam as suas armas e deixavam a Rainha Santa convencer os seus amos a desistirem da contenda. Quantos milhares não lhe ficaram a dever a vida? Quantas mães não ficaram felizes por verem os seus filhos regressar? Quantas mulheres não rezaram em agradecimento a Deus por lhes ter enviado aquela Rainha Santa, que permitia que os seus amados voltassem sãos e salvos de um campo de batalha, que não se tinha dado?

Fig. 8:
Gravura a cobre setecentista que representa a Rainha Santa Isabel com o seu marido, D. Dinis de Portugal.

Quem é o melhor general? O que vence a guerra? — Nem por isso! Quem guerreia causa mal, sempre de ambos os lados! Não há bons nem maus num campo de batalha! Só há tristeza causada e tristeza recebida! O melhor dos generais é o que defende a causa sem perda de homens e sem causar mal a nenhuma das partes! — Pode dizer-se que isso é impossível. — Erro total! A Rainha Santa bem o demonstrou!

"O seu culto pela paz depressa prevaleceu. Quando a Rainha Maria, mãe e Regente do jovem D. Fernando, a convidou para uma conferência ela aceitou logo. Em três dias estas duas mulheres conseguiram em frutos de paz para os seus contemporâneos, mais do que os homens com anos de guerra" (na obra acima citada).

A sua vida não foi fácil. As conspirações da corte conseguiram injectar veneno no seu marido contra ela e, assim, viu-se banida para Alenquer. Durante o seu exílio continuou a ajudar os mais necessitados e a tratar de assuntos políticos com o Papa e os Reis seus familiares.

As intrigas na corte tanto aumentaram que até contra o Rei se viraram, formando-se exércitos chefiados por dois generais que se propuseram escoltar a Rainha e trazê-la de volta a Lisboa. D. Isabel, porém, respondia que antes queria suportar a pobreza e todas as injúrias do que consentir que se desencadeasse uma guerra que a envolvesse. Formalmente proibiu a estes militares que começassem uma luta com tal fim.

A vitória, que a humildade da Rainha Santa queria evitar que surgisse pela força das armas foi, por fim, alcançada por essa mesma humildade. O Rei soube das suas recusas aos militares e achou por bem tê-la a seu lado na corte, tirando-a, assim, do exílio.

Surgiu então o grave desentendimento entre o seu marido e o seu filho. O Infante chegou a desembainhar a espada perante o Rei. Isto significava a morte, ou de um ou do outro. Novamente interveio a Rainha Santa. Conseguiu que o filho voltasse a embainhar a espada e que o marido só o desterrasse para Coimbra, salvando-se a vida e a honra de ambos. Porém, o afastamento entre pai e filho era já muito grande. Ano e meio depois, reencontraram-se, chefiando os seus exércitos. No campo de Alvalade começou a batalha. Cavalaria contra cavalaria, infantaria contra infantaria, portugueses contra portugueses. Lanças, flechas e pedras voavam em todas as direcções. Mortos e moribundos enchiam o campo de batalha. Desta vez, pai e filho estavam envolvidos em luta mortal. "De repente uma mula a galope rasga caminho entre os combatentes na confusão medonha entre as espadas faiscantes. A mula era montada por uma mulher: a Rainha. Desafiando os projécteis que choviam em redor dela parecia uma visão celestial; sozinha, pois ninguém se atrevia a segui-la; sem armas, além da sua fraqueza; as suas mãos juntas em súplica. O efeito produzido foi irresistível; todos se mantinham em suspenso e deixavam de lutar. Entretanto, El-Rei e seu filho, comovidos até às lágrimas por tanto amor e heroísmo, reconciliaram-se mais uma vez no sangrento campo de batalha. Então, por indicação da Rainha, ante os dois exércitos, o Infante beijou a mão a seu pai; e El-Rei, com o perdão, deu a benção a seu filho. E foi de maneira tão nobre que findou a luta parricida que durava há cinco anos".

A meu ver, a Rainha Santa Isabel foi um dos melhores generais de todos os tempos!

Fontes: "Catalogo Chronologico, Historico, Genealogico e Critico das Rainhas de Portugal". D. José Barbosa, Lisboa, 1727.
"A Rainha Santa Isabel de Portugal". Vincent Mc. Nabb, Lisboa, 1938.
"Portugal Diccionário Histórico". Esteves e Rodrigues, Lisboa, 1911.

PÃO PARA O INIMIGO

Por vezes são as circunstâncias que fazem nascer os heróis. Isto, obviamente, também inclui as heroínas. Muitas senhoras há que sossegadamente vivem o seu dia-a-dia e nada faz pensar que possam ter capacidade guerreira ou mesmo de liderança. Se as circunstâncias porém, assim o exigem, rapidamente se transformam em leoas, não só defensoras das suas "crias" mas de toda a família.

Isto é-nos bem demonstrado pelo exemplo de D. Deuladeu Martins, mulher de Vasco Gomes de Abreu, alcaidessa-mor de Monção. Até o nome que ficou ligado a esta senhora é curioso. Possivelmente não era o seu nome de baptismo mas sim aquele que a história lhe dedicou. "Deuladeu" vem de "Deus a deu", o que faz dela uma dádiva divina.

Tudo se passou em pleno séc. XIV. As negociações políticas entre Portugal e Castela mais uma vez deram para o torto e Henrique II de Leão e Castela declarou guerra a D. Fernando I de Portugal. Todas as fortalezas fronteiriças tinham de se precaver contra eventuais invasões. O alcaide-mor ausentou-se de Monção para tratar de assuntos de grande importância, de uma guerra que se pensava estar iminente. O que não se esperava é que ela começasse tão de repente e precisamente na fortaleza de Monção.

Quem é que podia acudir nesta situação aflitiva, ainda para mais na ausência do alcaide-mor?

Todos os habitantes de Monção se viraram para a senhora e D. Deuladeu Martins assumiu em pleno o lugar para o qual o destino a empurrara.

"A corajosa senhora, na falta de seu marido, assumiu intrepidamente o commando da praça, dando a todos o exemplo de bravura,

apresentando-se em todos os combates nos sítios de maior perigo, arremessando sobre o inimigo penedos e materias inflammadas. Quando os inimigos conseguiram abrir brecha, logo ella se apresentou ali de espada em punho, como o soldado mais destemido. A valorosa senhora, com a sua bravura, animava os mais valentes, e ao mesmo tempo tratava carinhosamente dos feridos, dando com generosidade tudo quanto possuia nos seus vastos celleiros, para sustento da guarnição. Mas o cêrco durava, os víveres iam-se esgotando, chegando a haver apenas no celleiro uma pequena porção de trigo. Então a heroica mulher mandou fazer pães, e do alto d´uma das cortinas da praça, arremessou-os ao inimigo, a que iam também faltando os mantimentos, dizendo-lhes: 'A vós, que nos não podeis tomar pelas armas e nos quereis fazer render pela fome, dizemos: somos mais humanos que vós, e como nos achamos bem providos, vendo que não estaes fartos, vos enviamos este socorro, e vos daremos mais, se o pedirdes'. D. Pedro Rodrigues Sarmento, por este facto, julgando a praça muito bem provida, levantou o cêrco, e partiu com o seu exercito para Galliza. A heroina foi muito victoriada pelo povo, como sua libertadora, e em sua honra, e para memoria d´este facto, a villa tomou-a para as suas armas, cujo escudo figura Deu-l´a-deu na torre atirando com os pães ao inimigo".

A sua estratégia estava certa. Usou a cabeça como arma, demonstrando uma força inesperada e acabou por dar uma reviravolta à situação militar. Não se sabe quem melhor poderia ter assumido o comando.

Fontes:"Portugal Diccionario Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª editores, Lisboa, 1911.

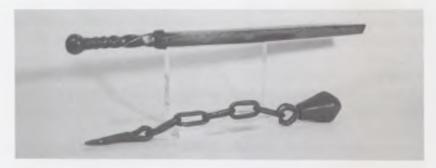



Fig. 9: Armas raras dos séculos XIV a XV. Uma maça de armas que servia para quebrar as lâminas ao adversário e um pomo de uma espada gótica remontado numa corrente. Esta encontrava-se presa a uma curta haste servindo de chicote de armas.

UM DUELO ENTRE MULHERES NA RECONQUISTA DE MELGAÇO

Durante as guerras do Mestre de Aviz, D. João I de Portugal, contra D. João I de Castela e seu filho (1384-1393), tornou-se célebre Inês Negra, natural de Melgaço.

"Os castelhanos nos tinham tomado a maior parte das povoações fortificadas do Alto Minho; mas o valor portuguez tinha obrigado a capitular o forte castello de Neiva. Vianna tinha sacudido o jugo hespanhol, pela bravura de um escudeiro, apellidado o Frisus, que pondo-a à testa do povo, atacou o castello, fazendo prisioneira toda a guarnição inimiga, mas ficando mortalmente ferido o valoroso escudeiro. Ponte de Lima foi resgatada, pelo valor de alguns dos seus naturaes, em premio do que, o rei lhe mandou collocar os bustos sobre as vergas das portas.

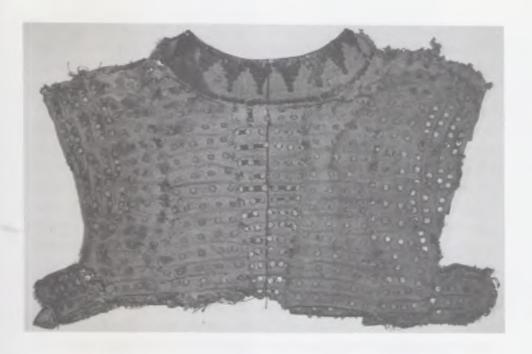
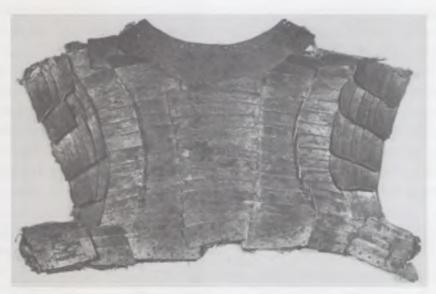
Monção, Villa Nova de Cerveira e Caminha, se entregaram sem custo.

Finalmente em toda a província do Minho, só Melgaço estava pela voz de Castella. Tendo de guarnição 300 infantes e 300 cavalos, porfiava na resistência.

D. João I, em pessoa, pôz cerco a Melgaço. Havia dez dias, que o assedio durava sem outra consequência mais, do que escaramuças, que nada decidiam. Então o rei portuguez mandou fabricar um castello de madeira, que ficasse a cavalleiro das muralhas, cuja construcção levou 20 dias. Os cercados, receando o assalto, deram signal de armistício, e foi à praça, João Fernandes Pacheco; porém Alvaro Paes, propunha taes condições, que nada se conseguiu.

O rei mandou activar os preparativos do assalto, jurando que elle

Fig. 10:
As mais antigas representações do Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, mostram-no sempre como infante, portando um BICO DE CORVO: uma arma de infantaria com lança ao meio, martelo de três bicos para um lado e um largo e perfurante bico para o outro. Quem o soubesse manejar, não só se podia defender de um cavaleiro atacante como até derrubá-lo e derrotá-lo.

Fig. 11: Pormenor do Bico de Corvo onde se vê a sua punção embutida em latão numa das faces do bico.

Figs. 12 e 13:
Frente e verso de uma bergantina quatrocentista. Representada nos painéis de S. Vicente e usada pela lusa gente aos milhares, trata-se do último fragmento de uma destas raras couraças que ainda hoje existem em Portugal. Centenas de pequenas lâminas de ferro eram cravadas num gibão, oferecendo protecção e mobilidade, ao mesmo tempo que evitava que o calor do sol aquecesse demais o metal.

proprio o commandaria.

Dentro da praça havia uma mulher muito valente, parcial dos castelhanos, que renegára a sua pátria, pois era d'aqui mesmo natural.

Sabendo ella que no arraial dos portuguezes estava uma sua conterranea, ousada e valorosa como ella, a mandou desafiar a um combate singular. Ignez Negra (a desafiada) aceitou o repto, e se dirigiu logo para o ponto designado, que era a meia distancia do arraial e da villa. Já lá estava a arrenegada (como então se dizia) e o combate começou encarniçado, terrivel e desesperado, como duas viragos, ferindo-se com as mãos, unhas, dentes, depois de partidas as armas de que vieram munidas. A aggressora ficou debaixo, e teve de retirar para a villa, corrida, ferida e quasi sem cabello levando nos focinhos muitas nodoas das punhadas da de fóra que ficou victoriosa.

Os portuguezes fizeram grande algazarra aos castelhanos. No dia seguinte era a praça dos portuguezes, e Ignez Negra, cercada de besteiros, estava no alto da plataforma, onde o pendão das Quinas ondeava avante, no mastro em que na vespera se ostentava orgulhosa a bandeira dos leões e torres de Castella, e dizia no seu transporte de alegria — Mas vencemos-te! Tornaste ao nosso poder. És do rei de Portugal!" (Portugal Antigo e Moderno, de Pinho Leal, 1873).

É bem possível que este duelo entre as duas mulheres tivesse origem num antigo desentendimento. Eram ambas oriundas desta bela cidade minhota. As circunstâncias, porém, em que se deu este duelo, tornou-as grandes defensoras de causas contrárias. Facto é, que duas portuguesas lutaram perante dois grandes exércitos e o resultado desta peleja teve tanto peso moral para a guerra que a fortaleza caiu em mãos portuguesas no dia seguinte.

Fontes:"Portugal Antigo e Moderno". Pinho Leal, 1873.
"Portugal Diccionario Historico". Esteves e Rodrigues, Lisboa, 1911.
"Cronicas dos Reis de Portugal". Duarte Nunes de Leão, séc. XVI.
"Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira".

A NOSSA PADEIRA DE ALJUBARROTA NA LENDA E NA REALIDADE

Dona Brites de Almeida era natural de Faro e filha de pais laboriosos e humildes. Desde muito criança denunciou o seu génio irascível e de certa forma desordeiro, só pensando em esgrimir no jogo de pau. Desafiando toda a gente saía quase sempre vencedora.

Tendo ficado orfã, aos 26 anos vendeu a casinha que herdara em Loulé, onde a família vivia e empregou-se no negócio de gado. Andava então de feira em feira, sempre de varapau em punho. Raras vezes deixava de ter questões com aqueles com quem tratava, acabando nestas contendas por quebrar cabeças e causar muitos distúrbios. O seu valor começou a divulgar-se e a criar fama e um soldado alentejano entusiasmou-se e falou-lhe em casamento. Brites de Almeida declarou então ao pretendente, que só poderia realizar-se o enlace conjugal depois de brigarem ambos, e no caso dela ficar vencida. O alentejano aceitou a proposta, e marcou-se dia e local para a luta. O resultado foi a morte do soldado, tendo Brites de fugir à justiça. Tentando sair do Reino para Espanha, zarpou de Faro, sozinha, numa lancha, mas acabou por ser feita prisioneira por uns piratas argelinos que corsavam as nossas costas em busca de presas fáceis. Acabou por ser vendida a um mouro corpolento que já tinha dois cativos portugueses. Pensando em recuperar a liberdade, combinou com os dois companheiros de escravidão o assassínio do mouro seu senhor, para em seguida fugirem para Portugal. Dito e feito. Dona Brites voltou a terras lusas, separando-se depois dos seus companheiros. Receando ser ainda perseguida pela morte do alentejano, disfarçou-se com roupas de homem e exerceu, durante muito tempo, a profissão de almocreve. Mas o seu

génio sempre a acompanhou e depois de matar um outro almocreve, acabou por ser presa e metida nas masmorras de Lisboa. Não se sabe como conseguiu sair da prisão e se fez a caminho de Aljubarrota, onde tomou o lugar de ajudante numa padaria. A padeira caiu doente. Aparecendo um dia morta, Dona Brites ficou proprietária da padaria. Chegou o dia da batalha (14 de Agosto de 1385) e o povo da vila e das cercanias assistia nos pontos mais elevados àquela luta e folgava vendo a derrota dos castelhanos, porque desta dependia a nossa independência. Os inimigos puseram-se em fuga, mas o povo precipitou-se sobre eles, e poucos escaparam à sua ferocidade. Dona Brites capitaneava um troço de populares. Armada com a pá do forno, não houve castelhano que se lhe aproximasse, que não perdesse a vida. Diz a tradição que a valorosa padeira, ao cair da noite, encontrara escondidos no forno, que já estava apagado, sete castelhanos que assim tentavam escapar à fúria da populaça. Não escaparam porém à pá da padeira de Aljubarrota, que os matou um a um.

É o que nos dizem os nossos historiadores mas sempre acrescentando, à cautela: "assim reza a história". Na Catalunha conta-se a mesma história de uma padeira catalã que matou sete castelhanos.

Fonte:"Portugal Diccionario Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª Editores. Lisboa, 1911.

Fig. 14:
Peitoral quatrocentista forjado de uma só peça. Protegia contra golpes de espada e flechas. O seu feitio arredondado servia para desviar a ponta da lança ou do virote de besta, que eram as principais armas que o conseguiam perfurar (para além do martelo e do bico de corvo).

Fig. 15: Bandeira oitocentista comemorativa da utilizada por D. Nuno Álvares Pereira na Batalha de Aljubarrota. Séc. XIV (1385).

Fig. 16: Bronzes dourados e prateados de um anjo e de um suíno. Séc. XIV/XV.

QUEM CONSOLA QUEM?

D. Mécia Vasques, aia dos filhos de D. João I, viveu com a Família Real portuguesa, acompanhando as suas tristezas e alegrias. Também foi mãe de um excepcional português. Trata-se de Vasco Fernandes de Ataíde, um cavaleiro destinado a proteger o Infante D. Henrique. Assim, quando este Infante, ainda jovem, acompanha seu irmão mais novo e seu pai na tomada de Ceuta (1415), Vasco Fernandes de Ataíde, na qualidade de governador da casa do Infante, também o acompanha.

Durante a batalha e perante a superioridade numérica do adversário, acabaram as forças portuguesas por se dividir, surgindo assim uma grande quantidade de combates individuais. O Infante D. Henrique entusiasmou-se com os resultados obtidos com a sua espada e, perseguindo alguns adversários que preferiram a fuga, acabou por se afastar significativamente dos diferentes grupos de portugueses, chegando a haver dúvidas sobre se ainda estaria vivo ou não.

Em grande aflição, Vasco Fernandes de Ataíde combatia os mouros que se encontravam entre ele e o lugar onde se supunha estar o Infante. Acabou por se lhe juntar no momento decisivo. Os mouros já se tinham apercebido do atrevimento desmesurado do filho do rei cristão e cercando-o, já o consideravam presa fácil. A vinda de Ataíde fez pender o fiel da balança para o lado português e os dois conseguiram salvar-se de situação bem difícil. Tudo isso se deu junto à muralha de Ceuta, sob o olhar dos mouros que ainda defendiam a fortaleza. Um deles deixou então cair uma grande pedra na cabeça de Ataíde, que faleceu instantaneamente.

O desgosto dos portugueses foi imenso e nem a tomada de Ceuta o veio quebrar. O Infante, em sinal de luto, deixou de fazer a barba durante um ano e três meses.

É o Rei em pessoa quem conta à mãe que perdera o filho na conquista e, ela, só queria que lhe dissessem como. Posta ao corrente, ela vira-se para o Infante que tristíssimo e inconsolável voltara com péssimo aspecto, e diz-lhe:

"Ah! Senhor, mas o que é isto? Onde está a vossa virtude real, a vossa alteza e também a vossa juventude? Porque chorais e estais enlutado como uma mulher? Isso não Vos fica bem.

Sou eu quem deve chorar, sou eu quem deve estar de luto pela morte do meu único e bom filho que jamais voltarei a ver. Mas a Vós, Monsenhor, não Vos poderão faltar servidores que Vos servirão tão bem e melhor, pelo que Vos suplico que recobreis o ânimo."

D. Mécia Vasques, a aia do Infante D. Henrique, ao receber a notícia da morte do seu único filho, assume o lugar de consoladora, perante a profunda tristeza do Infante.

Uma grande mãe e grande portuguesa, cujo sentido de prioridades nem a pior das circunstâncias conseguiu abalar.

Fontes: "DU RÉCONFORT DE MADAME DU FRESNE"—manuscrito quatrocentista de António La Salle, um francês que tomou parte na tomada de Ceuta e que foi publicado em 1881 em forma de livro. In "MEMÓRIAS DE FORASTEIROS", de Rodrigues Cavalheiro e Eduardo Dias, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1945. "PORTUGAL DICCIONÁRIO HISTÓRICO". Esteves e Rodrigues, Lisboa, 1911.

Fig. 17:
Litografia oitocentista que representa o nosso Infante D. Henrique. O peitoral da sua armadura ostenta a cruz da Ordem de Cristo e a riste para o apoio da lança.

MULHERES EM TRAJES MASCULINOS

A tomada de Ceuta em 1415 trouxe não só portugueses para o Norte de África, mas também as suas companheiras, que, na solidificação do poder luso nesta praça, tiveram papel de grande importância. Não só acudiram os feridos e encorajaram os seus maridos mas também, não poucas vezes, e por a aflição ser tanta e a falta de mãos uma constante, no próprio combate.

Rapidamente algumas das portuguesas de Ceuta se assumiram em pleno como guerreiras. Assim, Gomes Eanes de Azurara, na sua Crónica da Tomada de Ceuta e com certo espanto, diz-nos que chegaram a vestir trajes masculinos.

Temos de compreender o espanto ou mesmo a repreensão do cronista por este facto. Vivendo no séc. XV, tinha e esperava dos seus leitores pleno conhecimento da proibição eclesiástica de mulheres usarem roupas masculinas. Não foi precisamente esta uma das razões últimas a que os justiceiros recorreram para sentenciarem Joana de Orleans à morte na fogueira?

As portuguesas de Ceuta não pretendiam masculinizar-se e, por outro lado, nada as separava da sua fidelidade à Igreja. A participação no combate porém, demonstrava que a roupa feminina não só não era prática, como altamente prejudicial. Assim, por razões meramente militares que permitiam um significativo melhoramento da sua acção guerreira, resolveram cometer o acto condenável de usarem trajes masculinos.

É interessante saber-se que a sua intervenção guerreira teve tanto brio, que nem os mais fervorosos "ratos de sacristia" ousaram acusá-las e não houve intervenção punitiva por este facto.

D. Pedro de Menezes, governador daquela praça africana desde 1415 até 1437, referiu-se às portuguesas de Ceuta como "PESSOAS DE GRANDE VIRTUDE".

A sua própria mulher talvez não o tivesse a ele na mesma conta. Escreveu uma carta ao Rei, já que deixara de fazer sentido chamar a atenção ao próprio marido que, como governador, era a entidade máxima da praça. Na carta, queixa-se ao monarca que D. Pedro de Menezes não despia a sua cota de malha há 16 anos! A noção de higiene era diferente naquela altura e não nos compete fazer comparações com as nossas exigências actuais. Mas o que é demais é mesmo demais e a senhora devia ter imensas razões na sua queixa. Não se conhece a resposta do Rei mas, indirectamente, a carta demonstra-nos o ambiente guerreiro que então se vivia em Ceuta. Os homens dormiam armados! Era frequente as sentinelas gritarem "MOIRAMA! MOIRAMA!" no meio da noite e todos os combatentes terem de correr para os diferentes baluartes e muros para defenderem a cidade das tentativas de escalamento que se mantiveram durante décadas. A queda de Ceuta estava a prémio e vieram muçulmanos de longe para tentarem a sua sorte (sempre em vão).

Temos de avaliar as acções das portuguesas tendo em conta as circunstâncias de perigo, de morte ou escravatura que a todos esperava, caso Ceuta caísse. Isto explica tanto o facto de as portuguesas de Ceuta se assumirem como guerreiras, como a ausência de críticas por parte do clero por usarem roupas masculinas.

Entre as heroínas de Ceuta destacou-se, no ano de 1418, Leonor Afonso, que chefiou um grupo de portuguesas que se portaram com grande valentia durante o grande cerco que os norte-africanos fizeram à praça lusa.

Fonte:"Crónica da Tomada de Ceuta". Gomes Eanes de Azurara, edição de 1644.

Fig. 18: Cálices portugueses dos séc. XV e XVI.

Fig. 19: Caldeirinha gótica de água-benta. Séc. XV.

EM SUA HONRA CRIOU-SE A ORDEM DO TOSÃO DE OURO

Há mulheres que encontram uma razão de existência no seio da sua família. De tal forma se empenham e bem nesta tarefa que nem possuem outro modo de vida fora do âmbito do seu lar. Também há as que, embora se dedicando à família, encontram outras formas de realização pessoal. Viram-se para uma profissão ou para obras de seu interesse. O seu âmbito ultrapassa o do lar mas, ainda assim, vivem numa área geográfica relativamente perto do seu local de nascimento.

No caso dos casamentos políticos, as noivas eram desenraizadas e colocadas em locais distantes, tal qual um transplante. Poucas eram as infantas que mantinham uma profunda ligação com a casa que as vira nascer, optando geralmente por fechar o capítulo das suas origens e abrir um novo, dedicado ao seu marido e aos filhos que porventura nascessem desse casamento.

Porém, ainda que raras vezes, surgiram princesas com um espaço geográfico de acção muito mais vasto. Batalhavam para afastar todos os impedimentos e construíam um mundo à sua medida.

Um lugar de relevo neste contexto merece a Infanta D. Isabel de Portugal. Filha de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, membro da Ínclita Geração, com irmãos que viajavam pela Europa e conquistavam praças em África, planeando a odisseia a nível global, tinha talvez uma mais vasta noção do horizonte do que a maioria das mulheres da sua época.

Nascida em 1397, veio a casar com o Duque de Borgonha. Teve muitos pretendentes mas, por razões de Estado, acabou por ser enviada para o Mar do Norte. Filipe III da Borgonha, cujo cognome era "O

Bom", enviuvara já por duas vezes. Era um dos mais poderosos soberanos europeus do seu tempo, corajoso e guerreiro, tendo conquistado a Holanda e a Zelândia que juntou à sua Borgonha, tornando-a um poderio significativo, tanto militar como comercial.

Não sabemos o que mais o entusiasmou neste casamento: se o facto de se tratar da filha de D. João I de Portugal, se a beleza da Infanta, se o dote que a acompanhava. Este era importantíssimo para a época: sessenta mil reis. Enviou uma esquadra de 39 vasos de guerra a Lisboa para vir buscar a princesa. O casamento realizou-se em Bruges com grande pompa e circunstância.

O Duque de Borgonha recebeu a noiva com as maiores demonstrações de respeito e regozijo e há quem diga que caiu de amores por ela. As festas do casamento (1429) foram sumptuosas, como nunca se havia visto naquele país.

Para maior pompa e em honra de sua esposa, o Duque de Borgonha instituiu a nobilíssima Ordem do Tosão de Ouro, que só se confere a soberanos e a pessoas da mais alta nobreza. Na sua instituição, esta ordem tinha 39 cavaleiros, que era o número de navios de que se compunha a esquadra que viera buscar a nova duquesa a Lisboa. A ordem milita sob o patrocínio e tutela de Nossa Senhora e do apóstolo Santo André; a sua insígnia é uma pele de cordeiro em ouro, o velo de ouro dos argonautas. Estes, guerreiros navegadores da mitologia grega, metiam-se em grandes aventuras à procura do cordeiro com lã de ouro. É interessante que esta distinção, ainda hoje considerada a mais nobre a nível internacional, tenha sido criada pelo Duque de Borgonha que, de certa forma, se considerava um argonauta que havia encontrado o seu cordeiro de ouro, a Infanta D. Isabel de Portugal. A partir do séc. XVI, esta condecoração só pode ser conferida pelos Imperadores da Áustria e os reis de Espanha.

Será que a nossa Infanta merecia tanta honra? Pelo que a seguir vamos ver, merecia tudo isso e muito mais, pois tratou-se de mais uma de tantas excelentes senhoras que a Pátria Lusa deu ao mundo e que cumpriram de forma extraordinária a missão que lhes coube!

As virtudes e a elevada inteligência de D. Isabel tornaram-na digna de partilhar a liderança do Ducado de Borgonha, um dos maiores do seu século. Quando, em 1434, o duque teve de se deslocar a Flandres, ficou a duquesa a reger os estados. A forma como desempenhou supe-

riormente este cargo espinhoso em circunstâncias difíceis, assegurou--lhe o pleno reconhecimento das suas qualidades de liderança. Desde então, passou a tomar parte activa nas negociações com a França, Inglaterra e outras potências. Assistiu ao Congresso de Arras (1435) e promoveu a conclusão de um tratado de comércio entre a Inglaterra e a Borgonha (1439).

Também interveio a favor de outros, só porque sabia que a sua diplomacia era bem aceite e podia ajudar. Foi ela que conseguiu a libertação do Duque de Orleans, que ficara prisioneiro dos ingleses na Batalha de Azincourt (1415). A vida da duquesa D. Isabel foi uma sequência de acções nobres, virtuosas e cavalheirescas. Em 1453, tendo recebido a notícia de que o baluarte da Cristandade frente à imensidão da Ásia, a velha capital bizantina, Constantinopla, tinha sido tomada pelos turcos, escreveu com o seu próprio punho a todos os grandes príncipes cristãos, animando-os a recuperá-la e oferecendo-se com todos os seus vassalos para companheira dos trabalhos da conquista. Só Portugal alinhou nesta cruzada geral contra o Islão. Os outros só viam as despesas que uma guerra destas traria e não viam nisso algum proveito. Constantinopla já tinha sido saqueada e mesmo que a libertassem, teriam de a devolver aos seus donos originais, que nada tinham para dar em agradecimento pelo feito.

D. Isabel viu a questão como portuguesa, em dimensão global. Os outros regentes europeus viam a questão de forma contabilística, pesando os prós e os contras nas tabelas do deve e do haver e não se assumiam como cristãos, cujo primeiro dever era o de ajudar o irmão cristão a quem tinham roubado o lar. D. Afonso V atacou o Mundo Islâmico pelo flanco norte-africano e a nossa entrada no Índico deve--se, em grande parte, à atitude dos nossos reis de levar a guerra cristã ao grande mar do negócio das especiarias, então um monopólio em mãos árabes.

A campanha borgonhesa contra os muçulmanos não chegou a realizar-se. Não por alguma falta de D. Isabel mas por ausência de adesão dos monarcas vizinhos. Estes chegaram mesmo a tornar-se perigosos adversários dos borgonheses, chegando-se à iminência de uma guerra entre a França e a Borgonha. Carlos VII de França pretendia que também os Estados da Borgonha fossem estados feudais, submetidos ao pagamento de tributos. O Duque há anos que defendia

a sua soberania, não querendo reconhecer-se vassalo de França. Para impedir uma ruptura, fatal aos dois estados, a Duquesa dirigiu-se a Paris e, com eloquentes palavras, persuadiu Carlos VII a que o pleito se decidisse pelo duelo de dois cavaleiros. O rei gaulês aceitou. Considerava-se senhor sobre tantos famosos cavaleiros que lhe seria fácil encontrar um que batesse qualquer borgonhês. A corte francesa até se riu do atrevimento da duquesa de Borgonha, que pensava desta forma poder sair airosamente da questão de vassalagem. Facto é que D. Isabel tinha plena consciência de que não podia ganhar uma guerra contra a França e que o seu ducado e a sua população teriam que sofrer não só os horrores de uma guerra, como o vexame de ficarem vencidos no campo de batalha. Ao propor este duelo, surgiam duas hipóteses: se corresse mal, perderia um homem, ela e o seu marido ficariam vassalos do rei de França mas toda a população se salvaria. Se corresse bem, a França perderia um homem e ela voltaria para a casa, que continuaria a ser sua e toda a população continuaria a viver em paz.

Muitos fidalgos franceses ofereceram os seus serviços ao seu rei, para cair nas suas boas graças (sabiam perfeitamente que o monarca não os iria escolher). Carlos VII reuniu o conselho militar e escolheu o mais destro, esforçado e valente cavaleiro francês que tinha.

Não se sabia em Paris quem a Duquesa iria escolher. Diversos nomes borgonheses foram citados e toda a corte francesa estava de acordo que nenhum deles seria obstáculo de perigo.

D. Isabel soube de tudo isso, rezou para receber uma mensagem divina que a iluminasse na sua decisão, da qual dependia tanta boa gente. Por esta altura recebeu a notícia de que tinha chegado à Borgonha um grande cavaleiro português. Tratava-se de Álvaro Gonçalves Coutinho, mais conhecido por "O Magriço", que voltava triunfante, com os seus onze cavaleiros, dos célebres duelos de Londres, onde tinham causado muita admiração.

A Infanta portuguesa viu isto como um sinal do céu e escolheu o "Magriço" como seu campeão.

Chegou o dia do duelo, um duelo até à morte. O destino de dois estados ia ser decidido pela vontade divina, num combate entre dois campeões. Toda a corte de França ia assistir, até do estrangeiro tinham vindo fidalgos para não perder o espectáculo. Era o grande acontecimento. Juntaram-se os respectivos juízes, muita nobreza e povo. O

destino da Borgonha dependia do Magriço português que de bom grado aceitou a nomeação, porque combatia em honra da Infanta portuguesa.

O pouco contestado favorito geral era o campeão francês. Justamente classificado como o melhor dos melhores entre todos os franceses, também combatia em frente dos seus e pela sua pátria e o seu Rei. O que é que um "Magriço" luso poderia fazer contra ele?

O duelo começou sob milhares de olhos. No primeiro ímpeto, a cavalo, ambos, com as suas lanças em riste, acertaram no seu adversário, sem porém o conseguir arrancar da sela. Ambos partiram as lanças e aguentaram a fúria do impacto. Puxaram então pelas espadas, voltaram as suas montadas e aproximaram-se um do outro em grande velocidade. O francês era bem maior e mais corpulento do que o português. A força do seu braço devia ser tremenda. O golpe da sua espada porém, caiu no vazio, pois o cavaleiro português desviara-se no momento crucial e quando o francês ainda tinha a espada apontada ao chão, já a sua cabeça caía, arrancada pelo golpe rápido da espada lusa.

Silêncio total! Depois, cavalos a relinchar, senhoras a desmaiar. Só a fé de D. Isabel e a vontade férrea do campeão luso tinham apostado na hipótese de um final destes. Os juízes declararam tudo correcto e expresso pela vontade de Deus. D. Isabel deu as condolências ao rei de França pelo triste fim do seu campeão e retirou-se com a sua comitiva e o "Magriço", ambos heróis.

Quando uma grande fome alastrava pela Borgonha, D. Isabel salvou muitos dos seus habitantes com uma ideia até então inédita. Tendo sempre mantido uma forte ligação com a sua pátria, sabia que o Infante D. Henrique, seu irmão, estava a colonizar o arquipélago dos Açores. Alistavam-se casais de camponeses em Portugal que aceitassem a dura tarefa de cruzar o mar para se radicarem nestes rochedos verdejantes. Tinham de começar do nada e desbravar a natureza, dependentes de si mesmos e da sua fé em Deus, rodeados pelo oceano. D. Isabel escreveu a seu irmão e conseguiu que milhares de casais flamengos se lançassem nesta aventura com os portugueses. É por esta razão que muitos mapas antigos se referirem aos Açores como sendo AS ILHAS FLAMENGAS. Ainda hoje, basta olhar para os moinhos açorianos para reconhecer que a sua origem é nórdica, distanciando-se bastante dos que se constroem em Portugal Continental. Também basta abrir qual-

quer lista telefónica açoriana, para se reconhecer nomes de origem flamenga: Bettencourt, Paim, Brum e tantos outros.

A acção de D. Isabel foi cosmopolita e, tal como a de toda a Ínclita Geração, de uma visão global multissecular, hoje infelizmente, quase inexistente. Bem haja!

Fontes: Portugal Diccionario Historico. Esteves e Rodrigues, Lisboa, 1911. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Editorial Enciclopédia Lda. Lisboa, Rio de Janeiro, c.1950.

Fig. 20: Grande colar do TOSÃO DE OURO, ordem criada em honra da Infanta Portuguesa.

CAPITOA DE CEUTA

D. Pedro de Meneses, governador de Ceuta na primeira metade do séc. XV, foi um homem de medidas grandes. Casou-se quatro vezes e, mesmo assim, teve diversos filhos fora do casamento. A sua primeira mulher, D. Margarida de Miranda, santa senhora de compleição débil, nunca teve saúde para o acompanhar até Ceuta. A segunda, a pobre pequena D. Branca Coutinho, morreu na viagem. A terceira, prima desta, a formosa D. Beatriz, que D. Pedro adorava, faleceu depois de lhe dar uma filha. A quarta mulher, D. Ginebra Pessanha, não lhe deu filhos. O seu papel, junto do marido já idoso, ficou na sombra das enteadas. Estas criaram-se todas em Ceuta, junto do pai extremoso constantemente envolvido em escaramuças com os mouros.

Uma das filhas de D. Pedro de Meneses era D. Leonor. Esta, quando a irmã mais velha se casou e foi viver em Portugal, ficou em Ceuta a pôr e a dispor. Tomou conta do pai viúvo e, mesmo quando ele se tornou a casar, ainda era Leonor quem lhe governava a casa, quem tratava das enfermidades crescentes da sua velhice e regia a sua fazenda. *"O pai, que muito fiava de seu siso e descrição, tudo lhe enttregava. Tal era a sua confiança que, quando em 1432, foi passar uma temporada ao Reino, foi Leonor quem ficou encarregada da administração da cidade, encargo que desempenhou com tal tino e tacto, que D. Pedro, de regresso, encontrou toda a sua fazenda mui bem aproveitada, sem escândalo de nenhuma pessoa, nem carrego de consciência. Ainda mais: a desembaraçada rapariga tinha para oferecer ao pai a boa surpresa de uma galeota nova, que mandara fazer com dezanove bancos, mui nobremente armada."* ("Recortes de Pequena História: D. Pedro de Meneses e os Filhos", de Elaine Sanceau, Livraria Civilização, Barcelos, 1964).

Leonor não só tinha administrado os bens do pai como a própria cidade, encontrando ainda tempo para se lançar na construção naval, sabendo que aqui residia um dos "calcanhares de Aquiles" da praça de Ceuta.

Após o falecimento do pai, *"Leonor ficou no Reino muitos anos solteira, vivendo mui honestamente, até que em 1448, já quarentona pelo menos resolveu casar com o herdeiro dos Braganças, D. Fernando, filho do conde de Arraiolos , rapaz de dezassete anos apenas"* (da obra já citada).

Fontes: "Recortes de Pequena História, D. Pedro de Meneses e os Filhos" de Elaine Sanceau. Livraria Civilização, Barcelos, 1964.
"Portugal Diccionário Histórico". Esteves e Rodrigues, Lisboa, 1911.
"Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Editorial Enciclopédia Lda, Lisboa, Rio de Janeiro, c.1950.

"FILHO DE D. PEDRO DE MENEZES"

TANTO A RESPEITARAM QUE LHE RESGATARAM O MARIDO

Os cercos às praças lusas do Algarve Além-Mar (Marrocos) sucederam-se uns atrás dos outros. Os portugueses estavam a prémio mas também ofereciam boas regalias comerciais e protecção a quem a eles se juntasse. A moirama estava dividida, não sabendo o que era prioritário, se continuar as velhas lutas entre tribos e famílias rivais, ou fazer frente comum contra quem tinha vindo de fora. No meio desta incerteza geral, houve quem montasse cercos, mais no sentido de saquear e de fazer prisioneiros valiosos que depois podia vender a alto preço, do que no sentido de conquistar uma praça e de nela se radicar.

Quando alguém (tanto fazia ser muçulmano ou cristão) caía em mãos mouras, surgia sempre a dúvida do que seria mais aconselhável: se matá-lo pela glória de o ter vencido, ou tratá-lo e alimentá-lo, até que alguém o reclamasse e oferecesse bom resgate.

Se o cativo era homem de bens a sua cotação subia, tal como aumentava a sua chance de sobreviver, porque os algozes preferiam não perder a chance de obter um bom saco cheio de moedas.

Se o prisioneiro era pessoa de baixo estatuto social, só se salvava se pudesse ser empregue como escravo ou vendido como tal.

Quem não entrava nem na primeira nem na segunda destas classificações, tinha os dias contados porque não era considerado merecedor da água que bebia e, como tal, era degolado e deixado aos cães.

Muitas das praças norte-africanas do reinado de D. João III possuíam uma fortaleza defendida até às últimas consequências pelos portugueses, que permitiam que a população da vila junto à fortaleza se refugiasse dentro dela.

PRAÇAS LUSAS NO NORTE DE ÁFRICA (MARROCOS)

Fig. 21:
Praça de Safim.

Fig. 22:
Praça de Ceuta.

Muitas mulheres portuguesas combateram e deram a vida na defesa destas muralhas e também muitas delas viram os seus maridos e filhos sucumbirem aos golpes mortais do inimigo.

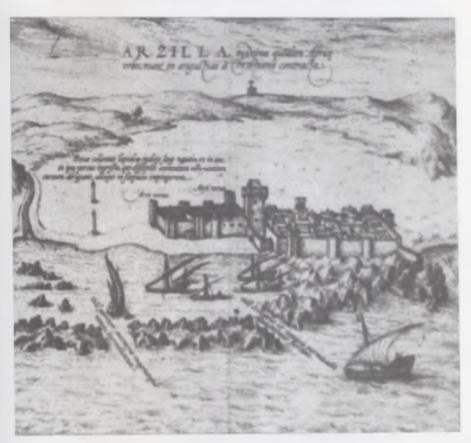



Fig. 23: Praça de Arzila.

Desta forma, era frequente que durante os cercos a vila fosse saqueada e algumas pessoas, por azar de circunstâncias, acabassem por ser levadas presas, enquanto a fortaleza se mantinha em mãos lusas.

Uma das mais respeitadas senhoras de Arzila era então D. Violante Gonçalves, mulher do medidor do celeiro, João Godinho. Quando este entrava na peleja, podia ver-se a mulher sempre a seu lado, ora aprontando-lhe os virotes, ora armando-lhe a besta. Quando a situação era grave, ela tanto cumpria o seu papel de esposa e mãe, como de combatente.

Tinha uma jóia de um filho, bondoso e bem educado, que só alegrias prometia dar ao casal. Uma bala de canhão de grande calibre porém, acabou com todos estes planos, porque derrubou parte de um baluarte e arrancou parte da cabeça do filho de D. Violante (Simão Godinho). Ela percorria os muros para acudir aos feridos com panos, ovos, azeite e peras, quando o grande tiro de canhão ceifou a vida a seu filho. Tomou-o nos braços e tapou-lhe o que lhe restava da cabeça, pois não queria que os outros se lembrassem dele naquele estado. Deu-lhe enterro justo com as próprias mãos. Ficara sem o seu único filho mas ainda tinha o marido e a praça precisava da sua ajuda.

Pouco depois, o seu marido caiu em mãos muçulmanas, juntamente com outro português a quem chamavam João Rapa-Pêlo. Prenderam-nos e arrastaram-nos para um grande rochedo junto ao mar, onde estavam os principais cavaleiros mouros deste cerco. Não se sabia o que lhes iam fazer. Da fortaleza, podia ver-se tudo. Talvez os degolassem, para servir como exemplo do que aconteceria a todos os portugueses caso não se rendessem. João Rapa-Pêlo sabia que a sua vida pouco valia e se matassem alguém, era a ele que lhes convinha sacrificar, porque João Godinho era homem de certa importância na praça e sua mulher bem querida de todos.

Perante a dúvida do destino, totalmente dependente do que se passava na cabeça e na disposição do capitão mouro, resolveu João Rapa-Pêlo soltar-se do árabe que o segurava pelos cabelos, deixando-lhe um punhado deles nas mãos e atirar-se do rochedo ao mar. Alguns dos mais corajosos adversários seguiram-no. Porém, conseguiu nadar até à praia da vila e ser socorrido por alguns dos seus, perante a gargalhada e o aplauso da guarnição e a zanga dos mouros.

D. Violante Gonçalves também se alegrou ao ver João Rapa-Pêlo

salvar-se, mas rapidamente percebeu que toda a zanga dos mouros iria cair sobre o seu pobre marido que já se encontrava acorrentado e sem possibilidade de se salvar.

O Conde de Redondo, que tinha D. Violante em grande conta, mandou então soltar um mouro cativo para levar uma elevada oferta de resgate pela vida de João Godinho. Os captores ainda discutiram entre eles mas o dinheiro acabou por ter mais peso do que a satisfação da matança de um prisioneiro cristão. Voltou assim o medidor do celeiro a Arzila, salvo não só pelo seu próprio valor mas também por causa do grande respeito que todos na praça tinham por D. Violante, sua mulher, que tinha perdido o filho e estivera prestes a perder também o marido.

Fontes: "Anais de Arzila" de Bernardo Rodrigues.
"Oceanos", nr. 21, Janeiro/Março, 1995.
"Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Editorial Enciclopédia Lda. Lisboa, Rio de Janeiro, c. 1950.

EPITOME

DA VIDA DE D. DUARTE DE MENEZES.

D. Duarte de Menezes 3.º Conde de Vianna, nasceo em Lisboa no anno de 1414 foi filho de D. Pedro de Menezes prim.º Capitão de Ceuta, e de D. Isabel Domingues; neto do Conde D. João Affonso Tello, e bisneto do Conde de Ourem. Apenas contava o nosso Heroe 15 annos de id.e quando seu Pai q. governava e defendia Ceuta do poder Sarraceno, o mandou buscar p.ª o exercitar na guerra, e logo no prim.º ensaio manifestou o seu grande valor; tanto q.e o seu illustre Pai o armou Cavaleiro pela sua propria mão á vista do inimigo. Rechaçou e derrotou os mouros todas as vezes q. atacarão a Praça. Em 1437 foi a jornada de Tanger em lugar de seu Pai q.e se achava então doente, e levou a Bandeira de Alferes mór p.ª acompanhar os Infantes D. Henrique, e D. Fernando; foi prim.º a Tetuão cuja praça rendeo e destruio. No meio desta guerra foi chamado a Ceuta p.ª assistir á morte do Conde seu Pai; depois de este ser dado á sepultura veio D. Duarte p.ª o Reino em 1438 onde foi m.to bem recebido e premiado pelo Senhor Rei D. Duarte, nomeando-o do seu Conselho, e Alferes mór; deu-lhe tambem o Castello de Beja fazendo-o Fronteiro e Alcaide mór. Na Regencia do Senhor Infante D. Pedro p.ª morte do S.r Rei D. Duarte foi nomeado General das Tropas, em cujo posto ganhou m.tos creditos. Foi tambem m.to favorecido de El Rei D. João 2.º de Castella q.e o fez do seu Conselho, e servio aquelle Rei na Conquista do Reino de Granada. Em 1460 veio á Corte a onde foi bem recebido pelo S.r Rei D. Affonso 5.º e o fez Conde de Vianna; n'aquelle mesmo anno voltou p.ª o seu Governo e de caminho atacou Tanger, degolou m.tos mouros e queimou 4 grandes lugares. Em 20 de Janeiro de 1464, contando 50 annos de idade morreo gloriozam.te na Serra de Benacofú ás mãos dos Mouros por salvar a vida a D. Affonso 5.º sem estar acompanhado dos seus, e em parte que não pode morrer vingado. Este Illustre Portuguez foi casado primeiramente com D. Isabel de Mello, e 2.º com D. Isabel de Castro, da Casa dos Condes de Monsanto de quem teve 5 filhos, e huma filha.

TOTALMENTE SÓ

Houve quem procurasse a solidão e a apreciasse, após uma vida cheia de excessos. Também houve quem recebesse o excesso de solidão no meio de uma vida rodeada de incompreensão e inveja.

Foi este o caso de uma princesa portuguesa que sofreu heroicamente um destino deste género, destino esse que a história lhe reservou. Trata-se da Infanta D. Isabel, neta de D. João I. Nasceu em 1432 e era filha do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Ainda criança, celebraram-se em Óbidos os seus esponsais com o primo, o príncipe herdeiro D. Afonso V. Este foi aclamado rei em 1438, após a morte de seu pai, D. Duarte, uma das vítimas da peste que então grassava no nosso país. Como D. Afonso V só tinha 6 anos, governavam a Rainha-Viúva D. Leonor e o cunhado desta, o Infante Regente D. Pedro, pai da Infanta D. Isabel.

Aos 16 anos assume o jovem monarca a chefia do governo, muito contra a vontade do seu tio, D. Pedro, que reinava só, por ter conseguido o afastamento da Rainha D. Leonor. A primeira acção de D. Afonso V foi de casar com a sua prima, D. Isabel. Assim estava combinado e cumpriu-se. Notou-se, já então, uma boa vontade do monarca em relação à sua jovem esposa. Esta dedicou-se de alma e coração ao seu marido e tudo indicava tratar-se de uma união perfeita.

Mas houve quem não gostasse deste amor entre o Rei e a Rainha. Tanto mexericaram neste "cozinhar" de ódios que rapidamente a Rainha se encontrou só. Fosse o que fosse que ela dissesse ou fizesse, era sempre interpretado de forma maldosa e línguas bifurcadas, carregadas de veneno, transmitiam interpretações da pior espécie ao jovem Rei, para que ele a repelisse e se anulasse o casamento.

Tanto os cortesãos, como os fidalgos e os padres, competiam numa campanha contra a Rainha, levantando aleivosias e infâmias contra a

sua honra, chegando os médicos e os padres a aconselhar o Rei a não coabitar com sua mulher, *"porque lhe podia ser fatal à sua saúde"*.

O monarca porém, sentia tanto amor por sua mulher que pouco peso a tudo isto deu. O que, por sua vez, ainda mais aumentou o amor desta esposa régia pelo seu marido, colocando toda a esperança de vida nele e aguentando toda a guerra à sua volta.

No entanto, em relação ao sogro, D. Afonso V teve de tomar atitudes diferentes. D. Pedro armou um exército e seguiu-se uma batalha feroz. Foram os campos de Alfarrobeira que serviram de choque aos dois exércitos portugueses (1449) e beberam o sangue luso tão inutilmente perdido. O ex-regente, D. Pedro, morreu saindo o Rei vitorioso.

D. Isabel, recebendo a notícia da morte do pai, ficou perfeitamente fulminada mas não se atreveu a mostrar a intensidade da sua dor, tanto para não ofender o glorioso vencedor, seu marido, como por medo dos seus inimigos triunfantes.

Já estava só e mais só ficou, tendo de aguentar a alegria geral à sua volta pela ingloriosa morte do seu pai. Uma situação assaz difícil que não se deseja a ninguém. Teve de lutar consigo mesma, com o seu amor pelo marido e pelo pai falecido, com a incompreensão geral no meio de circunstâncias que mais parecem inventadas para uma tragédia clássica do que para a vida real.

Saiu-se vencedora porque conseguiu manter vivo o amor entre si e o seu marido e impor o respeito à corte. Manteve muito dentro do seu coração uma promessa da qual só ela sabia. Tinha prometido à memória do seu pai oferecer-lhe um enterro e um sarcófago dignos. Os tempos porém, ainda não o permitiam. Assim, foi mantendo este alvo dentro de si à espera de melhor ocasião. Acabou por dar à luz um saudável rapaz, o futuro Príncipe Perfeito, D. João II de Portugal. Perante a alegria geral que se instalara na corte, resolveu fazer ao marido o único pedido a que se atreveu na sua vida: que o pai fosse enterrado condignamente no Convento da Batalha.

D. Afonso V aceitou e a jovem Rainha ganhou, só, uma guerra longínqua. Logo de seguida faleceu; tinha 23 anos.

Fontes: "Catalogo Chronologico Historico, Geneologico e Critico Das Rainhas De Portugal E Seus Filhos" de D. Joze Barbosa, Lisboa Occidental, 1727.
"Portugal Diccionario Historico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Ca. Editores, Lisboa, 1911.

"VIM PARA AJUDAR !"

Alcácer-Ceguer foi uma das primeiras praças norte-africanas que caíram em mãos lusas. Os mouros montaram grande cerco mas não a conseguiram retomar. Após o levantamento do cerco seguiu-se um clima de sossego aparente.

D. Duarte de Meneses, a quem D. Afonso V tinha entregue o bastão de comando para governar esta praça, já se havia destacado por diversas vezes em actos de heroísmo e capacidade de liderança. Pensou que a situação por aqueles sítios estivesse mais calma e que pudesse, com risco relativo, pedir à sua mulher, D. Isabel de Castro (filha de D. Fernando de Castro), que viesse juntar-se a ele.

Os planos do sultão de Fez porém, em 1459, eram de montar um segundo cerco, bem maior do que o primeiro, para tomar Alcácer-Ceguer e Ceuta logo em seguida, expulsando assim os portugueses de vez.

Aquando da aproximação da embarcação que trazia D. Isabel de Castro já se podia ver o gigantesco exército mouro. Só cavaleiros eram trinta mil e os homens a pé enchiam os montes e vales. D. Isabel teve de decidir se havia de regressar à segurança da Pátria-Mãe ou se havia de tentar juntar-se ao seu marido e aceitar com ele o destino da praça lusa, fosse ele qual fosse.

Não hesitou nem um minuto e entrou em Alcácer-Ceguer, cumprimentando o seu marido com as seguintes palavras: "Folgo muito de vir em tão boa occasião para ajudar!".

O cerco foi dos mais graves que Portugal sofreu em África com desesperante falta de víveres e munições. Mas aguentaram e a moirama desistiu.

Não pouco se deve à ajuda prestada por D. Isabel que montou um

hospital e fez da sua própria casa uma hospedaria e local de educação para donzelas. Rui de Pina escreve que: "D. Isabel fazia da tormentosa guerra um torneio galante, no qual as vidas se jogavam sorrindo".

A vida porém, não lhe proporcionou muitos sorrisos. O seu marido, extraordinariamente valente, acabou por ser chacinado pelos mouros em 1464, protegendo quase só a retaguarda dum pequeno exército de D. Afonso V em retirada. Despedaçaram o corpo do morto de tal maneira, que lhe não deixaram membro inteiro.

D. Isabel voltou para Santarém com os seus filhos e mandou levantar no Convento de S. Francisco um rico túmulo de pedra. Ali mandou colocar, num rico estojo, um dente, o único despojo que lhe restava de seu marido.

Fontes: "Portugal Diccionario Historico" de Esteves e Rodrigues, Lisboa, 1911.
"Breve Diccionario Histórico de Donas Notáveis" de Isabel Branquinho, em "Oceanos-Mulheres no Mar Salgado", Nr. 21, Lisboa, Janeiro/Março, 1995.
"Grande Encyclopedia Portuguesa e Brasileira", Editorial Enciclopédia Lda, Lisboa, Rio de Janeiro, cerca 1950.

Fig. 24:
Polvorim quinhentista. Era muitas vezes um presente da mulher ao seu marido caçador. Por esta razão, é frequente a representação de um casal em abraço íntimo.

A RAINHA DOS JACINTOS

Quando o mar se revolta e os raios, relâmpagos e ventos tormentam, a luz de um farol torna-se o centro da esperança. Por vezes, na vida dos homens, é uma mulher que sobressai no meio das intrigas e dos conflitos, tornando-se o pilar da rectidão, da firmeza de carácter e da grandiosidade da alma que, incessantemente, busca no palheiro do impossível a agulha da solução.

D. Beatriz, a mãe de D. Manuel I, foi uma destas senhoras que encontrava soluções onde a guerra já parecia iminente e que acalmava conflitos com a sua presença e sensatez.

Neta de D. João I, casou em 1447 com D. Fernando, filho do Rei D. Duarte. Deste casamento nasceu uma geração conflituosa:

– D. Leonor que casou com o Rei D. João II, oferecendo-lhe um filho varão que teve a infelicidade de morrer num acidente de cavalo (o seu cadáver foi transportado numa rede de camaroeiro, símbolo depois usado em eterno luto pela Rainha D. Leonor);

– D. Manuel I, escolhido para suceder no trono, tornando-se um dos mais importantes Reis da História de Portugal e que, tal como se suspeita da morte de D. João II, tudo indica, deve ter sido envenenado;

– O Infante D. Fernando, Duque de Bragança que morreu decapitado por razões de Estado em 1493;

— O Infante D. Diogo, Duque de Viseu que, como conspirador, foi apunhalado pelo próprio Rei D. João II.

Poder-se-ia pensar que uma tragédia destas já é suficiente para deitar qualquer mãe abaixo, e de facto é! Porém, D. Beatriz tudo aguentava. Procurava sempre reunir a força que ainda lhe restava para reorganizar tudo e tentar fazer o melhor. A natureza assim a tinha educado,

Fig. 25:
D. Fernando, o Infeliz, 3º Duque de Bragança. Decapitado por razões de Estado. Filho da Rainha dos Jacintos.

como também educa muitos animais que defendem o que resta da ninhada e continuam a sobreviver.

Desânimo foi uma palavra que a ela não se empregava. Tristeza, dor, mágoa talvez, mas sempre sem pena de si e pronta para combater.

Até como estadista teve um papel de relevo, demonstrando uma capacidade para procurar soluções, ainda que estas parecessem impossíveis de encontrar.

Assim, foi D. Beatriz quem interveio nas negociações para a paz com Castela em 1479, ainda durante o reinado de D. Afonso V. A Batalha de Toro (1476) ainda estava bem presente na sala. Ambos os lados se autoconsideraram vencedores. D. Afonso V até cunhou moeda com as quinas de um lado e as armas de Leão e Castela do outro, declarando-se Rei de Portugal, Leão e Castela. Os observadores políticos convenceram-se que um eventual entendimento era impossível e que o mais natural seria todos saírem da reunião para chamar os seus exércitos e continuarem o conflito.

D. Beatriz, a paz em pessoa, propôs uma solução do mais alto risco e da qual ninguém estava à espera. Inventou uma "caução humana"! Tanto Isabel a Católica como D. Afonso V concordaram. Tudo se baseou na proposta de D. Beatriz e na convicção dos monarcas ibéricos de que, de facto, ela seria a pessoa na qual se podia e devia confiar. De caução humana serviram D. Joana (a Excelente Senhora), o Infantezinho D. Afonso (filho do futuro D. João II), e a Infanta Isabel de Castela. Todos foram postos em "terçaria" (caução, depósito) na vila de Moura, confiados à guarda e educação da Infanta D. Beatriz. Tudo

Fig. 26:
A Rainha D. Leonor (filha da Rainha dos Jacintos) ficou tão desgostosa com a morte do seu filho, o Príncipe Herdeiro, que passou a usar como símbolo do seu desgosto a representação de um camaroeiro. Foi numa rede destas que pescadores trouxeram o corpo do seu filho, morto num acidente de equitação, junto ao Tejo. Este prego em bronze dourado deve ter pertencido a uma arca da Rainha.

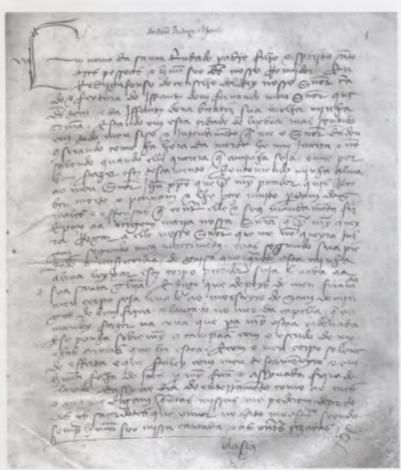



Fig. 27: A 1ª página do Foral do Morgadio de Belas. Códice, em pergaminho, datado de 1501, onde a mãe de D. Manuel I oferece este morgadio a Rodrigo Afonso.

correu pelo melhor, evitando-se deste modo o recomeço de uma guerra que já tinha custado tantas vidas de ambos os lados da contenda.

Não foi só na diplomacia que esta grande senhora deixou marcas. Também na história literária as deixou, tendo encomendado diversos trabalhos a Gil Vicente. Teve residência em Beja, onde protegeu a indústria dos lanifícios.

Onde talvez mais tempo passou foi no Senhorio de Belas, um conjunto de quintas que herdou do seu pai e onde, por vezes, recebeu as visitas de D. João II e mais tarde as de D. Manuel I, sempre acompanhados pelas respectivas Rainhas.

Gil Vicente fala de D. Beatriz como a "Rainha Velha", não querendo faltar minimamente ao respeito, diferenciando-a apenas das "Rainhas não Velhas" (foram diversas durante o seu tempo de vida).

Em Belas ainda se fala de D. Beatriz como "A Rainha dos Jacintos", pedras na altura consideradas preciosas, que se achavam nas minas do Monte Suíno, no Vale do Jamor. Tanto as quintas de Belas com seus bosques de carvalhos sagrados, o Vale do Jamor, bem como o Monte Suíno pertenciam a D. Beatriz que mandou manter este rio navegável desde o mar até ao "Rio do Porto" (onde hoje se situa a Quinta do Bonjardim). Era aí que se embarcavam as pedras, primeiro arrancadas do monte e, depois, partidas por um pilão de uma velha azenha. A quantidade de pedras conseguida era tão pequena que se decretou a sua aplicação exclusivamente nas Jóias da Coroa. Durante os séculos XV e XVI era só aí, no Monte Suíno, que se achavam jacintos, o que os tornava, assim, de grande raridade e valor. Com a vinda de pedraria, primeiro da Ásia e depois da América, em cada vez maior quantidade e a baixo preço, acabaram os jacintos por serem classificados de pedras semi-preciosas e, por conseguinte, de menor interesse. Fechou-se o acesso às minas mas ainda há quem guarde estas belas pedrinhas que pertenceram todas à Rainha dos Jacintos. Esta faleceu em 1506, estimada por gerações que a amaram e respeitaram.

Fontes: "Instituição do Morgado de Bellas", códice manuscrito em pergaminho, encadernado, 36 páginas, datado de 1501 (arquivo R.D.).
"Portugal Antigo e Moderno" de Pinho Leal, Lisboa, 1873.
"Corographia Portugueza" (Tomo Terceiro) de P. António Carvalho da Costa, Lisboa, 1712.

UMA EMPRESÁRIA QUINHENTISTA EM SÃO TOMÉ

Ao analisar a acção de outrém devemos ter sempre conhecimento sobre o local e o condicionalismo que o rodearam!

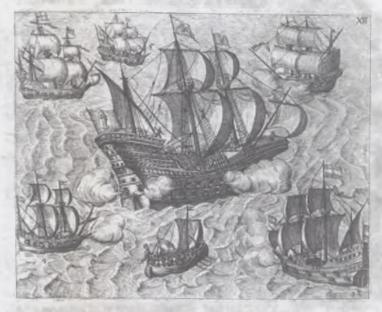
A Ilha de São Tomé, oficialmente descoberta no dia de São Tomé (21 de Dezembro) no ano de 1470, por João de Santarém e Pero Escobar, situa-se no equador, frente à costa africana. Os calores que nela se fazem sentir, bem como o grau de humidade, são péssimos para quem não esteja minimamente habituado. As tentativas do seu povoamento só se fizeram sentir bastante depois da descoberta. Tornada capitania em 1485, só servia para eventuais reabastecimentos. Só em 1493 se iniciou a colocação de alguns colonos mas com muito maus resultados. Morriam de febres. Como isto não era encorajador e, querendo cumprir as ordens régias de povoamento, resolveu-se enviar para aí degredados do Reino e um grande número de escravos da costa africana, estes últimos mais habituados ao clima.

No mesmo ano de 1493, escreveu-se uma das mais tristes e negras páginas da nossa história (todos os povos as têm e não querer assumi-las é mentir por omissão!).

D. João II tinha autorizado a entrada dos judeus vindos de Castela. Estes pagaram até uma quantia certa por cada um que entrasse no Reino de Portugal. Acontece porém, que o número que entrou acabou por ser bastante maior do que o combinado. O monarca (D. João II) resolveu então, aconselhado pelos homens da Igreja, mandar separar dos seus pais grande número de crianças de pouca idade. Rapazes e raparigas de um a dez anos de idade foram assim arrancados às suas famílias. A desculpa foi, por um lado, o não cumprimento do que estava estipulado aquando da sua entrada no Reino e, por outro, que se

Fig. 28: O Rei D. Manuel I de Portugal. As bandeiras da nau mostram a Cruz de Cristo e a Esfera Armilar, símbolos muito ligados a este rei, mas que não existem com esta configuração na nossa História Naval.

XII.

NAVIS QVÆDAM LVSITANICA AB ANGLIS & Hollandis expugnatur.

Nauem hanc ad sancti Thomæ ciuitatem pertinentem, Angli & Hollandi, 14. Octob. Anno 1602. deuictis Lusitanis, in freto Malaccæ *expugnarunt. Numerabantur autem in ea 600. plus minus vtriusque sexus homines. Eratq; nauis ipsa 1400. onerũ capax, multis Indicarum mercium opibus onerata, quas cum inde ad suas naues Angli Hollandique traduxissent, restitutam iterum Lusitanis nauem cum omni populo dimiserunt. Numeros quos adiecimus sic intellige. 1. Admiralem Anglum,* Gems Lancester *nomine; 2. Admiralem Hollandum, Georgium à Spielberg nomine; 3. Viceadmiralem Anglum* Midelthon *nomine; 4. Nauem Selandicam, Agnum nomine; 5. Celocem Anglicam, 6. vero Admiralis Spielbergii Scapham denotant.*

e 3 SEQVVN-

Fig. 29: Gravura a cobre de Theodor de Bry representando um ataque anglo-holandês a uma nau portuguesa, no ano de 1602.

desejava "salvá-los" do "errado" ensinamento religioso que estavam a receber dos seus pais. Sem dó pela desgraça que se estava a causar a tantas famílias, as crianças foram separadas e baptizadas com nomes cristãos. De seguida foram enviadas para a Ilha de São Tomé. Eram mais de 800. A maioria morreu logo no primeiro ano da sua estadia naquele clima inóspito. Não foram só as febres transmitidas pelos mosquitos que as matavam. Também foram as víboras e os então chamados "grandes lagartos" (crocodilos), que ceifaram as vidas a estes desgraçados, cuja única culpa foi terem nascido em época e local inconvenientes para as convicções religiosas dos seus pais.

Durante o reinado de D. Manuel I, as condições de vida dos São Tomenses melhoraram ligeiramente. Para isto contribuiu em grande parte uma senhora vinda do Reino. Chamava-se Ana (de) Chaves e dizia-se pela calada que ela era bastarda da Casa Real e fora enviada para esta ilha para não causar embaraço na corte. Seria ou não, dificilmente se poderia hoje comprová-lo. Facto porém, é que ela surgiu em São Tomé com possibilidades financeiras, que pareciam ilimitadas, o que lhe deu uma munição contra grande número dos males.

D. Ana (de) Chaves (nome que, pela nomenclatura da época, torna provável a sua classificação como transmontana) assumiu a sua estadia vitalícia nesta ilha e resolveu fazer o que lhe fosse possível para melhorar a sua vida. Adquiriu enormes terrenos tanto em São Tomé como no Gabão. Diversos montes, rios, praias e baías ainda hoje possuem o seu nome. Construiu diversos palácios, os únicos então existentes em São Tomé e até se deu ao luxo de ceder um deles ao Governador para residência deste.

Casou duas vezes e foi enterrada junto do seu segundo marido. Sabe-se que em 1546 ainda estava viva. Pouco mais se sabe dela.

Uma senhora decerto mais do que invulgar, tanto mais para a sua época e o seu local de residência. Uma senhora que levou o grande segredo da sua origem com ela e que ajudou substancialmente a transformar esta bela terra num lugar com condições de vida para as futuras gerações. Nas canções das roças ainda se ouve o nome de Ana Chaves e a falta que ela faz.

Fontes: "Crónica de D. João II" de Rui Pina.
"Grande Encyclopédia Portuguesa e Brasileira", Editorial Enciclopédia Lda, Lisboa/Rio de Janeiro, cerca 1950.

SOPA DE CÁGADOS

D. Isabel Henriques, filha de Fernão Martins Mascarenhas, chegou a Arzila em 1508 como noiva de D. João Coutinho, depois Conde de Redondo. Chegou por terra, via Tânger, numa altura em que as tropas do Rei de Fez se estavam a juntar na imensa praia frente à fortaleza de Arzila. Conseguiu entrar pela porta de terra. A felicidade de se encontrar com o noivo porém, ficou um tanto quebrada por ter de assistir da janela à tomada da nau que transportava toda a sua bagagem. Quem vinha do mar só conseguia ver o exército muçulmano quando já era tarde demais. A nau foi tomada e saqueada. Tinha sido em vão tanta preparação e carinho de todos os que a ajudaram a levar tudo o que eventualmente precisasse. Vestidos, jóias, leituras, lembranças íntimas da sua mocidade, tudo se perdeu em poucos minutos. Só tinha a roupa que trazia no corpo. Também perdeu todas as prendas do seu casamento e as que tinha preparado para seu marido. Um princípio pouco auspicioso para uma jovem recém-casada, mas ela não desanimou.

Durante o espaço de três décadas em que o seu marido governou Arzila (com um pequeno intervalo — 1525-1529 — em que permaneceu no Reino), D. Isabel sempre esteve a seu lado, pronta a assumir o comando caso fosse preciso.

Durante a ausência do seu marido deu-se esta triste situação: o jovem capitão que ficara encarregue de comandar a praça lembrou-se de ganhar glória e, contra os conselhos gerais, fez uma saída na qual veio a morrer, junto com grande número de homens que o acompanharam.

D. Isabel encontrou-se de repente perante uma dupla tarefa: teve de consolar e aconselhar as viúvas e mães dos que acabavam de morrer e,

ao mesmo tempo, reorganizar rapidamente a defesa da praça. Logicamente, o mouro sabia que Arzila tinha ficado com poucos defensores e muito abalados com a perda de tantos dos seus. Era o momento ideal de explorar o sucesso e atacar.

Assim pensado e assim feito. D. Isabel porém, já tinha reorganizado a defesa e de tal forma o fez que a moirama pensou que as informações que tinham eram incorrectas, porque a praça parecia ter muito mais gente do que esperavam, acabando, assim, por desistir.

A Condessa governou a praça de forma exemplar. O seu marido talvez não o tivesse feito melhor. Ele também foi um grande guerreiro e nisso teve toda a compreensão de sua mulher. Só quando se lançava no perigoso desporto da caça ao leão é que ela protestava. Ele coxeava em resultado de uma luta com um leão, que quase lhe arrancara uma perna na sua mocidade. Esta guerra particular de seu marido contra os leões do deserto africano nada de bom podiam trazer e o risco era imenso. A sensatez certamente esteve do lado de D. Isabel mas explicar isso ao marido era difícil.

Em certa altura (1520), o Conde de Redondo envolveu-se numa situação caricata que deu muito que rir em todas as praças de África.

"Adoecera na praça um nobre cavalleiro, geralmente estimado por suas boas qualidades. A molestia degenerára em pulmonar, e os medicos lhe receitaram caldo de kágados. Resolveram-se 20 cavalleiros portuguezes, quasi todos nobres, a ir á pesca dos kágados, a uma ribeira que ficava a pouca distância da praça. Saíram pois, e, vendo o campo livre de moiros, marcharam descuidosamente para a ribeira e deixaram os cavallos a pastar em liberdade, e despindo-se se deitaram á agua, uns a pescar os kágados, outros a banharem-se. Quando mais entretidos andavam com o divertimento, vêem-se cercados inopinadamente por um numeroso esquadrão de cavalleiros moiros, do exercito do rei de Fez. Os christãos, assim surprehendidos, apenas tiveram tempo de empunhar as lanças e montar a cavallo, nús como estavam, mas, com tal bravura se defenderam, que todos puderam recolher-se á praça, sem perda de um unico, deixando apenas por despojos da batalha, os seus vestidos, armas e escudos. Quando esta cavalgada entrou em Arzilla, no costume de Adão e Eva, muito se riram todos, e o bravo capitão não foi o que menos graça lhes achou; e os mandou logo vestir á custa da fazenda, e lhes fez outras muitas mercês, ficando memora-

Fig. 30: Gravura a cobre quinhentista de Theodor de Bry, um flamengo refugiado em Frankfurt, que representa o porto de Lisboa como se de um porto do Mar do Norte se tratasse. As naus, porém, estão bastante bem representadas, mostrando até lanças nas cestas de gávea.

vel e muito celebrado este successo, entre moiros e christãos". (Portugal Diccionário Histórico).

Fontes: "Portugal Diccionário Histórico". Esteves e Rodrigues, Lisboa, 1911. "Recortes de Pequena História" de Elaine Sanceau, Livraria Civilização, Barcelos, 1964.

Fig. 31: Uma besta quinhentista da guarda montada de D. Sebastião.

GRÁVIDA E VALENTE

D. Isabel de Castro, mulher de Jorge Barreto, encontrava-se em estado de gravidez avançada, quando se deu um grande ataque muçulmano a Arzila (1508). Seu pai, o Conde de Borba, D. Vasco Coutinho, era capitão da praça mas ficou ferido e teve de entregar o comando ao seu genro. No segundo dia do cerco perdeu-se a cidade, imediatamente saqueada pela moirama e a queda da fortaleza parecia iminente.

As mulheres, velhos e crianças, apavorados, invadiram os aposentos onde vivia D. Isabel com sua mãe, a Condessa, e sua irmã. As três saíram ao terreiro animando os combatentes mais exaustos e feridos. A porta do castelo já ardia, tudo parecia perdido, quando D. Isabel, embora grávida, deu o exemplo e começou a transportar pedras e terra em cestos para atulhar a abóboda do castelo e impedir o avanço do inimigo. Todos seguiram o seu exemplo e voltou o ânimo geral.

De seguida, D. Isabel envergonhou os menos batalhadores pedindo-lhes as bestas para ela atirar aos mouros. Este gesto ajudou a reanimá-los, o que aconteceu no momento crucial, acabando o adversário por recuar para se rearmar e reorganizar. Neste espaço de tempo chegaram os reforços que acabaram por dar a vitória aos portugueses.

Para muitos, a praça só não caiu por causa da ajuda significativa de D. Isabel e suas acompanhantes.

Fontes: "Grande Encyclopèdia Portuguesa Brasileira", Editorial Encyclopédia Lda, Lisboa/Rio de Janeiro, cerca 1950.

Fig. 32: Lisboa e seu porto numa gravura quinhentista baseada em relatos de tipógrafos alemães residentes em Lisboa. Obra de 1570 de Braun e Hogenberg de Cologne.

FAZER O BEM, NÃO IMPORTA A QUEM

Muitas foram as mulheres dos capitães de África que se ocuparam com tarefas de guerra, criando-se mesmo em sua honra um termo até então nunca ouvido. Eram as célebres "CAPITOAS"! Não só ajudavam os seus maridos nos preparativos de defesa das praças como, até muitas vezes, os substituíam na sua ausência.

Algumas pelejaram, liderando destemidos cavaleiros, outras organizaram a ajuda dos combatentes alimentando-os e municiando-os.

Uma delas, para quem o uso da arma não era adequado à sua condição feminina, nada ficou a dever às capitoas combatentes, em termos de coragem e abnegação. Chamava-se D. Catarina da Silva, mulher de D. Vasco Coutinho, Conde de Borba, então capitão de Arzila.

No grande cerco de 1508, quando os mouros irromperam por uma brecha nas muralhas da cidade, obrigando os habitantes a refugiarem-se no castelo, foi ela quem impediu o pânico entre as mulheres. Os inimigos mais encorajados já tinham deitado fogo às portas da fortaleza que ardiam, espetadas pelas lanças envoltas com trapos de alcatrão. Tudo parecia perdido e os reforços tardavam a chegar. No meio da gritaria dos desesperados que se pretendiam socorrer na capitania, levantou-se D. Catarina, dando o exemplo que muitas seguiram. Não havendo mais armas, pegou numa cesta e encheu-a de calhaus. Correu para as muralhas e maltratou os muçulmanos à pedrada, conseguindo afastá-los. De seguida, recolhendo mais pedras, resolveu entulhar as portas da fortaleza já em chamas, impedindo o acesso aos mouros. Muitas a seguiram e esta acção conjunta acabou por ser decisiva no momento crucial. Conseguiram aguentar a fortaleza em mãos portuguesas até à chegada dos reforços, evitando assim o pior.

Mas a tarefa de D. Catarina da Silva ainda não terminara. Havia mortos e feridos por toda a parte. Corria então com a sua cesta, prestando os primeiros socorros a quem mais deles precisasse, não fazendo diferença nenhuma se se tratava de um cristão defensor, se de um mouro atacante. Um destes estava tão ferido que o mandou levar a sua casa, tratando-o e salvando-o da morte certa. Para o conseguir teve até de o comprar ao captor.

O seu humanismo era exemplar. Benzida pelo Espírito Santo, tinha-se tornado na ferramenta celeste que espalhava amor e bondade por toda a parte. Muitas donzelas mouras cativas foram aceites na sua casa e por ela ensinadas e protegidas. De D. Catarina só houve quem bem dissesse!

Fontes: "Recortes de Pequena História, As Senhoras Capitoas" de Elaine Sanceau. Barcelos, 1964.
"Anais de Arzila" de Bernardo Rodrigues.

Fig. 33: Goa, a capital dos Vice-Reis da Ásia Portuguesa. Gravura a cobre de Allard do séc. XVIII.

A GUERRA DAS VIÚVAS DE SAFIM

Um dos grandes heróis lusos nas guerras de África durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), foi Nuno Fernandes de Athaide.

"Elle e o celebre adail Lopo Barriga eram o terror dos moiros. Em 1510 foi governador de Sallí, que defendeu contra os sarracenos com grande valor durante o cêrco que elles lhe puzeram. Depois juntamente com o celebre Lopo Barriga espalhou o terror nas vizinhanças da praça com as suas correrias, e no ano de 1515, com uma expedição combinada com D. Pedro de Sousa, capitão d'Azamor, intentou apoderar-se de Marrocos, e chegou a pequena distancia d'esta cidade. No meio de toda a sua gloria, Nuno Fernandes d'Athaide teve de sucumbir mas valorosamente. Numa entrada que fez a 19 de maio de 1516, encontrou depois de ter tomado já uma presa consideravel, forças inimigas muito superiores, cujo ataque elle ainda supportou com o seu reconhecido valor, mas, enquanto sustentava a retirada, foi ferido mortalmente por um golpe de azagaia. A morte de Nuno Fernandes de Athaide foi muito sentida, não só nas praças africanas, mas também em Portugal." (Portugal Diccionário Histórico).

Mas não foi só o bravo Athaide que se perdeu nestas circunstâncias. A grande maioria dos homens de Safim que o acompanhavam, acabaram por morrer em combate ou sair acorrentados deste campo de batalha. Um ou outro sobrevivente conseguiu porém chegar à praça portuguesa, na qual tinham ficado quase só as mulheres, os idosos e as crianças. A grande maioria da guarnição tinha acompanhado Athaide na sua saída e encontrado um triste fim.

Tanto os habitantes de Safim como os mouros sabiam que esta fortaleza se encontrava desprotegida. Reuniu-se assim um grande número

de mouros frente às muralhas para as escalar, tomar a cidade, e deliciar-se com o respectivo saque.

Tinham-se esquecido das viúvas de Safim. Estas, com pleno conhecimento da sua situação, vestiram-se todas de homens, correndo com armas pelas ameias, mostrando-se prontas para a peleja. Esta mal começara e já prometia ser da mais rija, perante o grande número de braços portugueses que nela se empregavam. Isto não estava nos planos mouros que acabaram por se retirar em conselho, porque não lhes parecia terem exército suficiente que lhes garantisse a tomada da cidade. Resolveram voltar noutra altura devidamente reforçados. Isto permitiu a entrada de reforços portugueses, o que mudou de novo a situação. Não há dúvidas porém de que a salvação de Safim se deve às viúvas dos homens que tinham acabado de cair em combate e que só os choraram após a defesa da cidade.

Fontes: "Portugal Diccionário Histórico" de Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Ca, Editores, Lisboa, 1911.
"Crónicas dos Reis de Portugal" de Duarte Nunes de Leão, 1677, Edição de Lello e Irmãos Editores, Porto, 1975.

UMA UNIVERSIDADE PARA DONZELAS INTELIGENTES

Hoje é frequente verem-se mais raparigas nas universidades do que rapazes. No século passado ainda era impensável uma jovem frequentar o ensino superior. Na Prússia, uma das obras de Frederico o Grande (meados do século XVIII) foi introduzir a escola obrigatória (e gratuita), obviamente para rapazes. As raparigas podiam ter acesso ao estudo através do ensino particular ou em conventos. Minha avó, Ana Maria Wimmer Daehnhardt, nasceu em 1885, nos arredores de Lisboa. Falava português, alemão, inglês, francês, sueco e grego. Tinha grandes conhecimentos de geografia, música e história. Também em matemática ou física não ficava atrás. Possuía até conhecimentos, para a sua época importantíssimos, dos quais hoje ninguém se lembra, como por exemplo, sobre a etiqueta na corte e as distintas regras da conduta diplomática nas diferentes nações. Porém, não esteve sequer um dia numa escola! As "Fraulein" ou os professores deslocavam-se a casa para dar o ensino básico a uma menina. O resto era um caminho autodidacta, com a ajuda dos pais, do marido e da vida em si.

Esta situação manteve-se até há poucas décadas. E se foi assim até então, imagine-se como terá sido no século XVI. Nem a Igreja, nem a sociedade em geral, viam com bons olhos o aparecimento de mulheres inteligentes. Isto até podia ser um obstáculo a um eventual pretendente!

Mas houve quem pensasse de outra forma, quem assumisse o risco e se lançasse na batalha da educação feminina.

Em Portugal cabe um papel especial nesta matéria a D. Públia Hortênsia de Castro. Era filha de Thomaz de Castro e nasceu em Vila Viçosa em 1548. "*Desejando muito estudar as sciencias, e não poden-*

do, por ser mulher, frequentar as aulas superiores, vestiu-se de homem, e partiu para Coimbra com seu irmão Jeronymo de Castro, religioso da ordem dos pregadores, e estudou humanidades, seguindo depois o curso da faculdade de Philosophia, de que defendeu conclusões públicas, tendo apenas 17 annos de edade, causando o maior assombro. Esta erudita senhora também estudou Theologia, e na presença de Filipe II de Hespanha defendeu conclusões theologicas, que mereceram grande applauso". (Portugal Diccionario Historico). Se pensarmos agora que foi só uma graça sua vestir-se de homem para estudar, estamos a esquecer que tanto as leis da Igreja como as leis do Estado então o proibiam sob pesadas penas, independentemente da grande vergonha que tal atitude poderia trazer. Foi necessário uma grande vontade, genica e persistência, a par de uma extraordinária capacidade de disfarce, para se lançar numa aventura destas que até para o seu irmão, que lhe dava cobertura, poderia ter acarretado consequências penosas.

D. Públia Hortênsia de Castro saiu-se tão airosamente da sua batalha particular que acabou por ser bem aceite por outra excelente senhora que a compreendeu. Falamos da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, nascida em 1521, em Lisboa. Considerada a princesa mais inteligente e mais rica de toda a cristandade, quis o destino que ficasse solteira por nunca se ter conseguido assinar um tratado de casamento. Havia imensos pretendentes mas nenhum deles era suficientemente importante para ela. E qual deles é que a queria, sabendo que se tratava de uma senhora de extraordinária inteligência? Como noivos potenciais surgiram o Delfim de França (filho de Francisco I), o Duque de Orleans, o Rei da Hungria, o Imperador Maximiliano e o Rei Filipe II. Dizem os cronistas que o casamento da Infanta não se conseguia realizar porque ela era muito rica, mas os cofres do Estado não possuíam a necessária liquidez para lhe juntar um dote equivalente à sua importância. Foi considerada a princesa mais rica da Europa, tinha um grande número de cidades, vilas e outras terras, juros e jurisdições em França, Espanha e Portugal. O Estado não a podia oferecer! A Infanta conservou-se portanto, solteira.

Aos 16 anos, el-Rei seu irmão (D. João III) organizou-lhe casa própria separada do Paço Real, composta de damas e fidalgos da mais selecta nobreza do reino, sendo tratada com a mesma grandeza de uma

Fig. 34: A Infanta D. Maria, a Notabilíssima Senhora.

rainha, com a excepção do título.

Foi neste palácio que a Infanta D. Maria se fez rodear de óptimos professores e professoras e alunas distintas criando, assim, a primeira universidade feminina portuguesa.

Foram professoras desta instituição as irmãs Luiza e Angela Sigéa. Enquanto a primeira ensinava latim, grego, hebraico, caldaico, sírio, castelhano e português, a segunda ensinava latim, grego, castelhano, português, italiano e música.

Com professoras destas e possuindo uma extraordinária memória, rapidamente a Infanta D. Maria se tornou uma notabilíssima senhora. A sua vontade não só era a de saber mas a de compartilhar o que sabia. Recebeu, assim, um número de donzelas fidalgas com vontade e capacidade de aprender, tornando a sua casa numa verdadeira universidade de senhoras ilustres em todo o género de ciências e artes.

Quando os embaixadores estrangeiros relatavam estes factos nos seus países, Portugal era olhado com admiração, pois não só criava donzelas belas e valentes mas também extraordinariamente inteligentes.

Fontes: "Portugal Diccionario Historico". Esteves e Rodrigues, Lisboa, 1911. "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Editorial Enciclopédia Lda. Lisboa/Rio de Janeiro, c. 1950.

Fig. 35: Litografia oitocentista que mostra a Infanta D. Maria a discursar na sua Universidade Feminina.

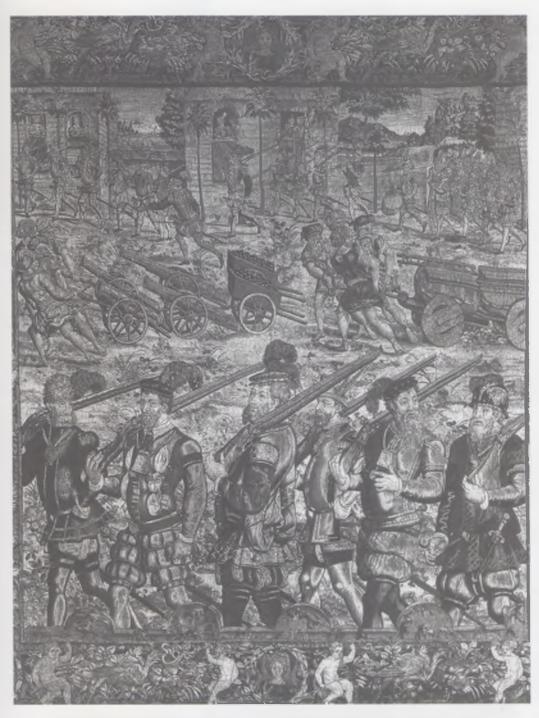



Fig. 36: Tapeçaria quinhentista que representa as conquistas de D. João de Castro e que se encontra no Kunsthistorisches Museum de Viena de Áustria.

Fig. 37:
Adaga indo-portuguesa com lâmina lusa e punho em marfim esculpido com a figura de uma moça hindu. Séc. XVII a XVIII.

BELEZA E INTELIGÊNCIA — AFINAL SEMPRE COMBINAM

Eram estes os atributos da Infanta D. Isabel, filha de D. Manuel I. Quem estaria à altura para casar com uma princesa assim? Só um dos homens mais poderosos do mundo, o Imperador do Santo Romano Império Alemão, Carlos V, Carlos I de Espanha. Dizem que o Imperador alemão se apaixonou por ela, quando lhe viu o retrato. D. Isabel contava 22 anos e era, sob todos os aspectos, uma mulher extraordinária, independentemente do lugar que ocupava como filha do poderoso D. Manuel I de Portugal, que havia recomendado este casamento no seu leito de morte (morte esta ainda hoje não satisfatoriamente explicada). A recomendação do monarca cumpriu-se e em 1525 firmou-se em Torres Novas o contrato do casamento da Infanta D. Isabel com o Imperador Carlos V. O contrato confirmou-se por procuração em Almeirim, no mesmo ano, sendo Carlos V representado por Carlos Popeto, seu embaixador. Deram-se grandes festas em Almeirim, que duraram até ao fim do ano. Em Janeiro de 1526, seguiu a nova imperatriz para Elvas com grande comitiva, fazendo a viagem em liteira até à raia. Depois montou numa linda égua branca e, com luzido acompanhamento, foi ao encontro da embaixada que a vinha buscar da parte do imperador e que se compunha do Duque de Calábria, Duque de Béjar e Arcebispo de Toledo. Celebraram-se as bodas com grande magnificência em Sevilha, a 1 de Março de 1526. Carlos V deu por divisa a sua mulher as Três Graças, tendo uma delas uma rosa, símbolo da sua formosura, outra um ramo de murta, símbolo do amor que por ela sentia, e a terceira uma coroa de carvalho, símbolo da fertilidade, e este mote: “Has habet et superat”. D. Isabel recebera em dote novecentos

mil cruzados, quantia importantíssima naquela época, bem vinda para as sempre difíceis finanças do imperador, que gastava fortunas colossais em exércitos e armadas, para se impor ao mundo que o rodeava.

Muitas vezes o imperador se ausentou por razões de estado e coube à imperatriz alemã de origem portuguesa, reger um cargo altamente espinhoso, que raras vezes vê gratidão e com grande frequência semeia ódios.

Carlos V teve questões difíceis na Europa Central, as quais resolveu tratar pessoalmente. Os problemas relacionados com Portugal deixava para a sua mulher tratar. Quanto aos do Novo Mundo, nem sequer tinham espaço nas suas vastas áreas de preocupação. Assim se chacinaram 2,5 milhões de Aztecas no México e 1,8 milhões de Incas no Perú, durante o seu reinado, sem que ele se tivesse sequer dado conta disso.

O seu Conselho das Índias ficou encarregue destes assuntos longínquos e aí, reinava a cobiça do ouro e a desculpa da salvação das almas dos indígenas, para os converter à "religião única e verdadeira". Obviamente, alguém tinha de pagar as armadas que traziam os salvadores das almas e distribuidores da fé. Em nome do rei de Espanha lançou-se, assim, um imposto aos indígenas que, na sua interpretação mais simplificada, significava a entrega de todo o ouro. Arrancaram-se as estátuas religiosas dos templos destas civilizações, pelas quais não se tinha o mínimo respeito. Partiam-se e derretiam-se os objectos de culto, arrancavam-se os colares e brincos (que levavam muitas orelhas atrás). E, quando os anéis e pulseiras não saíam, cortavam-se os dedos ou as mãos. Para facilitar o transporte, derretia-se tudo e fundia-se em barras. Estas, uma vez chegadas a Sevilha, eram refundidas e cunhadas em moeda. Foi esta a origem da riqueza espanhola no séc. XVI, enquanto a origem da riqueza portuguesa, no mesmo século, provinha do negócio das especiarias.

Quando só alguns castelhanos tinham acesso ao ouro que vinha, outros desejaram também fatias desta riqueza, procurando outros locais situados na metade do globo que o Papa Alexandre VI, através do Tratado de Tordesilhas (1494), tinha adjudicado à Espanha.

Soube-se então que os portugueses tinham descoberto um arquipélago longínquo, as Molucas, de onde traziam as melhores especiarias alguma vez vistas.

Logo alguém pegou nos mapas e globos existentes, para descobrir se este arquipélago ainda estava na metade portuguesa ou se eventualmente já estaria na metade espanhola.

A vontade e a conveniência de que estivesse do lado espanhol tiveram então mais peso do que a interpretação científica. Tornara-se necessário esclarecer este assunto de vez. Foi por esta razão que se realizou a viagem de Fernão de Magalhães, sob bandeira de Castela, atravessando o Pacífico, para chegar às ilhas das especiarias pelo lado castelhano.

As cartas portuguesas apresentavam as Molucas como pertencendo a Portugal (com toda a razão) e as espanholas como pertencendo a Espanha. A ciência da medição das longitudes era discutível e as duas versões inconciliáveis. A presença de Fernão de Magalhães poderia ter solucionado a questão (mas ele morreu nas Filipinas), desde que ambas as partes aceitassem a verdade científica. As razões de Estado porém, tinham prioridade sobre a realidade dos factos. Classificar os mapas espanhóis como falsos seria uma ofensa tão grave que bem poderia significar a guerra! Aceitá-los, sabendo-se que estavam errados, também não fazia nenhum sentido! Carlos V tentou encontrar uma solução diplomática, propondo a D. João III a cedência da exclusividade do comércio das Molucas, por um espaço de seis anos, tendo Portugal de pagar a Espanha 40.000 ducados anuais, que poderiam ser descontados na dívida do dote que Espanha ainda tinha com Portugal. Tendo ambas as partes percebido que o teimar na ciência dos mapas acabaria por desmascarar o lado espanhol como "burlão", por má informação ou por má fé, tudo se resumia à impossibilidade financeira de Carlos V de cumprir os seus compromissos monetários. É interessante saber-se que, por essa altura, tinha Carlos V declarado a bancarrota da Fazenda Real.

Na diplomacia entre estados não se pode chamar as coisas pelos seus nomes. Assim, um ladrão não é considerado como tal, passando--se o mesmo com um burlão. Tornava-se necessário, para ambas as nações ibéricas, encontrar uma saída airosa, através da qual se evitaria a guerra, que parecia iminente. Onde nada há, nada se pode ir buscar — esta é uma velha filosofia do povo. Perdoar a dívida do dote seria um escândalo e razão suficiente para se devolver a Rainha. Como ela já tinha casado e dado à luz, tal não poderia ser feito até porque tal

daria motivos para uma guerra. Pesados todos os prós e contras, disfarçou-se a acumulação de diversas e graves situações, num glorioso tratado, em que D. João III adquiria a posse, então incontestada, das Molucas, pela quantia de 350.000 ducados, que não precisavam sequer de ser pagos. É interessante observar que esta quantia equivalia então a cerca de uma tonelada de ouro e que em 1526, D. João III estabelecera um dote para o casamento de D. Isabel, sua irmã, cerca de três vezes superior a este valor.

Isto demonstra que a "cotação" de uma infanta portuguesa na "bolsa diplomática" de então, era três vezes superior.

Tudo isto se estabeleceu pelo Tratado de Saragoça, em 1529. Podemos perguntar agora quem é que esteve por detrás deste tratado que airosamente encontrou uma solução de modo a que ambos os países peninsulares pudessem manter a cara e se resolvessem as questões mais fundamentais, sem que se recorresse às armas. Foi a Imperatriz, a Infanta portuguesa, quem se lembrou de uma solução, inimaginável para quem não conhece a forma lusa de estar no mundo. Fiel à sua terra natal e ao seu marido, descobriu o que ninguém achou possível: uma paz baseada no seu amor, na sua inteligência, na sua fidelidade e capacidade diplomática.

Uma enorme desgraça não desabou por cima dos dois países porque o cérebro e o coração de uma mulher não o permitiram. Tão heroína como quem pega num chuço, numa pá, ou numa espingarda, melhor estratega do que o mais airoso dos generais, conseguiu evitar uma guerra desastrosa que para todos parecia iminente.

O povo amou-a. Diz-se que o imperador se apaixonou por ela de tal forma que, após a sua morte, retirando-se em luto para o Convento de S. Justo, passava horas a contemplar o retrato que da formosa filha de D. Manuel I fizera Ticiano.

Muitos fidalgos souberam avaliar e reconhecer o mérito da imperatriz, dedicando-lhe toda a afeição e respeito que as circunstâncias permitiam.

Aos 36 anos, faleceu a Infanta D. Isabel, diz-se que de parto. Ao velório vieram os grandes, não só de Espanha, mas de muitos estados ligados ao Império de Carlos V. Um dos mais nobres foi Francisco de Borja, Duque de Gandia, encarregado de conduzir o corpo da Imperatriz a Granada. Conhecendo e estimando a infanta portuguesa e apre-

ciando a beleza que ela mantivera, mesmo após diversos partos, ficou profundamente chocado quando a viu morta. Não parecia estar frente a uma mãe de 36 anos, que falecera em consequência de um parto difícil. Estava perante um cadáver disforme, com as feições extremamente desfiguradas. Encheu-se de tal horror que, depois de cumprida a sua missão, se retirou do mundo, entrando para a Companhia de Jesus, que então se iniciava, para se dedicar exclusivamente a obras religiosas. Talvez soubesse que este efeito de desfiguração poderia ser causado pela morte por envenenamento. Nem aos 90 anos, uma mulher tão bela teria este aspecto no leito de morte! Uma das melhores pessoas que conhecia, a quem tantos deviam tanto, fora afastada dos vivos, quiçá por conveniência de alguém! E se assim foi, talvez o Borgia o soubesse e talvez se tivesse salvo ao retirar-se sem acusar alguém que teria provavelmente grande poder e ambição.

Para a História, ficou a memória de uma imperatriz alemã de berço luso, cujo valor transcendeu tanto a sua posição, como a sua vida.

Ela batalhou usando a sua inteligência e talvez por isso se tornasse perigosa para os medíocres que rodeavam o seu marido e que não queriam ser desmascarados como tal. Costuma dizer-se que os maiores heróis sucumbem na batalha e não aparecem nas paradas de vitória. D. Isabel de Portugal obteve uma das mais valentes vitórias, salvando a vida a seres humanos que nem disso tiveram conhecimento. Cabe--nos abrir nos nossos corações um nicho dedicado à memória desta grande senhora, para que futuras gerações tenham conhecimento da sua acção.

Fontes: "Portugal Diccionario Historico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª- Editores. Lisboa, 1911.
"Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Editorial Enciclopédia Lda. Lisboa/Rio de Janeiro, c. 1950.
"Meyers Konversationslexicon". Leipzig, 1895.

Fig. 38: A morte da Imperatriz Isabela, Infanta de Portugal, ainda jovem, mas de tal forma desfigurada na dor da agonia (possivelmente envenenada), causou tão grande desgosto a Francisco de Borgia, que este se retirou da vida palaciana entrando numa ordem religiosa. Água-Forte oitocentista.

MENINA E MOÇA ME LEVARAM…

O século XVI foi rico em donzelas lusas que escreveram páginas de relevo em locais distantes do globo. Nem todas tiveram de pegar em armas para se distinguir. As lutas travadas por seres femininos, nem sempre se limitam ao campo de batalha. Existem muitos níveis diferentes nos quais se peleja com não menos fervor.

Uma destas portuguesas que se destacaram em terras distantes foi a nossa Infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel I e da sua segunda mulher.

Nascida em 1504, época em que se estava a construir a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos, o da Batalha e tantos outros dos nossos melhores monumentos que ainda hoje nos falam deste período áureo de Portugal, habituou-se a assumir o lugar que lhe competia. Era Infanta de uma das maiores potências mundiais, cujos braços comerciais e missionários se estendiam às culturas mais longínquas. A corte lusa vivia em grande luxo, proporcionado pelas riquezas vindas do Oriente. Porém, manteve uma condição moral de elevado estatuto.

Seu pai, D. Manuel I, tal como os seus antecessores, impôs aos membros da corte uma condição ética merecedora de respeito. Outras cortes houve que não se comportavam de forma digna, sob o ponto de vista luso. Assim, D. Manuel I escreveu uma carta ao Pontífice, criticando-o pelo escândalo que a sua conduta, bem como a da sua família, estava a causar em toda a cristandade.

Na Itália renascentista vivia-se um pouco como no fim do Império Romano. Nada de positivo daí se poderia esperar. Porém, a política de Estado teve de reconhecer a importância de uma boa ligação portuguesa com o homem mais forte da Europa Transalpina: o Duque de

Sabóia. Este não se comportava como os representantes do clero em Roma mas era um homem de armas, mais habituado a beberetes no meio da soldadesca do que a cerimónias e etiquetas de uma corte disciplinada.

Assim, temos de compreender a relutância da Infanta portuguesa, quando o seu pai decide dá-la em casamento ao Duque de Sabóia. Um códice da primeira metade do século XVI descreve pormenorizadamente a sua partida, viagem e chegada. A sua leitura não deixa dúvidas de que a Infanta não partiu de muito boa vontade. Tinha 16 anos e teve de aceitar ser a moeda de troca política, porque o Estado a isso a obrigou.

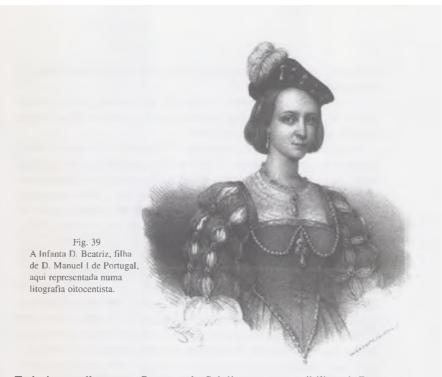
O que D. Beatriz encontrou não foi só um marido guerreiro e bem mais idoso, mas uma corte pobre e endividada. Deve ter sentido um profundo choque de adaptação.

Conseguiu porém, não se submeter ao condicionalismo encontrado mas transformá-lo mais a seu gosto. Mudou tudo à sua volta. Desde a forma de tratamento entre as pessoas que frequentavam a corte, à higiene palaciana e suas decorações interiores. Rapidamente o Duque de Sabóia compreendeu que tinha casado com uma pérola rara e não só a deixou tomar as rédeas na liderança da casa, como também passou a ouvir os seus conselhos em assuntos de Estado.

D. Beatriz assumiu totalmente o seu lugar e compreendendo que o marido não lhe podia oferecer a vida luxuosa a que estava habituada em Lisboa, resolveu melhorar as condições do Estado Saboiano, para assim também poder usufruir dos resultados positivos.

Sua irmã tinha casado com Carlos V, o Imperador da Alemanha. Isto colocou D. Beatriz na posição de cunhada do mais poderoso Imperador de então. Como Carlos III de Sabóia se ausentava frequentemente por razões militares, coube à Infanta Portuguesa parte importante nas decisões do Estado, passando ela a governar, tratando tanto dos assuntos internos como externos do ducado. A inúmera correspondência trocada entre ela e as principais figuras políticas do teatro de guerra de então, mostram que a Infanta Portuguesa foi uma senhora, sob todos os aspectos, excepcional.

Ela escreveu ao Imperador Carlos V e não só conseguiu um lugar de honra para o seu marido ao lado do Imperador, como também que este lhes cedesse o condado de Asti e o senhorio de Chevasco e Ceva.

Fig. 39
A Infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel I de Portugal, aqui representada numa litografia oitocentista.

Tudo isto melhorou as finanças de Sabóia, o que possibilitou à Duquesa encomendar as tapeçarias para as paredes tão frias do seu palácio. Foi ela que converteu um castelo de um guerreiro em lar da sua família.

Foi ela a mãe de Emanuel Filiberto, o futuro Duque de Sabóia, que mais tarde mandou bater diversas armaduras milanesas, das quais ofereceu parte a D. Sebastião.

D. Beatriz era uma Infanta decidida e disso nos deu muitas provas. Em dada altura, a 15 de Agosto de 1532, encontrava-se D. Beatriz a assistir à missa com o seu filho, quando estala uma rixa entre os senhores de Racconigi, de Masino, o governador de Asti e o Conde de Tenda. Chegando-lhe aos ouvidos que esta contenda seria um pretexto para ferir o seu filho, ela ordena a suspensão da missa e a evacuação do templo, leva o filho para o coro e dirige-se ao Bispo de Nisa para explicar as suas atitudes e pedir a sua intervenção. Parece que foi no último minuto que conseguiu evitar o que facilmente poderia ter acabado em assassinato político disfarçado de rixa, estranhamente entre par-

tidários do mesmo lado. Existe uma carta sua a seu marido onde relata estes acontecimentos.

Carlos III de Sabóia sentiu a falta que ela lhe fez por ter falecido (em 1554) e mandou cunhar medalhas com o retrato da sua mulher para ser vista e relembrada por todos.

Tornou-se hábito em Portugal ligar D. Beatriz à "Menina e Moça" do poeta Bernardim Ribeiro. Lenda ou não, foi aceite pelos historiadores, segundo os quais ela seria a fonte de inspiração do poeta que por ela morria de amores. Não se sabe se este amor teria sido correspondido pela Infanta. Há quem diga que o poeta tenha andado como um doido pela Serra de Sintra quando soube que ela ia para Sabóia. Almeida Garrett em nota ao canto nono do poema "Camões" diz: "*... prometi ilustrar o ponto destes amores de Bernardim Ribeiro e da sua romanesca vida. Mas não me atrevo por ora a cumprir tal promessa. Aqui atirei com elle ao mar, porque me era preciso: e o público disse que era bem atirado. Ē o que me importa. Se elle foi ou não a Saboya depois, como eu já cuidei averiguado, se andou doido pela serra de Cintra, tambem me não atrevo a certificar. O que parece mais certo é que NÃO MORREU DE PAIXÃO, porque depois foi feito commendador da ordem de Christo, e governador de S. Jorge da Mina, onde talvez morresse de alguma carneirada: materialissimo e mui prosaico fim de tão romantica, saudosa e poetica vida. APRENDEI, Ȯ BEATRIZES D'ESTE MUNDO!*".

No dizer de Gil Vicente, D. Beatriz era "FORMOZA Á MARAVILHAS". Houve outros que concordaram com ele. Um até ultrapassou os limites. Foi o Cardeal de Lorena. "*Em lugar de lhe beijar respeitosamente a mão, resolveu beijá-la na boca. Ele, a quem nem a própria Rainha ou seu pai ousariam tocar... como poderia negar-se esta duquesa pobretana? Agarrou-a pela cabeça e beijou-a 2 ou 3 vezes, apesar da vitima se debater nas unhas. Mas logo que se libertou do aleivoso Cardeal, a filha do Rei Felizardo de Portugal pregou-lhe ali mesmo uma tremendíssima bofetada!*"

Fontes: "Histórias de Reis e Príncipes", de Alberto Pimentel, 1890.
"Portugal Diccionário Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Ca- Editores, Lisboa, 1911.

AS HEROÍNAS DE DIU – 1º CERCO: 1538

Poucas são as nações que possuem na sua língua uma classificação especial para heroínas. Portugal tem! De vez em quando, ainda se ouve o seguinte termo: "Ela portou-se como uma heroína de Diu!". Quer seja num exame ou num parto, ainda se utiliza esta terminologia, embora já não se ensine a sua origem.

Diu, na margem norte do Índico, junto à entrada do Golfo de Cambaia (daí vem o nome de "cambada" que era a "gente do Reino de Cambaia"), foi uma fortaleza portuguesa extraordinária. As suas dimensões, bem como a grossura dos seus muros, causaram espanto. Após a queda de Constantinopla (1453), que se deveu, em grande parte, à instalação de uma peça de artilharia gigante, optaram muitos soberanos, sobretudo muçulmanos, por mandar fazer (bater em ferro ou fundir em bronze) enormes peças de artilharia. A sua dimensão, por vezes, impossibilitava o seu transporte. Assim, eram fundidas no local onde eram instaladas, bem em frente da cidade que se desejava tomar. Chegaram a ter calibres que ultrapassaram um metro de diâmetro, de tal forma que uma criança podia estar em pé dentro da sua boca. Os seus tiros derrubavam muros espessos como se nada fossem. Os portugueses precaveram-se contra esta possibilidade e construíram a fortaleza de Diu para estar preparada para esta eventualidade. E ainda bem, porque durante dois cercos medonhos tiveram de a defender contra exércitos vinte vezes superiores em número de homens e de armas.

Algumas destas peças de artilharia gigantes caíram em mãos portuguesas. A maior delas foi para Goa onde acabou por ser partida, derretida e utilizada para a cunhagem de moedas, no século XIX. A maior hoje existente em Portugal (uma das maiores ainda existentes a nível

mundial) encontra-se no Museu Militar de Lisboa. Chama-se "O Tiro de Diu" e pesa perto de 20 toneladas. Como o nome indica, foi conquistada aos muçulmanos durante um dos cercos de Diu.

O primeiro cerco deu-se em 1538, quando o turco Suleimão Paxá (o tal sem os "ditos cujos" que deu origem ao título da obra "Homens, Espadas e Tomates") enviou uma formidável armada para ajudar os exércitos de terra dos soberanos de Cambaia e Gujerate, que se tinham unido para expulsar os portugueses de Diu. A sua zanga tinha razão de ser. Um acto indisciplinado de marinheiros lusos tinha causado a morte a um soberano muçulmano e os guerreiros que se uniram frente à fortaleza estavam ansiosos para matar todos os portugueses por vingança e das formas mais cruéis imagináveis.

Obviamente estavam incluídas também neste destino esperado as portuguesas que se encontravam na fortaleza. Um dos briosos cavaleiros de Diu, um madeirense chamado Manuel de Vasconcellos, que era juiz da alfândega, quis evitar que a sua mulher se tornasse eventualmente despojo do inimigo. Quando António da Silveira, o bravo capitão de Diu, decidiu mandar uma fusta com recado ao Vice-Rei em Goa, aproveitando-se este transporte para enviar alguns feridos que certamente teriam melhor socorro no sossego das encostas verdejantes do Mandovi, do que no meio da peleja de uma praça cercada, surgiu a hipótese do juiz da alfândega mandar também a sua mulher para porto seguro. Dirigiu-se então à sua nova e bonita Isabel da Veiga. Ela porém, não queria ouvir falar desta hipótese. Concordou que se mandasse a filha de ambos, ainda de muito tenra idade, para ficar aos cuidados do avô em Goa, mas ofendeu-se com a ideia de se separar do seu marido em situação de tanto perigo. Protestou e fez-se suplicante, carinhosa: "*Então já não gostava dela? Se não fosse isso por que razão havia de a mandar embora? Porque estava descontente dela? Que lhe dissesse as razões de alguma culpa! Faria tudo para se emendar. Ela certamente não merecia o castigo de ser afastada do seu marido, ainda por cima numa situação de graves riscos, onde ela lhe poderia ajudar!*" Tanto teimou que ficou. Isto deu-lhe ânimo para mostrar, junto com todas as outras portuguesas em Diu, o quanto valia.

Combinou com a sua amiga, a já idosa Ana Fernandes, mulher do físico Fernão Lourenço, "dar uma mão" a valer. Depois chamaram as companheiras na sua sorte e formaram uma espécie de grupo militar

auxiliar. Sob a chefia de Ana e Isabel, acarretaram terra e pedras que levavam em alcofas e outras vasilhas para os muros e baluartes onde mais falta poderiam fazer. Assim, os combatentes não tiveram de deixar os seus lugares para ir buscar material.

Chegaram a dividir as tarefas entre elas. Assim, enquanto umas transportavam o que era necessário, outras preparavam camas para permitir curtos descansos aos mais exaustos. Outras ainda, dedicavam-se à cura dos feridos com trapos, estopas, pensos e ligaduras. Já sabiam como poderiam curar certas feridas e quais comidas haviam de dar. Tudo planeavam e executavam com prontidão, facilitando em tudo o que podiam o trabalho aos combatentes. Sem medo algum, ou pelo menos não o dando a entender, passavam no meio dos tiros de artilharia pesada que despedaçavam ameias, baluartes e casas à sua volta. Parecia que a nada ligavam, menos à sua missão útil e piedosa. Ana Fernandes, sendo a mais velha, era capitão e mãe de todas as outras. Apoiada num cajado, com o rosário na mão, percorria no meio da noite toda a muralha, levantando o moral com palavras amigas, e o físico com gostosos manjares. Lopo de Sousa Coutinho revela que sem ela e as outras mulheres de Diu, o trabalho dos combatentes neste cerco teria sido mil vezes pior. Foram destemidas, heróicas não só no combate mas também na dor que aceitaram de forma estóica. O cronista fala também de Bárbara Fernandes:

"Havia em a dita fortaleza uma mulher portugueza, viuva, por nome Barbora Fernandes, ama que fora de Manuel Noronha, da ilha da Madeira, a qual tinha dois filhos valentes e esforçados mancebos; o mais velho que se chamava Luiz Francisco estava no baluarte da villa dos Rumes, e outro que se chamava Christovam, de edade de vinte annos tinha comsigo. Este estando em o muro com suas armas, foi ferido pelo ventre de um pelouro de espera que das galés vinha, o qual o espedaçou todo; foi trazido ainda fallando aos braços da infeliz mãe, a qual o recebeu em elles, dizendo-lhe o coitado moço: 'Oh! mãe: veja eu, vos peço primeiro a confissão que vossas lágrimas, porque hei medo que a dor que vos vir padecer seja impedimento à breve partida de minha alma'. A triste velha sustendo com as suas mãos as espedaçadas entranhas do filho, com face socegada e olhos enxutos (sendo ella só a que entre os muitos que na casa estavam taes palavras podessem padecer sem romper em gritos aos altos ceos)

Fig. 40: "ANA FERNANDES, NA OCCASIÃO DE DEFENDER UM BALUARTE EM DIU, VENDO CAHIR MORTO O SEU FILHO, CONTINUA A PELEJAR E SÓ DEPOIS DA VICTORIA RECOLHE E SEPULTA O CADAVER". Litografia oitocentista.

Fig. 41: "D. IZABEL DA VEIGA, Á FRENTE DAS MULHERES DE DIU, GRANGÊA PARA SI E SUAS COMPANHEIRAS FAMA IMMORTAL NAQUELLE PRIMEIRO CERCO".
Litografia oitocentista

respondeu-lhe: 'Filho do confessor me preza haveres mister, que da tua morte a esperança que me fica do bom lugar que a tua alma possuirá m'a fará soffrer; encomenda-te a Deus e sê esforçado no morrer e com isso me consolarás'. D'esta maneira, esforçando-se um ao outro, dando a triste mulher ao moço animo para que soffresse a morte, e a si mesma para lh'a poder vêr receber; sendo confessado e assaz contricto passou d'esta vida: a qual morte e desesperado fim foi d'ella com tanto animo suffrido que os que a vinham consolar em vez de lhe dar consolação a recebiam d'ella. Seguiu-se (...) ao outro dia seguinte perder-se o baluarte da villa dos Rumes onde o outro filho estava, as quaes desventuras tão juntas a atribulada mãe com incrível e inusitada fortaleza soffreu, sem nem em palavras doridas, nem lágrimas, nem exclamações mulheris ser notada".

Por sua vez, Diogo do Couto, referindo-se a ela, diz o seguinte:

"...exemplo foi êste merecedor de perpétua memória, e de andar escrito no Mundo com hum muito subido, e alevantado estilo que nos a nós falta com que mostrassemos a todos os que o vissem, que não só Roma e Grécia crearam mulheres famosas, pois também as houve no nosso Portugal, mas faltou quem perpetuasse a sua memoria, e o valor de que usaram...".

Lopo de Sousa Coutinho ainda acrescenta: *"Apesar de tão rude e*

Fig. 43: Gravura a cobre da fortaleza portuguesa de Diu, na entrada do Golfo de Cambaia. Obra de Braun e Hogenberg, cerca de 1580.

Fig. 42:
Litografia oitocentista que representa um casal luso do séc. XVI.

imediato golpe, ela aguentou serena e silenciosa — exemplo heróico e cristão!"

Elaine Sanceau comenta: *"Tais são heroínas bem femininas, esquecidas de si mesmas na sua missão de curar e consolar!"*

Não se deve pensar porém, que a acção das heroínas de Diu tivesse sido exclusivamente a de ajuda no que vulgarmente se chama "2ª linha". Quando se tornou necessário, também pegaram em armas e combateram como qualquer infante. Catarina Moreira, por exemplo, vestiu-se de homem, pegou numa lança e, acompanhada do mesmo modo por outra companheira de armas, correu ao muro aquando de um rebate, bradando aos homens que se esforçassem, pois elas estavam ali para os ajudar! Catarina Moreira foi atingida por uma bala de mosquete. Como os inimigos estavam a disparar a muito curta distância, o projéctil entrou no ombro e saiu pelas costas. Nem assim conseguiram convencê-la a descer do muro. Respondia que ainda estava boa para matar um par de turcos.

Não poderia deixar de haver uma pequena referência a Isabel Fernandes, conhecida na História pela "Velha de Diu" e que combateu de adaga em punho com tal valentia, que espantou os mais experimentados soldados.

Aqui ficam alguns dos nomes destas heroínas, mas a classificação genérica ainda existe. Facto é que este nome não se destina unicamente às do primeiro cerco. Algumas delas talvez até fossem as mesmas quando se deu o segundo cerco (1546). Muitas outras, porém, se lhes juntaram e tanto as suas acções como o resultado foram os mesmos.

Elaine Sanceau comentou: "*Devemos confessar que se o português de quinhentos fez figura de epopeia, a portuguesa nunca lhe ficou atrás*".

Fontes:"Recortes de Pequena História", Elaine Sanceau. Barcelos, 1964.
"Crónica de D. João III", de Francisco de Andrade.
"Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", Editorial Enciclopédia, Lda. Lisboa/Rio de Janeiro, c. 1950.

AS HEROÍNAS DE DIU – 2º CERCO: 1546

Todas as praças portuguesas do Índico sofreram graves cercos. Algumas até mais do que uma vez. Em todos estes casos de aflição geral, parte importante das vitórias coube às mulheres. O maior de todos os cercos foi o de Chaul, também ganho com a bandeira das quinas sempre erguida. Dele porém, poucos cronistas nos falam. Os cercos mais bem documentados foram os de Diu. O primeiro em 1538 e o segundo em 1546.

Acerca deste último, diz-nos Leonardo Nunes:

(...) ho capitão acabada esta vitória que Nosso Senhor lhe dera, mediante o sancto appostolo, se pos en giolhos e lhe deo muitas graças e depois se foi pelos baluartes ha dar os agradecimentos aos capitães e soldados pelo serviço de tão boa vontade, como fizerão ha Deus e a el Rey nosso senhor; a qual maneyra de benevolencia foy grandissima en toda maneira de pessoas; não ha tão bem razão que passe cõ silencio e excellente virtude e fermoso animo das donas virtuosas casadas e todas as outras molheres solteiras e de quoalquer estado que seja, que neste ano no cerqo se acharão, porque em tal caso as pedras e as aves dos ceos e as agoas do maar diryão suas façanhas, como testemunhas de suas honras e trabalhos; porque nunca tal se vio en nenhum tempo, has quoaes durante ho cerquo todo, cõ suas familias, trabalharem em acarretar pedra e terra e servirem nos combates sem nenhum medo, com animos e corações varonjs, de dar panelas de polvora aos soldados que com ellas pelejavão e acontecia que as fréchavão (acertavam com flechas) has vezes pollas pernas e polos braços e per todo o corpo, de que morrião e outras quebravão as frechas e tiravã-nas fóra de sy a atadas has feridas com um pano, tor-

navão ao trabalho e avya algumas dellas que empeçavão (tropeçavam) nos maridos mortos e nos filhos ferjdos e outras nas pessoas de sua afinidade e parentesco, cujo mal tinhão razão de sentir, mas andavão tão promptas no serviço de Deus e d'el-Rey nosso senhor, que ate não ser acabada ha pelleja, não avyão de bolir cõ eles, nem despois hos enterravão com chorar se nõa cõ huã maneira certa que de Deus as cobria que doutra discrição não podia sair e acabado ho combate acodião aos soldados cõ cousas pera os esforços cada huã cõ o que milhor podiae lhes davão de comer cõ as suas mãos, cõ muyto boa augoa frya e isto cõ hum amor tão virtuoso e cõ huã vontade tão casta e limpa (...).

Antre estas donas se mostrarõ por principaes neste serviço Isabel Madeira molher do mestre Johã, muyto moça e formosa e Gracia Roiz molher de Ruy Freire e Caterina Lopez molher d'Antonio Gil feitor que ora he desta fortaleza e Isabel Diaz molher de Gaspar Roiz feytor do capitão, has quoaes hafora hos seus trabalhos, suas cousas erã verdaeiras espirituaes e suas fazendas gastadas nisso por serviço de Deus e delrey nosso sñor e outra que pollas não nomear não perdem seu merecimento."

O cronista refere-se novamente, mais adiante, a Isabel Madeira e a seu marido, João, o célebre cirurgião de Diu que junto com quatro outros se lançou na brecha da fortaleza, dando a sua vida num combate contra 500 janízaros (ver "Homens, Espadas e Tomates").

"Sobre o fazer esta tranqueira morrerão alguns soldados e morreo tãobem mestre Johão, sorugião desta fortaleza; e sua molher moça dilicada que delle tinha coatro mininos e se querião grandemente ho amortalhou e ho enterrou depois de passado ho dia sem chorar publicamente, nem fazer gritos femininos, antes consolou as amigas, que a vinhão consolar e acabado o seu enterramento se tornou ao muro ajudar a enterrar os outros, segundo era tida por virtuosa, lhe foy tido o que fez ha grande estremo de fortaleza."

Fontes: "Crónica de Leonardo Nunes" em "Breve Dicionário Histórico de Donas Notáveis" de Isabel Branquinho em "Oceanos", nº 21, Janeiro/Março, 1995.

ACUDIR AOS COMBATENTES

As mulheres portuguesas que acompanhavam os seus maridos nas praças lusas do Norte de África, tinham pleno conhecimento de que a perda de uma fortaleza significava para elas a morte ou a escravatura.

Durante a peleja não se limitavam a ficar barricadas em casa mas acudiam no que era possível.

Como exemplo, menciono aqui D. Branca Coutinho, mulher de Rui Diaz de Sousa, que é referida por Bernardo Rodrigues como uma das defensoras de Arzila, sitiada pelo sultão de Fez.

No segundo quartel do séc. XVI era D. João Coutinho o capitão desta praça e tinha um grupo de valentes portugueses debaixo do seu comando. Por diversas vezes os exércitos mouros cercaram Arzila, atacando-a frequentemente por distintos lados ao mesmo tempo, mas nunca a conseguiram tomar.

Não pouco se deve este facto à extraordinária atitude das mulheres portuguesas que ajudavam na defesa e que tinham deveres iguais aos dos homens. Não são raras as referências a portuguesas que pegaram nas lanças e defenderam baluartes, portas ou passagens. Muitas houve que morreram em combate, outras que se suicidaram antes da moirama lhes cair em cima.

O caso de D. Branca Coutinho não se distanciou dos de centenas de outras portuguesas nas mesmas circunstâncias. O que fez os cronistas lembrarem-se dela foi a sua extrema bondade. Nos momentos decisivos da batalha porém, esta bondade atingia os limites do martírio. Corria instigando outras a seguirem-na. Aparecia nos sítios de maior aflição provida de panos, ovos, azeites e outras coisas necessárias ao remédio dos feridos. Carregava água, sacos de areia, munições e comi-

da — tudo o que era necessário aos que enfrentavam o adversário. As suas palavras meigas de conforto aos feridos, os seus modos para recobrar a chama de força nos que estavam a cair de cansaço, fez com que o desânimo desaparecesse. O sorriso dela deu a todos vontade para ao menos a salvar, já que a vida de muitos parecia ter chegado ao fim. Não se podia permitir que tal senhora se esforçasse em vão, não se podia consentir que ela fosse morta, tomada ou escravizada. O seu aparecimento nos baluartes mais atingidos pela artilharia moura e nos muros mais escalados, onde os defensores combatiam no meio dos camaradas mortos e cobertos por corpos de adversários tombados, tornou-se uma visão constante que dava ânimo e força. Que importa que a desproporção das forças e armas existentes fosse astronómica? Que interessava se a vida individual de cada um já parecia estar perdida de vez? O que importava era ver mais uma vez o sorriso de D. Branca e ainda estar vivo quando ela ali voltasse. O que importava era continuar a luta e merecer as palavras de apoio desta dama corajosa. Todos os grandes marechais sabem que, na guerra, a motivação é tudo, e estas portuguesas foram "molas reais" deste processo.

Fontes: "Recortes de Pequena História", Elaine Sanceau. Barcelos, 1964.

Fig. 44: Sinetes portugueses dos séc. XVI, XVII e XVIII.

Fig. 45: Gravura a cobre que representa Lisboa e o seu porto. Obra de Braun e Hogenberg de Cologne, cerca de 1580.

Fig. 46: Imagem de Nossa Senhora coroada. Tábua copta medieval datável do séc. XI a XII. Uma agradável descoberta feita pelos portugueses, do séc. XVI, quando subiram o Índico e entraram no Mar Vermelho.

HEROÍNA NA TRAGÉDIA

É costume os cronistas dedicarem a sua atenção às vitórias. Isto pode, ao incauto, dar o aspecto de que toda a expansão portuguesa foi uma longa corrente de vitórias sucessivas. Nada disso! Houve pelo menos outras tantas derrotas que não nos foram reveladas por simples omissão da desgraça.

Tanto os portugueses como as portuguesas sofreram estas desgraças e algumas foram tão horríveis que a sua referência pormenorizada ainda hoje poderia chocar os leitores.

Houve uma portuguesa que no meio de tanta desgraça alcançou o respeito geral, ao sacrificar-se para salvar o seu pai.

Trata-se de D. Mécia Monroy. Era mulher de D. Rodrigo de Carvajal, morto numa grande explosão (1541). No mesmo dia, D. Mécia dava à luz um bébé. Tudo isto aconteceu na pequena fortaleza portuguesa de Santa Cruz do Cabo de Guer, no Norte de África. A praça encontrava-se cercada há semanas. Os muros ruíam no meio dos tiros da artilharia grossa muçulmana. A comida escasseava e havia cada vez menos homens capazes de combater. Os reforços não vinham, a morte ceifava vidas e esperanças. A praça, defendida heroicamente até ao fim, acabou por cair em mãos mouras quatro dias após a grande explosão.

D. Goterre de Monrói, pai de D. Mécia, teve de render-se com poucos bravos sobreviventes. Todos foram feitos prisioneiros, separando-se os homens das mulheres. Foram obrigados a marchar com as cabeças descobertas sob o ardente sol africano. D. Mécia, ainda não recomposta do parto, foi arrastada, até se descobrir que era filha do capitão. Isto significava a possibilidade de um pagamento de resgate.

Assim, era inconveniente que falecesse. Tentaram colocá-la numa mula, mas ela não se conseguia aguentar. Resolveram então levá-la em braços.

Oito dias levou esta tortura, até chegarem à cidade de Tarudante, no sul marroquino. Que triste desfile de prisioneiros e prisioneiras! O xerife não estava nada satisfeito. Custara-lhe esta vitória diversos milhares dos seus guerreiros. A despesa desta guerra só parcialmente poderia ser compensada pelos eventuais pagamentos de resgate. A praça conquistada não passava de um monte de ruínas que mais interessavam aos abutres e às hienas. Seria necessário uma fortuna para a tornar habitável e merecedora de defesa.

Vendeu então os escravos e as escravas, separando só os que eventualmente pudessem ser resgatados. Aconteceu, porém, que a família de Monroy estava toda morta ou cativa, não havendo ninguém para pagar o alto resgate exigido. Os mercadores hebreus que geralmente se encarregavam de negociar os resgates com as ordens religiosas que se tinham especializado na salvação de cristãos cativos, trouxeram a má nova de que não conseguiam encontrar quem comprasse a liberdade aos últimos membros desta família infeliz.

O pai ficara cativo em Marraquexe, enquanto um alcaide levou D. Mécia para uma aldeia a vinte quilómetros de Tarudante. Em vez de a guardar respeitosamente até ser resgatada, resolveu fazer-lhe a corte. D. Mécia encontrava-se cheia de medo e conseguiu dar conhecimento da sua situação ao xerife. Este mandou-a vir ao seu palácio. Chamava-se Moulay Mohamed e era muito respeitado. Tinha perto de setenta anos, mas continuava um combatente viril. Vendo a cativa, apaixonou-se por ela, incluindo-a no seu harém. Encheu-a de atenção e mimos, pedindo-lhe que se convertesse ao Islão e que aceitasse ser sua esposa. Toda a ideia de a entregar contra resgate tinha-se desfeito. Isto não só significava o fim de qualquer esperança de salvação para a jovem viúva mas também a sentença de morte para o seu pai, algemado nas masmorras de Marraquexe.

Não querendo dizer sim e não podendo dizer não, D. Mécia lembrou-se de um estratagema, no qual depositava alguma esperança. Disse que se tornaria muçulmana e que aceitaria casar com o xerife, no dia em que ele lhe apresentasse o Rei de Marraquexe preso e destronado. Era este Rei que tinha o pai de D. Mécia em seu poder e que o

estava a tratar mal, por ninguém se oferecer para pagar o resgate exigido. Este rei tinha um enorme exército e, ainda por cima, era o próprio irmão do xerife.

Estas exigências, consideradas impossíveis de satisfazer, foram no entanto aceites pelo xerife que desde longa data considerava o seu irmão um rival inconveniente. Armou o seu exército e prendeu o irmão. Trazendo-o a Tarudante, apresentou-o a D. Mécia e esta teve de cumprir o que havia prometido. Converteu-se ao islamismo tomando o nome de Alia. Casou com o xerife e ficou à espera de um filho dele. O amor do xerife por ela permitia que ela lhe fizesse alguns pedidos. Conseguiu, assim, ser protectora dos cristãos cativos que se encontravam no seu palácio. Muitos eram hortelões que cavavam bem à frente da sua janela.

As outras mulheres do harém, porém, consideravam-na um alvo a abater e faziam-lhe a vida difícil. Só o amor do xerife por ela conseguiu muitas vezes acalmar os mais graves momentos de fricção entre as esposas mouriscas e esta, convertida por força das circunstâncias.

Quando o bébé nasceu, trataram a mãe e a criança tão mal que ambas acabaram por falecer. O corpo de D. Mécia foi enterrado pelos hortelões cristãos. O xerife enojou-se das suas outras mulheres, culpando-as pela morte da sua esposa mais amada e, em memória do amor que por ela sentira, deu ordem de libertação de D. Guterre de Monroy (satisfazendo assim, muito provavelmente, o último desejo de sua mulher).

Fontes: "Chronica de Santa Cruz do Cabo De Gué", de autor anónimo.
"Recortes de Pequena História, O Triste Fadário De D. Mécia De Monrói", de Elaine Sanceau, Livraria Civilização, Barcelos, 1964.

Fig. 47: Vista de Cascais até Belém, reconhecendo-se a Torre do Bugio e a Fortaleza de São Julião da Barra. Obra de Braun e Hogenberg de Cologne, cerca de 1580.

Fig. 48: Um meio de transporte para senhoras em terras do Brasil. Litografia oitocentista.

Fig. 49: Amazona e cavaleiro no Brasil. Litografia oitocentista.

GOVERNADORA DA AMÉRICA PORTUGUESA

Costuma dizer-se: "Atrás de um grande Homem há sempre uma grande Mulher!" A veracidade desta afirmação popular é-nos muitas vezes revelada na História de Portugal.

D. Beatriz (vulgo Brites) de Albuquerque foi uma destas senhoras extraordinárias que assumiu a chefia de zonas tão vastas e de difícil acesso que ainda hoje nos deslumbram.

D. Beatriz era filha de Lopo de Albuquerque, mulher de Duarte Coelho, mãe de Duarte Coelho de Albuquerque e de Jorge Coelho de Albuquerque.

Duarte Coelho era governador da Capitania de Pernambuco. Sua mulher acompanhava-o na liderança destes deveres visto que ambos tinham decidido enviar os seus filhos, Duarte e Jorge, para a Pátria--Mãe, onde podiam ser educados de forma mais conveniente do que então lhes seria possível no Brasil.

Deu-se a morte de Duarte Coelho e D. Beatriz assumiu a chefia da capitania. Isto passou-se no ano de 1554. Em 8 de Novembro de 1560 obteve o seu filho mais velho, Duarte Coelho de Albuquerque, a mercê da sucessão na capitania de Pernambuco. Isto significa que a sua mãe foi Governadora da capitania durante seis anos, ou seja, o dobro do tempo que por costume se dava para a ocupação deste posto.

Seu filho chefiou a capitania também por tempo invulgar, desde 1560 até 1572, ano em que voltou para a capital (onde já se encontrava seu irmão desde 1565), deixando a Governação da capitania, de novo, entregue a sua mãe. Os dois irmãos acompanharam D. Sebastião na sua infeliz campanha africana, tendo ficado prisioneiros após a

batalha de Alcácer-Quibir (1578). Foram mais tarde resgatados mas Duarte faleceu antes de chegar a Portugal. Como morreu solteiro, sem deixar descendência, deu-se a mercê da Capitania de Pernambuco ao seu irmão Jorge .

D. Beatriz de Albuquerque governou assim a Capitania de Pernambuco durante dois longos períodos, acabando por falecer em 1584.

Fontes: "Novo Orbe Seraphico Brasilico", de Frei António de Santa Maria, conforme mencionado na obra "História da Colonização Portuguesa do Brasil", de Carlos Malheiro Dias, Porto, 1921.
"Cronologia da Construção do Brasil", de Orlando da Rocha Pinto, Livros Horizonte, 1987.
"História do Brazil", de Affonso de Beuchamp, traduzido para português e impresso em 1817.

A MÃE CORAGEM

A fortaleza de Mazagão, uma das três mantidas em mãos portuguesas durante o reinado de D. João III, sofreu, em 1562, um cerco assustador. O xerife Mulei Abdalá Algálibe enviou muitos milhares de soldados comandados pelo seu filho, equipado também com artilharia pesada. Entre esta, encontrava-se a célebre peça denominada A MAIMONA que já aparecera nos cercos de Safim (1534) e de Santa Cruz do Cabo de Gué (1540/41). Entre os defensores portugueses, encontrava-se Jorge Nunes de Leão que já dera muitas provas de valentia nas guerras da Índia. Causava grandes danos ao inimigo mas acabou por ficar duplamente ferido. Uma bala atingiu-o na ilharga direita e um zaguncho na cabeça. Derramando muito sangue, continuou porém a lutar, pedindo aos amigos que o queriam socorrer que o deixassem morrer alegre e satisfeito em serviço de Deus e do seu Rei, o que veio a acontecer.

A Rainha D. Catarina, viúva de D. João III e Regente em nome do seu neto, D. Sebastião, mandou visitar a mãe deste bravo soldado. Chamava-se Isabel de Avelar. Recebeu o representante da Rainha Regente e agradeceu-lhe "memória tão ilustre". De seguida, enviou a seguinte mensagem à Rainha:

"Já perdi quatro filhos em Benefício da Corôa nas guerras da Índia, assim ainda muito mais senti a perda deste agora aqui em Mazagão. Porém, ainda tenho outro e estou a educá-lo para que também possa honradamente acabar neste cerco!".

A Rainha ficou admirada com a valentia deste coração e considerou-a uma "matrona superior", oferecendo-lhe muitas benesses.

É frequente e correcto falar-se nos actos de coragem dos homens

que enfrentam o inimigo e se tornam heróis. Raras, no entanto, são as referências às mulheres, filhas ou mães dos mesmos, que também enfrentam com coragem momentos dos mais difíceis que não se desejam a ninguém.

A atitude de Isabel de Avelar não foi só uma demonstração "in extremis" da lealdade sentida por toda a sua família e agora expressa nas palavras da mãe, mas também o assumido sacrifício máximo.

O respeito régio não lhe podia devolver nenhum dos seus cinco filhos, então já perdidos, mas a referência do facto, pelos nossos cronistas, registou o seu nome, bem como o da sua família, para a imortalidade. Estudando a sua vida e as circunstâncias da morte dos seus filhos, fica-nos hoje o conhecimento de que estamos perante UMA GRANDE PORTUGUESA.

Fonte: "Memórias para a História d'el Rey D. Sebastião", de Diogo Barbosa Machado, Lisboa, edição de 1737.

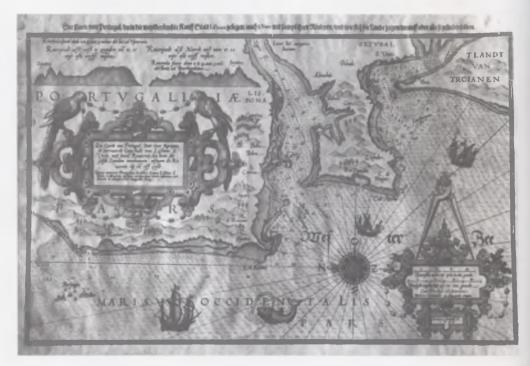



Fig. 50: Belo mapa quinhentista de Waghenaer que representa a entrada de Lisboa. Gravura a cobre gravada por Johannes van Doetecum em 1583.

A CAVALEIRA PORTUGUESA

Em 1580 nasceu Antónia Rodrigues, uma mulher que ajudou a escrever algumas das páginas da História de Portugal em África. O seu berço foi o bairro piscatório de Aveiro, tendo como pai o marinheiro Simão Rodrigues. Este passou grande parte do tempo embarcado, não podendo assim cuidar da educação da filha. Como ela era muito irrequieta e, do ponto de vista da mãe, nada aprendia no seu meio, acabou por ser enviada para a casa de uma irmã mais velha e casada que morava em Lisboa. A ideia da mãe, em relação à educação de Antônia, era a de que o meio lisboeta e a orientação da irmã mais velha ajudariam a que Antônia se envolvesse de forma positiva para que eventualmente pudesse fazer um casamento favorável. Chance essa que não se vislumbrava no bairro onde nascera.

Todos estavam bem intencionados em relação a Antônia. Esta, porém, achava que a sua irmã era demasiado autoritária e só se servia dela como escrava barata na ajuda das lides domésticas. Sentindo-se sempre criticada em casa, servia-se de qualquer possibilidade para mergulhar na tão colorida e espantosa vida cheia de mistérios que a capital lusa então oferecia a quem da província a ela se deslocasse.

Lá ia ela à ribeira ver as naus e as galeras. Passeava de boca aberta no meio de cavaleiros nobres, vestidos a rigor de veludo carmesim, com os seus capacetes, peitorais, escarcelas e as suas armas a luzir. Aí viu gente estranha, outras cores de pele, escutou línguas nunca ouvidas e sentiu no ar os intensos odores a especiarias vindas de lugares longínquos. Tudo a fascinava, tudo a atraía, tudo a interessava!

Voltando à casa da irmã apanhava os maiores raspanetes por se ter ausentado, ficando proibida de o voltar a fazer. Sentiu-se numa espé-

cie de inferno, com tanta vida, tão fabulosa, a passar mesmo à frente das suas grades! Subia ao sótão da casa onde tinha o seu pequeno refúgio e onde existia uma pequena janela da qual se via o Tejo. Abrindo-a, sentia o cheiro da maré que tão bem conhecia, aquele odor da sua infância em Aveiro que estava ligado à imagem do pai.

Uma noite, totalmente só, sem ninguém que a compreendesse e com quem pudesse desabafar, resolveu seguir os passos do pai, fazer-se ao mar.

Uma vez tomada a decisão, juntou os magros dinheiros que sua mãe lhe dera na hora da partida e, muito cedo, saiu de casa sem avisar ninguém. Descendo as ruas em direcção à ribeira, deixou para trás um pesadelo, com a decisão de só voltar como senhora de cabeça erguida e nunca mais se submeter ao que a vida até então lhe proporcionara.

Fechou um capítulo da sua vida, abrindo outro. Tinha pleno conhecimento de que, como rapariga, não tinha a mínima hipótese de embarcar sozinha. Assim, investiu tudo o que tinha na compra de umas roupas usadas de marujo. Com uma tesoura, uma agulha e umas linhas que conseguiu arranjar, transformou a roupa adquirida à sua dimensão e cortou o cabelo como se fosse um rapaz.

De seguida, já no papel de rapaz do mar, procurou quem a aceitasse como tal. Encontrou então um mestre de uma caravela que carregava trigo para Mazagão. Ofereceu-se para o ajudar e tanto se esmerou no pesado trabalho que foi aceite como grumete a bordo.

Quando largaram o Tejo e se fizeram ao mar sentiu-se livre, embora reconhecesse que os trabalhos que a bordo a esperavam eram bastante mais pesados e duros do que aqueles a que estava obrigada em casa da irmã. A todos se apresentou como António Rodrigues e como tal prestou bom serviço.

Chegaram à praça lusa no Algarve Além-Mar (Marrocos), onde, ao repesar e examinar a carga da caravela, por ordem do governador, se descobriu que houvera furto por parte do mestre. O grumete António foi obrigado a prestar declarações, visto ter assistido ao carregamento. O seu testemunho ajudou a esclarecer toda a situação e o mestre da caravela saiu fortemente penalizado. Nestas circunstâncias, não fazia sentido o grumete continuar a bordo, pois seria de esperar que o mestre quisesse vingar-se. O ladrão não gosta de ser desmascarado como tal! Assim, expôs a sua situação ao governador de Mazagão, que foi muito

compreensivo e acabou por alistar António como soldado de infantaria da praça.

Recebeu roupa própria para o efeito e armamento que lhe seria descontado do soldo. Fortemente endividado mas feliz, prestou serviço como infante combatente. Fazia as suas vigias, mesmo de noite, sem nunca faltar. Com os soldados comia e vivia, entre eles dormia, porém, sempre vestido com o seu gibão e ceroulas que nunca largava. Nos tempos livres, treinava e esgrimava, sendo muito dextro nas artes de guerra, não ficando atrás de ninguém. Passou assim um ano na infantaria. Tanto se destacou, não só no bom cumprimento das ordens e em todos os serviços, como pela energia que demonstrava, que o seu capitão o escolheu para a cavalaria, dando-lhe cavalo, soldo e mantimentos, como aos demais cavaleiros da praça.

Assim avançou um passo mais na sua liberdade. Podia estar agora fora dos muros da fortaleza, com toda a África à sua frente! Apenas alguns exércitos muçulmanos entre si e o seu destino! Resolveu, assim, e sempre em cumprimento das ordens recebidas, acometer o inimigo de forma feroz. As suas façanhas de guerra, as suas actuações demonstrativas de uma vontade própria que a nada se vergava, de uma total convicção na suas capacidades, tornaram-no um dos mais afamados cavaleiros da praça.

Todos queriam ser seus amigos, porque a seu lado se sentiam protegidos e mais valentes, pois a mola real do grupo era ele, António Rodrigues.

As damas de Mazagão olhavam para ele com alegria e procuravam a sua amizade. Começaram até a disputá-lo entre elas querendo-o como noivo. Assim, para o cavaleiro António Rodrigues, o que começara por ser uma aventura empolgante, aos poucos tornava-se uma tormenta. Ele era disputado pelas principais donzelas de Mazagão, o que não só causava situações de conflito entre as moças, de entre as quais se destacava Beatriz de Mendonça, filha do nobre D. Diogo de Mendonça (que já via com bons olhos este casamento e assim o dera a entender), como criava situações que punham em questão a boa camaradagem dos cavaleiros que a seu lado combatiam. É que, na esperança de chamar a atenção de António Rodrigues, certas donzelas reservavam-se para ele, evitando assim o compromisso com outros cavaleiros.

Fig. 51: Xilogravura oitocentista que representa uma mulher em armadura a descansar algures no meio do feno, após uma batalha. Na imagem vê-se esta mulher guardada pelos seus anjos protectores.

E, assim, o nosso “cavaleiro” encontrou-se perante a iminência de uma guerra que sabia de antemão não poder vencer. A natureza dera-lhe um corpo de mulher, toda a sua existência guerreira não fora mais do que um disfarce que ela assumira em pleno. Mas a verdade acabaria por vir à tona e o respeitado cavaleiro iria ser desmascarado como impostor.

Deu-se então, dentro desta alma, uma batalha gigantesca. Os prós e os contras esgrimavam-se sem piedade. Uma única hipótese poderia pôr fim a esta tormenta. Tinha de se declarar culpado e expor toda a sua situação.

Decidido e cumprido. Primeiro, dirigiu-se ao seu confessor. Tinha pecado para com a Igreja, usando roupas de homem, lutando como um homem e dormindo ao lado de outros homens o que, por si só, já era pecado, mesmo que não tivesse havido qualquer contacto físico. O padre compreendeu o seu tormento e prometeu ajudar na questão. Então acompanhou-o na audiência que lhes concedera o governador da praça. Este, que tinha em muito boa conta o bravo António, ao vê-lo aparecer com cara de culpado na companhia do padre, pensou que o jovem se tivesse envolvido com alguma donzela e viesse pedir o seu perdão. Estava já inclinado a perdoar-lhe, desde que ele assumisse o seu erro e o reparasse com o casamento, se fosse o caso, mas nunca esperou ouvir o que então lhe foi revelado. Aceitou a situação entre estupefacto e divertido. Perdoou-lhe o disfarce mas teve de o demitir, embora com honras, pois não podia ter uma Antónia nas suas fileiras. Tal, funcionaria como distracção e consequente diminuição de forças para os seus soldados, quando em combate.

António assumiu-se então como Antónia. Alguns dos seus camaradas até suspiraram de alívio e abraçaram-no pela última vez, o que já não mais lhes seria permitido, dadas as circunstâncias.

Muitas donzelas choraram de desilusão ao verem o seu sonho assim desfeito. Mas depressa recuperaram e se tornaram amigas desta jovem extraordinária, oferecendo-lhe mesmo vestidos e outros apetrechos femininos e esperando ansiosamente que lhe crescesse de novo o cabelo, para voltar a ter um aspecto 100% feminino.

O que talvez também tivesse tido um certo peso nesta sua decisão, foram os sentimentos que dentro de Antónia cresciam em relação a um certo capitão da fortaleza e que, ao vê-la como mulher, por ela logo se apaixonou e com ela casou, perante o aplauso geral da guarnição.

Antónia e o seu marido voltaram ao reino e tiveram um filho que se tornou moço da Real Câmara. A fama das proezas de António Rodrigues aumentou com o conhecimento da sua verdadeira identidade. De "António, Terror dos Mouros", passou a "Antónia, Cavaleira Portuguesa", cognome não menos merecido. O rei de Portugal mandou dar-lhe uma tença vitalícia de dez mil reis, 200 cruzados de ajuda de custo e quatro alqueires de trigo por mês, no ano de 1602. Em 1619, em Lisboa, o rei dignou-se recebê-la em audiência prolongada, para ouvir da sua voz o relato da sua vida.

Quando Antónia se dirigiu ao Paço da Ribeira para ser recebida pelo rei, certamente se lembrou da miúda traquina que por ali andara anos antes, à procura da sua liberdade. Satisfeita consigo própria, entrou no Paço de cabeça erguida e portou-se dignamente perante o rei e os seus acompanhantes.

Na altura, o rei era espanhol (Filipe II de Portugal, III de Espanha) o que a fez sentir ainda mais orgulho, pois a sua história era a de uma mulher portuguesa que soubera pelejar como o melhor dos portugueses.

Fontes: "A Mulher em Portugal". D. António da Costa, 1892.
"Antónia Rodrigues — A Heroína Aveirense", Adriano Costa, 1896.
"Portugal Diccionario Historico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & C.ª—Editores. Lisboa, 1911.

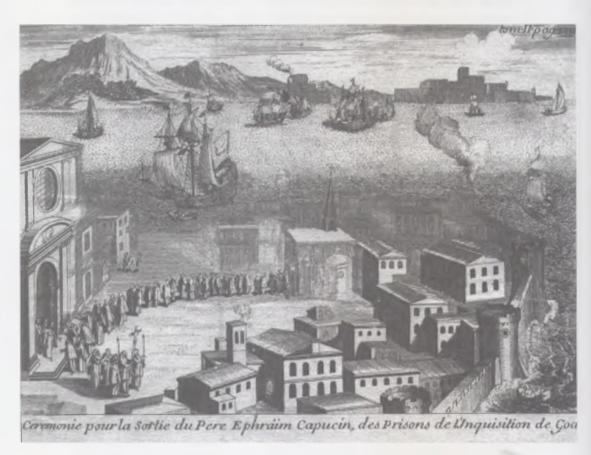



Fig. 52: Gravura a cobre setecentista onde se vê uma procissão da Inquisição em Goa.

Fig. 53: Iluminura sobre pergaminho de origem indiana, que representa a versão oriental de um quadro europeu.

XVII.

De nauigiis Lusitanorum & Malabarorum, quorum in expeditionibus vsus est, quibusque mercatores vtuntur.

Esi illis nauigij genus, tam Lusitanis quam Malabaris in vsu, quãdo vel expeditione suscepta infesto Marte in bellum se parant, vel si mercatores iis in negociando hinc inde vti volunt per æstatem. nec.n. nisi armata classe per æquor currunt, vt Malabarorum impetum rectius sustinere, mercesque vectas tutius deportare possint, siquidem agilitate atque velocitate, vt quæ & velis & remis impellan-

Fig. 54: Gravura a cobre de Theodor de Bry representando uma grande fusta do Malabar, reconhecendo-se nela dois portugueses e a bandeira da Ordem de Cristo. A sua obra baseou-se na de Linschoten.

Fig. 55: Iluminura moghul dos séculos XVII a XVIII que mostra um casal.

Fig. 56: "PEDRO ALVARES CABRAL DESCOBRE O BRAZIL, ALLI DESEMBARCA, E TOMA POSSE D'AQUELLA REGIÃO". Litografia oitocentista.

Fig. 57: "SEGUNDA TOMADA DE GOA. ALBUQUERQUE, ABRAÇANDO ALGUNS CAPITÃES MORTALMENTE FERIDOS, E QUE MAIS SE HAVIÃO DISTINGUIDO, EXCLAMA 'FILHOS, QUE NÃO SEI QUE VOS FAÇA, SE NÃO QUE ROMPEREI AS VESTIDURAS DIANTE D'EL-REI POR QUE VOS FAÇA MERCÊ, QUE VOS HONRASTES A VÓS E A MIM'." Litografia oitocentista.

MUITO GRANDE PARA SER VASSALA

D. Catarina, Duquesa de Bragança, nasceu em Vila Viçosa em 1540. Era filha do Infante D. Duarte, filho de D. Manuel I. Muito inteligente e instruída, falava latim e grego e tinha grandes conhecimentos de astronomia, uma disciplina um tanto revolucionária para a sua época, onde a verdade da prova científica ainda tinha de se curvar perante as interpretações eclesiásticas.

Após o falecimento do Cardeal-rei D. Henrique, que deixou o Mundo Português em testamento aos Filipes, surgiu D. Catarina como um dos principais candidatos à coroa de Portugal. O povo e os franciscanos queriam D. António, o Prior do Crato. Os dominicanos, tal como toda a Inquisição e os Jesuítas, queriam Filipe de Espanha. O mesmo acontecia com grande parte da fidalguia portuguesa, então endividada a Castela (foram precisas grandes somas para resgatar os prisioneiros de Alcácer-Quibir e, com autorização de D. Henrique, os nobres empenharam os seus morgadios aos espanhóis).

Sem o apoio do povo, do clero ou da fidalguia, D. Catarina de Bragança não teve hipótese prática de realizar o seu desejo de vir a ser rainha. O seu casamento com o primo direito, D. João, em vez de a ajudar, prejudicou-a, pois ele era uma personagem muito impopular.

D. Catarina escreveu acerca dos seus direitos à coroa portuguesa, à qual, como neta de D. Manuel I, tinha tanto direito como qualquer dos outros pretendentes, mas estes manuscritos nunca foram publicados, por "inconveniência política".

Filipe II de Espanha disse, e com razão, que herdou, comprou e conquistou Portugal; mas estava bem consciente de que não podia dizer o mesmo em relação ao coração dos portugueses. Houve quem o chamasse: "O Demónio do Meio Dia"!

A Duquesa de Bragança, sempre extremamente diplomática, não mostrou simpatias em relação à tomada de Portugal por Filipe II, mas também não o podia hostilizar.

O monarca castelhano teve de se avistar com a Duquesa, visto ela não se ter feito ao caminho de Elvas, ao contrário da grande maioria da aristocracia portuguesa.

Filipe II sabia que os já muito escassos partidários de D. António I, foragido, perseguido como uma fera, não ousariam contrariá-lo; só os Duques de Bragança podiam tornar-se um perigo para a união peninsular e global, quando, após ter submetido tudo ao seu poder, aniquiladas as últimas regalias, bem reforçados os grilhões do cativeiro, eliminado o nome de Portugal dos Mapa-Mundi, a ira e o desespero levassem o povo à revolta.

"E a caminho do solar de Vila Viçosa, taciturnamente, enquanto o seu coche de gala levantava a poeira das charnecas, enquanto os alegres risos da comitiva esfusiavam sob aquele incomparável céu de inverno, sem uma nuvem, Felipe ia pensando nêsse grande povo português, tam predestinado, tam gloriosamente heróico, que na terra ou no mar nada o intimidava; ia pensando nessa poderosa duquesa de Bragança, tam altiva, tam inteligente, que quási o suplantara, neta do mais opulento, do mais venturoso, rei da cristandade e nos seus privilégios sem rival, nos seus ducados de Bragança, de Barcelos, de Guimarães, no seu marquesado de Vila Viçosa, nos seus condados de Neiva, de Ourém, de Arraiolos, de Penafiel, nas suas cidades e vilas e senhorios e jurisdições, nas suas dezóito alcaidarias-mores, nas suas quarenta e uma comendas, no seu prestígio de fidalga a quem outros fidalgos serviam como camareiros-mores, como estribeiros, como copeiros, no seu poder, que lhe permitia levantar províncias, nos seus recursos tam vastos, que podiam equipar exércitos.

Fôra correcto, extremamente respeitoso o encontro dos dois rivais.

Amávelmente, Felipe II ia trajando de fidalgo português; D. Catarina de Bragança era deveras senhoril no seu tocado preto, nas suas rendas e espiguilhas castelhanas.

Decididamente, eram muito grandes para vassalos, aqueles Braganças!

E, quando saía dos salões, notando que o duque de Alba ia visitar a duquesa, Felipe II demorara-o um momento:

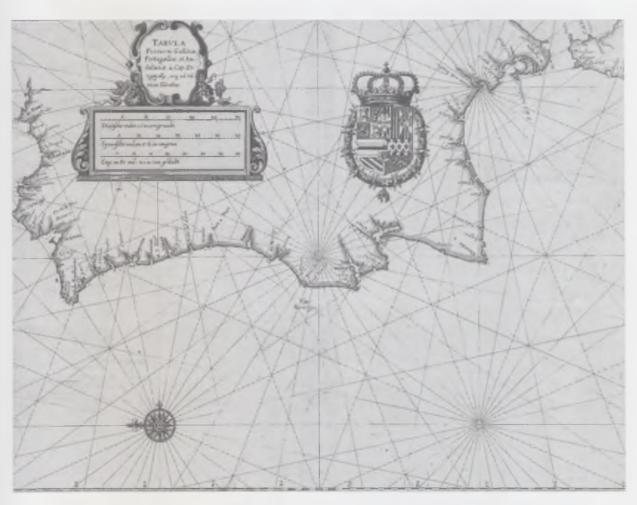



Fig. 58: Gravura a cobre seiscentista de Mathaeus Merian, cerca de 1640, que mostra a costa lusa com as armas reais espanholas, onde se vê incluído o Escudo Português.

— Olha que a duquesa não te vai tratar como tu julgas. Ela é muito altiva, ainda mais altiva do que tu ...

Mas o duque de Alba entrara na sala do estrado quási jovialmente, com a sua vivacidade fácil de vencedor. No meio das colgaduras de brocado, dos móveis suntuosos, dos arrases e dos mármores, a duquesa voltara-se para êle, esperara-o em pé, numa dignidade soberana.

O duque adeantou-se devagar, notou logo a sua estatura esbelta, o seu ar senhoril, a beleza das suas tranças de um oiro cendrado, enroladas em espirais. Depois curvou-se, quis beijar-lhe a mão; mas logo a duquesa, num gesto gracioso, o evitara, exclamando:

— Jesus, senhor duque! Tanto favor com esta visita!

O vencedor de Alcântara fitou-a vagamente desconcertado, perguntou friamente como sua excelência se encontrava. E a duquesa, aprumando mais a figura esbelta, num riso polido, vagamente malicioso:

— Jesus! Havia de eu ser tam grosseira, que não estivesse muito boa com tam estimável visita?

O duque olhou-a num assombrado: decididamente o seu título, os seus prestigiosos louros, a nobreza da sua raça não o intimidavam. Um momento cofiou o bigode, inclinou-se quási a arrastar no chão o chapéu de grandes plumas. E a duquesa, no ar magnânimo de uma rainha que o despedisse, acrescentou ainda:

— Jesus! Que pouco tempo logrei com tam agradável conversação!

Ainda D. Catarina ria compondo as tranças ante um magnífico espelho de Veneza, quando o despeitado duque de Alba encontrou o rei.

— Então, ficaste satisfeito?

— O mais possível — respondeu o general —, a duquesa deu-me o maior tratamento que há no mundo.

— Senhoria? — perguntou o monarca.

— Mais.

— Excelência?

— Ainda mais.

— Alteza?

E o duque, com os olhos incendiados de raiva, a mão no punho da espada, quási sem poder conter-se:

— Muito mais. Tratou-me sempre por JESUS!"

(Em "Quadros da História de Portugal", de Chagas Franco, Lisboa, 1917).

Fig. 59: Gravura a cobre que representa um casal de portugueses. Obra de Allain Manesson Mallet, um cartógrafo seiscentista francês que esteve na Marinha lusa ao serviço de D. Pedro, Príncipe Regente de Portugal. Impressa para a edição alemã da sua obra em 1685.

Fontes: "Portugal Diccionário Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª—Editores, Lisboa, 1911.

Olisiponis oder Lisbonæ der fürnemmen/vnd wegen des gewaltigen Kauffmanns Gewerb/so allda getrieben/ weltbekandten Statt in Spanien wahre abcontrafactur.

Von der Statt Olisipo/jetzund Lißbona genannt. Cap. xxviij.

Aß Lißbona vnder die gar alten Stett in Spanien zu rechnē seye/bezeugen diß etliche fürtreffliche vnd walte Scribenten. Von Varrone wird diese Olisipo/von Ptolemeo Oliosipo/von Plinio Salatia vnd Iulia Fœlix: von Strabone aber Vlyssea/von Vlysse genennt/der sie(wie auß den worten Myrliani zu vernemen)soll erbawen haben. Diese Statt hat anfengklich nur ein Berg in jr begriffen/vnd biß zu fluß Tago gereicht: jetz aber nach dem sie mechtig erweitert worden/sind dere noch mehr/wie auch etliche Thäler oder Ebne/darzu kommen. Gegen Mittag steht der alte Königliche Sitz/gar herrlich/vnd Kunstlich erbawen/wird gemeinklich zu den Heyligen genannt. Aber gegen Mitternacht ist das stattlich Nunnen Closter S. Clara am Gestad des wassers Tagi: gegen Mittag hat sie das Meere, den andern drey orten mag man zu Landt darzu kommen. Dieweil nun diese Statt fünff Berg vñ so viel Thäler od' Ebne/die gantz fruchtbar vnd lustig sind/in jhr begreifft/machen sie der Statt vmbkreiß dermassen so groß/daß derselbi-

Fig. 60: Xilogravura de Lisboa da "Cosmographia" de Sebastian Munster (1489-1552).

"FILHOS , PELEJAI PELA PÁTRIA !"

O jugo castelhano tornara-se cada vez mais insuportável. Enquanto Filipe I (II de Espanha) teve o bom senso de evitar mudanças drásticas aquando da sua subida ao poder em Portugal, mantendo a bandeira e a moeda nacional portuguesa, os seus sucessores resolveram oprimir os seus súbditos lusos para lhes tirar o gene da revolta e os meios para se auto-sustentarem.

Todos se lembravam ainda do que acontecera aos que queriam e defendiam Portugal em mãos de portugueses. Os padres franciscanos que do púlpito tinham lançado dúvidas acerca da morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir foram enforcados. Os nobres que haviam tomado partido a favor de D. António Prior do Crato foram degolados (1580) e até mesmo uma senhora idosa, viúva, que dera a mão a D. António I quando este subia para a embarcação que o levaria para fora do Reino (1581), acabou por ser publicamente esquartejada. Prenderam-lhe os braços e as pernas em quatro cavalos que depois chicotearam para se afastarem, em fúria, uns dos outros. O povo teve de assistir à prepotência castelhana impondo-se ao patriotismo luso.

Ninguém se esquecera e todos ansiosamente esperavam que viesse alguém que se assumisse como salvador. Imensos estariam prontos para o aplaudir mas poucos certamente se sentiam capazes de cumprir o papel de iniciador desta revolta.

Entre um milhão e meio de portugueses houve, porém, quarenta que se reuniam às escondidas no palácio de D. Antão Vaz de Almada, junto ao Rossio, para combinar o que necessário fosse. Tudo tinha de ser em grande segredo, porque tanto a causa como as suas vidas e as dos seus familiares estavam em risco.

Mas como é que era possível estes quarenta conspiradores esconderem a existência destas reuniões a altas horas da noite perante as suas mulheres? Obviamente elas desconfiariam se se passasse algo de anormal e para que não pensassem que a fidelidade conjugal estava a ser posta em causa, resolveram alguns dos patriotas confiar este segredo a suas mulheres. Gesto este estritamente interdito mas perante a própria mulher e a confiança que nela depositavam, alguns quebraram o sigilo.

Podíamos esperar que as suas senhoras se lhes lançassem aos pés, suplicando para que não se metessem em tamanha aventura que só poderia terminar com a desgraça de todos. Talvez algumas até tenham reagido assim, pensando primeiro na salvação da família e só depois na da Pátria. Não consta porém, que alguma delas tenha traído o segredo. Assim se deu o 1° de Dezembro, de forma inesperada e com o conhecido sucesso. No próprio dia, enquanto tudo era ainda incerto, e o fiel da balança tanto poderia cair a favor do poder estabelecido (o que significava a morte de todos os conspiradores e seus familiares), como a favor dos revoltosos, algumas damas lusas distinguiram-se em prol de um Portugal independente.

De duas ficaram-nos provas. Ambas chamaram os seus filhos e os armaram para que dessem a sua ajuda a favor da Pátria. Não foram os pais e sim as mães, que envolveram estes filhos feitos homens e que assim assumiram o lugar que lhes coube na História.

Tratou-se de D. Filipa de Vilhena, filha de um Vice-Rei e viúva do Conde de Atouguia. Senhora resoluta e briosa, teve conhecimento dos preparativos da revolução e chamou os seus filhos para que aderissem e compartilhassem os perigos na defesa da Pátria. Na madrugada de 1 de Dezembro de 1640, mostrando uma resolução mais que humana, cingiu ela própria as armas aos seus dois filhos, mandando-os combater, dizendo-lhes que não voltassem senão honrados com os louros da vitória.

Ela não foi a única portuguesa a tomar esta atitude. D. Mariana de Lencastre teve um comportamento idêntico em relação aos seus filhos. Muito possivelmente, diversas outras mães e esposas portuguesas tiveram acções semelhantes mas a História não as fixou na nossa memória.

O que para sempre fica é o reconhecimento do facto de que as vir-

Fig. 61: Desenho de Roque Gameiro, início do séc. XX, que mostra o momento em que D. Filipa de Vilhena arma os seus filhos para pelejarem pela Pátria.

tudes patrióticas portuguesas nunca se limitaram aos homens e rapazes. Tanto as mulheres como as moças cumpriram o seu papel de motivação e ajuda, acompanhando os guerreiros. Criou-se assim uma sorte comum que tanto a eles como a elas devemos agradecer.

Fonte: "Portugal Diccionário Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª—Editores. Lisboa, 1911.

Fig. 62: Gravura a cobre seiscentista da autoria de Allain Manesson Mallet que representa uma nau portuguesa.

Fig. 63: Vista da chapa de lado, vazada, de uma extraordinária espingarda de tiro ao alvo seiscentista. Trata-se do presente de uma princesa ao seu marido, para lhe enviar, indirectamente, um forte recado que a etiqueta da corte não lhe permitia formular em palavras. Vemos, assim, um casalinho rolando-se no relvado e Deus Pai a surgir no meio da natureza, levantando uma mão com o sinal de mandar parar e a outra com o sinal da promessa de castigo. Na cena ao lado vemos três homens embriagados. Um deles até chegou ao ponto de vomitar e, coisa grotesca, um cão está a lamber o vomitado. Todos estes pormenores existem principescamente esculpidos em aço, gravados e vazados, porque a senhora assim o encomendou. Seu marido, sempre pronto a mostrar, e com merecido orgulho, a última das suas espingardas, ao apresentar esta tinha de ouvir os comentários dos seus amigos acerca da cena ali representada. Também ele próprio, ao colocar a arma junto da cara, deitava um olhar sobre os dois recados que a sua mulher lhe enviara: estava a chamá-lo de mulherengo e bêbado. Ela lá teria as suas razões!

Fig. 64: Pormenor de uma espingarda de caça do Eleitor da Saxónia dos meados do séc. XVII. Ignição de roda. Os seus embutidos demonstram a procura da beleza estética, mesmo numa arma de caça.

Fig. 65: Pormenor da pega de uma espada portuguesa da Guerra da Restauração. De um lado mostra o busto do monarca D. João IV e do outro o de uma mulher nua.

Fig. 66: Mosquete de mecha cingalo-malaio construído entre os séculos XVII e XVIII, baseado no modelo introduzido pelos portugueses no séc. XVI.

AS HEROÍNAS DE MONÇÃO

Quem vivia numa praça fronteiriça à vizinha Espanha, nosso único inimigo natural, por compartilharmos fronteiras terrestres, tinha pleno conhecimento de que poderia ser atacado nas primeiras horas de um conflito. Isto não só exigia vigilância constante como também a prontidão da capacidade de resposta.

Na defesa da Pátria não existe monopólio de sexo. Tanto portuguesas como portugueses acudiam, para dar o melhor de si. E nem poderia ter sido de outro modo.

A declaração unilateral da Independência de Portugal contra os Filipes foi saudosamente aplaudida pela população portuguesa embora se soubesse nas praças fronteiriças que isso poderia significar terem de lutar pelas suas vidas. A guerra deu-se e durou 28 anos (mesmo após o tratado de paz, houve quem mantivesse vontade de quebrar a "teimosia portuguesa" de se manter independente em relação à Espanha). Os acontecimentos de Lisboa (1640), obrigaram os habitantes fronteiriços a consciencializarem-se do estado de guerra e da iminência do seu envolvimento.

Monção foi apenas uma das praças portuguesas fronteiriças que teve de se preparar para a eventualidade de uma invasão. Muitas outras encontraram-se em situação idêntica e com as mesmas hipóteses de os seus habitantes se tornarem heróis ou heroínas reconhecidos.

Em 1643, soube-se que os espanhóis se estavam a preparar para tomar a vila fortificada de Salvaterra. O governador de Entre-Douro-e--Minho, o Conde de Castelo Melhor, enviou o capitão Pedro de Bettencourt com um pequeno destacamento, para melhor se inteirar da situação. Este pequeno grupo de portugueses viu-se cercado e fortemente

atacado pelos espanhóis, perdendo muitos dos seus homens; todavia, conseguiram voltar a Monção. Salvaterra estava prestes a cair e o Conde de Castelo Melhor resolveu acudir com grande parte da guarnição de Monção. Assim decidido e assim feito. A superioridade numérica dos adversários porém, pôs em risco ambas as praças, chegando-se a recear também por Monção.

Nesta aflição, quando os espanhóis atacavam Monção na ausência do seu governador e da maioria da sua guarnição, resolveu D. Mariana de Lencastre, mulher do governador, no maior furor da batalha e por ter visto das muralhas de Monção que a peleja estava desfavorável aos portugueses, entrar pessoalmente em combate. Com grande coragem e o sangue-frio de um consumado guerreiro, baixou ao rio, fazendo-se acompanhar por duas peças de artilharia que causaram tanto destroço aos invasores que estes fugiram espavoridos. Mas o heroísmo feminino das habitantes de Monção não ficou por ali. Poucos anos decorridos, escrevia-se o ano de 1658, viu-se a praça cercada por outro numeroso exército de castelhanos. As munições de guerra começaram a faltar, tal como os alimentos. Já se tinham comido os cavalos e o inimigo apertava cada vez mais o cerco. As mulheres de Monção resolveram também entrar na contenda. Ainda sabemos os nomes de diversas delas. Uma foi Helena Peres, viúva de João Felgueiras. Reuniu um grupo de 30 mulheres que se armaram de tudo o que podiam encontrar ou rapidamente bater na forja. Equiparam-se assim, de espadas velhas, chuços, dardos, partasanas e alfaias agrícolas, transformadas em armas de combate. Assim municionadas, apareciam nos lugares onde a peleja parecia mais encarniçada, *"espetando castelhanos com a maior bravura, animando com palavras e exemplos os soldados, retirando os feridos e os mortos, sem que a chuva de balas e metralha do inimigo fosse capaz de lhes extinguir os brios. Algumas d'ellas carregavam à cabeça enormes pedregulhos, que precipitavam do alto das muralhas, fazendo no inimigo terrível destroço. Entre estas amazonas portuguezas, se distinguia, pela sua bravura, uma alcunhada a Turca. Uma bala de artilharia lhe despedaçou o ventre; mas ella, com as tripas na mão, pediu que a levassem à igreja, e que lhe mandassem dizer missa, com o dinheiro que levava na algibeira; e até ao seu último momento conservou uma estoica serenidade, e um perfeito juízo"*.

Fontes:"Portugal Antigo e Moderno", de Pinho Leal, 1873.
"Portugal Diccionario Historico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª—Editores. Lisboa, 1911.
"Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Editorial Enciclopédia Lda. Lisboa/Rio de Janeiro, c. 1950.

Fig. 67: Polvorim quinhentista em ferro que mostra, ao centro, um medalhão em latão esculpido. Representa um casal num grande beijo e abraço. Um motivo excelente para uma prenda que a mulher oferece ao seu marido caçador.

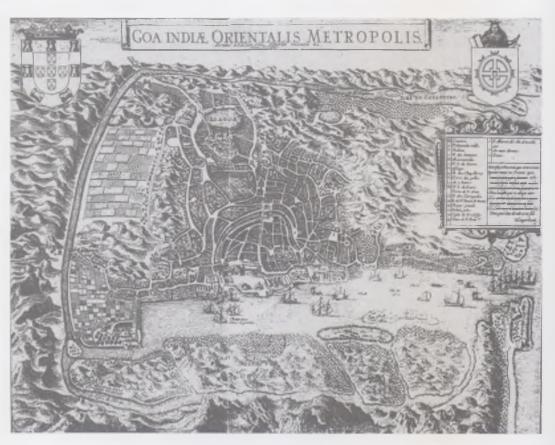



Fig. 68: Gravura a cobre de Van der AA do início do século XVIII que se baseia na obra quinhentista de Linschoten. Goa foi a metrópole do Vice-Rei da Índia Portuguesa. A sua jurisdição estendia-se pela costa, desde o Cabo da Boa Esperança (sul da África) até Nagasaqui (Japão). Um dos maiores impérios de sempre!

A GRANDE JOANA DE MUXIMA

A política dos Países Baixos em relação a nós teve os seus lados negativos, facto que muitas vidas nos custou. Aquando da união das coroas ibéricas nas cabeças dos Filipes, foi-lhes fácil considerar todo o Mundo Português como sendo espanhol e, assim, inimigo. Razão suficiente para atacar tanto as naus lusas no alto mar, como as praças portuguesas espalhadas pela Ásia, África e América. Nem as ilhas escaparam e foram atacadas uma a uma. Houve quem se conseguisse defender e aguentar, muitos porém, sucumbiram perante a superioridade tanto quantitativa, como qualitativa, das armas holandesas. O Mundo Português já tinha entrado em declínio, durante o fim do reinado de D. Sebastião. As distâncias eram imensas, as necessidades também. Não houve solução para a manutenção de um tão vasto império, que absorvia todos os lucros dos chamados "negócios da China", simplesmente para se manter. Quando os lucros diminuíram e as despesas aumentaram; quando as frotas envelheceram e não houve quem lançasse novas para as substituir; quando o caruncho e a ferrugem comeram os mosquetes e o taredo os galeões, estavam lançados os dados para uma queda iminente.

Se é espantoso pensar como foi possível uma nação tão pequena, com pouco mais de um milhão de habitantes, conseguir fazer-se ao mar, descobrir dois terços do planeta e administrar as costas desses territórios, não causa menos admiração o facto de este Império ter em grande parte, sobrevivido durante tanto tempo.

Os Filipes pouco ligaram ao Mundo Português. Os reforços que se enviavam do reino para as longínquas praças, eram cada vez menores, embora fossem cada vez mais necessários. Havia muitas praças que

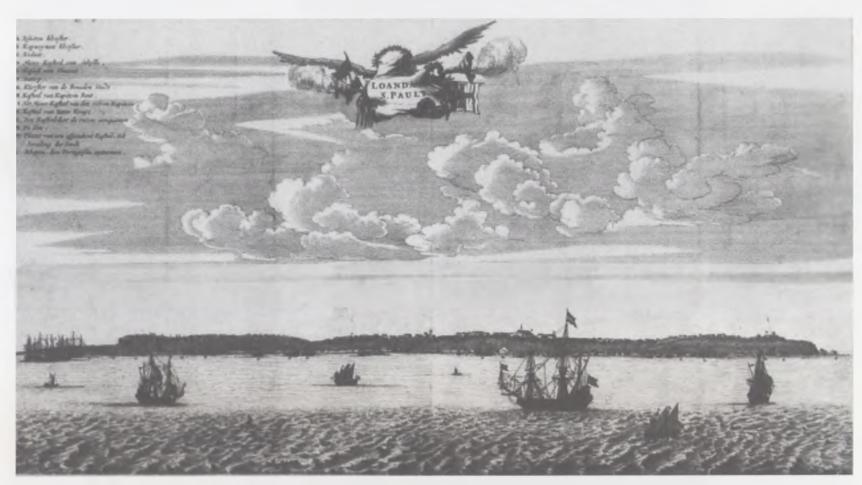



Fig. 69: Gravura a cobre seiscentista que representa a capital de Angola, São Paulo de Luanda.

Fig. 70: Litografia oitocentista com uma vista de São Paulo de Luanda.

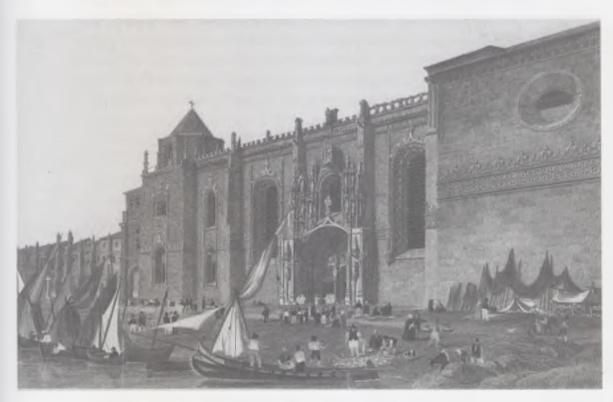



Fig. 71: Gravura a aço oitocentista que representa o Mosteiro dos Jerónimos, tal como se manteve até aos meados do séc. XIX. A água do Tejo ia até à porta sul. As redes dos pescadores encostavam-se à igreja. Do Paço ia-se aos Jerónimos de embarcação. A Família Real Portuguesa nada sofreu no terramoto de 1755 por estar a assistir à missa nos Jerónimos.

verdadeiramente não possuíam capacidade de autodefesa. Isto porém, não significava que se entregassem. O habitual era lutar, lutar e continuar a lutar e, assim, muitas praças permaneceram por largo tempo em mãos lusas e algumas até se aguentaram. Outras, que se haviam perdido, acabaram por ser reconquistadas, não poucas vezes com significativa ajuda de forças indígenas locais que, a verdade merece ser dita, quase sempre se puseram do lado português.

Numa das praças angolanas, Muxima, distinguiu-se, em 1646, uma senhora, ao ponto de passar a receber soldo de combatente até ao fim da sua vida. Trata-se de Joana Gomes, a Grande Joana, como era chamada, não só por ter um corpo agigantado mas sobretudo por ter alma e coragem equivalentes. Em todas as praças portuguesas tinha-se falado durante gerações das heroínas de Diu e D. Joana, que tinha um número de filhas e netas consigo, resolveu repetir no Atlântico, o que um século antes se dera no Índico. Comandou as suas descendentes, que transportavam balas e pólvora às trincheiras, curavam os feridos, animavam os exaustos, ofereciam comida, água e palavras de conforto a todos os que disso necessitassem. A sua actuação teve tanto mérito e tantos feridos se consideraram salvos pela sua intervenção que, diz-nos Cadornega: *"Os Governadores sabendo o modo com que esta varonil mulher se houve naquella occazião lhe mandarão dar huma praça de soldado naquella fortaleza, que comeu enquanto a vida lhe durou, fazendo alferes a hum seu filho em gratificação do serviço"*.

Fontes: "História Geral das Guerras Angolanas", Vol. I, pp. 477-8.
"Breve Diccionário Histórico de Damas Notáveis". Isabel Branquinho, in "Oceanos", nr. 21, Janeiro/Março, 1995.

CHÁ, BOLINHOS E SENTENÇAS DE MORTE

D. Catarina, filha de D. João IV, sabia desde muito jovem que o papel de uma princesa era o de uma carta política estatal. Nasceu em Vila Viçosa em 1638. Dois anos depois dá-se a declaração unilateral da Independência Portuguesa e começa uma longa guerra de 28 anos. O reconhecimento político internacional foi um dos primeiros alvos de D. João IV e, assim, começaram as negociações dos casamentos dos príncipes e das princesas da Casa de Bragança. Aos sete anos de idade tratou-se de casar a jovem Infanta com D. João de Áustria mas as negociações não chegaram a bom termo. Segue-se uma longa lista de pretendentes e pretendidos mas só em 1661 e através da Rainha-Regente, D. Luísa de Gusmão, se estabelece definitivamente o casamento, com Carlos II, rei da Grã-Bretanha. Do dote que Portugal ofereceu fizeram parte as praças de Tânger e Bombaim, decisão mal aceite, não só pelos habitantes destas terras, conseguidas e defendidas com muito esforço, como pela população portuguesa em geral.

No Paço havia, obviamente, outras prioridades. Outra parte do dote foi uma quantia de 400.000 cruzados que se lançaram como imposto sobre a população açoriana, com a desculpa de que eles não teriam sofrido com a Guerra da Restauração (o que não corresponde à verdade histórica).

Facto é, que a esquadra britânica veio para levar a Infanta. A prioridade londrina porém, também foi outra! Seguiram primeiro para o Norte de África, a fim de receber Tânger e só depois vieram buscar a princesa.

D. Catarina levou algumas damas de honra consigo, para não estar tão só e ter quem a servisse e a entendesse.

Fig. 72:
Pendente seiscentista que mostra a Infanta lusa D. Catarina, Rainha da Grã-Bretanha.

Fig. 73: Pormenor da coronha de uma espingarda de roda da autoria de Michael Maucher feita para o herdeiro do trono britânico, Carlos II, marido da Infanta D. Catarina de Portugal. No centro mostra um medalhão de prata com o busto do pai, Carlos I, que fora decapitado. Nos lados vêem-se um caçador e uma caçadora, esta última com um falcão na mão.

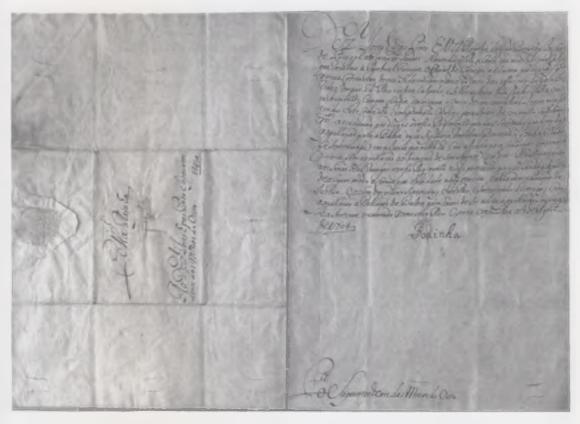



Fig. 74: **Carta régia de Dona Catarina de Bragança sentenciando à morte um latoeiro por ter desviado ouro das minas do Brasil e aberto um cunho falso para emitir moeda.** — Dona Catarina de Bragança, viúva de Carlos II de Inglaterra, irmã do Rei de Portugal Dom Pedro II, assinou esta importante carta durante os poucos dias em que ela chefiou o Governo por ausência do Rei que acompanhava o exército do Arquiduque de Áustria no Alentejo em marcha contra a Espanha, em campanha pela sucessão do trono de Madrid. A carta foi enviada em 7 de Agosto de 1704 como 1ª via (as cartas marítimas muitas vezes tinham segundas, terceiras e quartas vias para garantir a chegada) para o Superintendente das Minas de Ouro, José Vaz Pinto. A carta tem o selo branco com as armas reais portuguesas. Provavelmente trata-se também de uma das mais antigas cartas ainda existentes (se não a mais antiga), enviadas de Portugal para o Brasil. Só muito poucas sobreviveram no Brasil. É bastante mais fácil encontrar estas cartas antigas enviadas do Brasil para Portugal do que de Portugal para o Brasil. O texto da carta é fundamental para o estudo da Moeda Brasileira. Diz nomeadamente:
"... Eu a Raynha da Grao Bretanha Infanta de Portugal vos envio muito saudar. Havendo visto a conta que me deste da culpa que resultou a Paschoal Ferreira official de latoeyro na devaça que tirastez pela noticia que tivestez de que se dezemcaminhava muito ouro das offecinas dos fuindoidores em que o dito reo sahira culpado e se lhe achara hum cunho falço com outros instrumentos com que fundia e marcava o ouro dezemcaminhado e que necessitando este crime de um promto castigo para servir de exemplo...".

Ainda bem, porque o casamento não foi o que se esperava. Fidelidade ou respeito, eram atitudes inexistentes no marido que a política lhe tinha imposto.

Resolveu então dedicar-se a chá, bolinhos e etiqueta, acabando por introduzir os três na corte londrina, que se ajustou a estes gestos da Infanta portuguesa, transformando-os naquilo que ainda hoje são considerados "antigos costumes britânicos".

Carlos II não falava com a sua Rainha, porque ela ousou criticá-lo. Viviam separados e quando por acaso se encontravam nos corredores do palácio, faziam de conta que não se viam.

Após o falecimento do marido (1685), esperava-se em Londres que a teimosa infanta lusa voltasse para Portugal.

Nada disso! D. Catarina exigiu reparações do Estado Britânico, por um casamento falhado e maus tratos!

Ficou em Inglaterra vários anos, conseguindo que continuassem a tratá-la como "Rainha da Grã-Bretanha" e que lhe pagassem uma quantia elevada de dinheiro, além de um pagamento anual, estando ou não nas Ilhas Britânicas.

Chegou a Lisboa só em 1693, onde planeou e construiu o seu próprio palacete, no Campo da Bemposta.

Por duas vezes chegou a ser Regente do Reino, na ausência do seu irmão, D. Pedro II. A primeira vez, em 1704, aquando da campanha do Arquiduque de Áustria na Guerra da Sucessão ao trono espanhol e a segunda vez, em 1705, em consequência da grave doença do seu irmão.

Como Rainha-Regente chegou a assinar sentenças de morte, o que pouco combina com o chá e os bolinhos, pelos quais é mais conhecida.

Fontes: "Portugal Diccionario Historico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª—Editores. Lisboa, 1911.
"Pecunia Insulana".

Quadro da Rainha Santa com a Cruz Templária a transformar-se em Cruz de Cristo.

A coragem de uma Senhora evitou milhares de mortos e desgraças. A Rainha Santa Isabel. no campo de Alvalade, acalmando os adversários no momento mais crucial, salvando a paz.
Aguarela de Roque Gameiro, de 1917, publicada pela primeira vez em "Quadros da História de Portugal", de Chagas Franco e João Soares, edição da Papelaria Guedes, Lisboa, 1917.

Iluminura moghul do séc. XVII ou XVIII que representa um soberano muçulmano a ser servido por uma das suas damas.

Bela gravura oitocentista que representa D. Maria Amélia, a Imperatriz do Brasil, mulher de D. Pedro I (nosso D. Pedro IV). Teve triste destino. Seu marido abdicou, guerreou e faleceu (1834 em Queluz). Seu irmão casou com D. Maria II e faleceu meses depois. Sua filha adoeceu, foi viver para a Ilha da Madeira onde veio a falecer. Da sua família morreram, em sua vida, D. Estefânia, D. Pedro V, diversos dos outros infantes lusos e D. Luís. D. Amélia acabou por falecer no Palácio das Janelas Verdes, em Lisboa, em 1873.

A CAÇADORA

No séc. XVIII, a maioria das rainhas dedicava-se à etiqueta da corte, à sua vida familiar, à educação dos filhos e à difícil tarefa de agradar aos seus esposos. A fidelidade conjugal, do marido para com a mulher, era então muito relativa, sobretudo nas altas esferas sociais. D. João V, o Rei de Portugal, como soberano absolutista e convencido dos direitos que esta situação lhe conferia, tornou-se mais um dos monarcas europeus que competiam com a corte parisiense em todo o género de excessos. Assim, não é de admirar que Sua Majestade tivesse uma longa lista de amantes, das quais teve diversos filhos. A sua favorita era a Madre Paula do Convento de Odivelas, que lhe deu um filho, um dos três bastardos que entraram na História com o nome de "Meninos da Palhavã".

Uma das grandes tristezas dos casamentos políticos era o facto de que a mulher assim negociada por razões de Estado, tinha de viver com um homem, não escolhido por ela, que era um perfeito desconhecido e que muitas vezes se achava no seu pleno direito de trair a fidelidade conjugal.

A esposa de D. João V foi D. Maria Ana de Áustria. Nunca esquecendo e até cultivando a sua origem germânica soube, porém, identificar-se com Portugal, demonstrando grandes virtudes na defesa dos interesses lusos.

Tudo tentou para conquistar o amor de D. João V, dando-lhe mesmo seis filhos. Um deles foi o futuro rei D. José e outro foi D. Pedro III, marido de D. Maria I. Não podendo correr contra a sua época, procurou outros assuntos em que pudesse dar o melhor de si. Assim, tornou-se uma grande defensora da Marinha Portuguesa. Não faltava a

nenhum lançamento, discutia pormenores técnicos com almirantes e construtores navais, como se do seu meio fosse. Favoreceu, no que pôde, a modernização da nossa esquadra, que bem carente disso se encontrava. As margens do Tejo viam naus, galeões e fragatas a apodrecer. O desleixo e o taredo davam cabo do principal meio de comunicação do tão vasto Mundo Português.

Também a caça deve muito a esta senhora. Foi ela que se preocupou com a introdução dc leis da caça. Criaram-se assim, épocas de defeso e penas pesadas para caçadores furtivos. O seu gosto por este ancestral desporto já vinha de longe.

Casou por procuração em 9/7/1708. A sua viagem de Viena de Áustria para Lisboa foi uma festa contínua, com constantes atrasos. Não só escolheu a rota mais demorada, por coche até ao Mar do Norte, da Holanda, por mar, até à Grã-Bretanha e daí, escoltada por um comboio de 150 navios, até Portugal, como resolveu fazer diversas pausas para descanso. Assim, o Conde de Vila Maior, que a acompanhou de Viena de Áustria até Lisboa, diz-nos que a Rainha de Portugal resolveu visitar o Conde Reinante de Schaumburg-Lippe, por quem foi tratada com real magnificência. Instalou-se, então, com toda a sua comitiva, no palácio do Conde e *"... foi à cassa à tapada do Conde, aonde matou hum Javali, e muytos veados à espingarda; e acabou este inocente divertimento entrou no coche"* (Embaixada do Conde de Villar Mayor Fernando Telles da Sylva de Lisboa à Corte de Vienna, e viagem da Rainha Nossa Senhora D. Maria Anna de Áustria, de Vienna à Corte de Lisboa. Com huã sumaria notícia das Províncias, e Cidades por onde se fez ajornada", de P. Francisco da Fonseca, Vienna, 1717).

Termos tido uma rainha caçadora foi algo muito invulgar, não só para a nossa corte. Deve ser por esta razão que um dos temas favoritos da azulejaria portuguesa da primeira metade do século XVIII é, precisamente, o da Rainha D. Maria Ana de Áustria a caçar. Até se conhece um painel que a mostra carregando a sua espingarda de pederneira, demonstração óbvia de como se interessava, não só por este desporto, mas também pelas partes técnicas que o envolviam. A maioria dos nobres da sua época, mandava os serventes preparar as suas espingardas. A nossa Rainha não prescindia do privilégio de ser ela a administrar a pólvora, na dosagem por ela considerada correcta.

Não é de admirar que esta senhora também chegasse a tomar as

rédeas do poder nas suas mãos, em casos de impossibilidade do seu marido. Assim, foi D. Maria Ana que reinou, no ano de 1716 e também no de 1750.

Uma das suas amigas, outra senhora de origem austríaca, era a mulher de Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, que assim teve a sua entrada privilegiada na corte, tendo, no reinado de D. José, assumido a chefia do governo. Ficou mais conhecido pelo seu último título que foi o de Marquês de Pombal.

Como esposa do Rei, como mãe dos infantes, como personagem de grandes capacidades diplomáticas e ainda como incentivadora da reconstrução naval e introdutora de leis da caça, esta senhora teve um papel da relevo na nossa História.

Fontes: "Portugal Diccionario Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª—Editores. Lisboa, 1911.
"Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Editorial Enciclopédia Lda. Lisboa/Rio de Janeiro, c. 1950.
"Embaixada do Conde Villar Mayor...", de P. Francisco da Fonseca, Viena de Áustria, 1717.

Fig. 75: Gravura a cobre setecentista que mostra a chegada da frota que trouxe D. Maria Ana de Áustria, noiva de D. João V, para a corte lisboeta.

Fig. 76: Mostrador do relógio do polvorinho-relógio. O seu ponteiro só mostra as horas. A decoração vazada é em tartaruga.

Fig. 77:
Uma bela prenda de uma mulher ao seu marido caçador, com o desejo de ele não se esquecer das horas. Mostra uma cena de caça ao javali esculpida em tartaruga.

Fig. 78: Gravura a cobre de Lisboa que mostra o Paço Real antes do Terramoto.

O QUE NÃO SERVE DEITA-SE FORA!

O período absolutista "criou" monarcas em muitos países, cujo comportamento não pode ser medido pelos padrões actuais. O Rei era Rei e, como tal, Lei e Regente por vontade divina. Tudo o que fizesse estava bem e não devia ser questionado. A infidelidade conjugal era quase um desporto, embora toda a corte estivesse ao corrente do que se passava. A intocabilidade das freiras era relativa, visto haver muitos homens que se autoconsideravam acima da lei e, como o fruto proibido é sempre o mais desejado, competiam entre eles no sentido de ver quem conseguiria conquistar mais freiras. Como a confissão e a aceitação de certas imposições eclesiásticas podiam limpar rapidamente qualquer consciência e eram, por vezes, tomadas em linha de conta as benesses daí resultantes para as instituições religiosas, não se considerava o desvio moral de uma freira de forma tão negativa como hoje certamente se consideraria. A mais célebre de todas as freiras que se tornaram amantes de reis, foi a madre Paula do Convento de Odivelas. Era filha do ourives Adrião de Almeida. Entrou no convento aos 17 anos, tal como as suas duas irmãs e, após um ano de noviciado, fez-se freira.

"D. João V, frequentador assíduo do convento de Odivelas, onde mantinha várias amantes que ia substituindo conforme lhe parecia, ao topar com a jovem Paula ficou loucamente apaixonado. Nessa altura, já a famosa freira se havia tornado amante de D. Francisco de Portugal e Castro, Conde de Vimioso, e que pouco antes havia sido agraciado com o título de marquês de Valença. Mas isso não constituía obstáculo à inflexível vontade do soberano que, chamando de parte o fidalgo, lhe propôs: 'Deixa a Paula, que eu te darei duas

freiras à tua escolha'. Assim se fez, como não podia deixar de ser, e soror Paula passou a ser amante do rei que era trinta anos mais velho do que ela. No entanto, o soberano fez tudo o que lhe foi possível para lhe agradar. A sua magnificiência impôs-se logo com riquíssimos presentes e grandes privilégios que a astuta freira soube aproveitar, transformando-se, a breve trecho, numa verdadeira Pompadour. Quem carecesse de uma mercê do soberano já sabia que o meio mais seguro de a conseguir, seria recorrer à valiosa protecção da madre Paula que o soberano visitava todas as noites. E claro que esta vida desregrada do rei escandalizava, não só a corte, mas até os súbditos mais humildes. Todavia, ninguém ousaria repreender o régio devasso que, na opinião das almas bem formadas, andava em pecado mortal. Na sua obra PORTUGAL NA ÉPOCA DE D. JOÃO V, Manuel Bernardes Branco cita o seguinte curioso episódio, em que um boleeiro que conduzia o rei a Odivelas, a encontrar-se com a madre Paula, se atreveu a indicar ao soberano o caminho do dever: 'Corria o mês de Dezembro. O tempo estava horrivelmente tempestuoso, e certa noite caía água a cântaros. Os caminhos da Ameixoeira ao Senhor Roubado estavam inundados. Os relâmpagos fuzilavam incessantemente e ofuscavam os olhos de el-rei. Mas este mandava avançar. A sege do monarca rodava num caudaloso rio. A água chegava até aos curvilhões das possantes mulas. Era uma noite de horrores indescritíveis. Mas el-rei, com a sua freirinha no pensamento, mandava sempre avançar, pouco lhe importando com o ribombar do travão, nem com o medonho clarão que se lhe seguia. Todavia, a cena veio a ser tão horrorosa que o rei chegou a exclamar para o boleeiro: 'Toca esse gado! Avia-te... Parece que vamos para o inferno!'. E, a isto, o boleeiro respondeu secamente: '— Senhor! É este o caminho!'. Estas palavras calaram no ânimo do monarca, o qual exclamou: '— Volta! Vamos para casa'. Claro está que, no dia seguinte, o rei teve de arranjar a desculpa que lhe pareceu melhor para acalmar a irritação da freira que, pelos vistos, não era para graças. É bem conhecido aquele episódio ocorrido, certa noite, em Odivelas. D. João V, tendo-se demorado a aparecer nos aposentos de madre Paula, esta, ao ver entrar o soberano, lançou mão do magnífico relógio cravejado de brilhantes que o régio amante lhe oferecera, e atirou-o para o jardim, dizendo: '— Relógio que não serve para marcar as horas, deita-se fora!'. Das

Fig. 79: Gravura setecentista alemã que mostra a capital lusa com embarcações no rio Tejo.

numerosas amantes de D. João V, foi a madre Paula a única que o soube dominar até à morte. Desses amores nascera um menino que foi baptizado com o nome de José, como o príncipe herdeiro, e veio a exercer as funções de inquisidor geral. O monarca cada vez se agarrava mais à amante, cumulando-a de benefícios e riquezas. Com o pai da madre Paula, foi também excessivamente generoso. O obscuro ourives, após ter sido agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo, passou a receber uma tença de doze mil réis."

Não se deve pensar que todas as personagens destacadas nos conventos da altura concordavam com estas situações. Na corte até não era muito diferente. Para se fazer uma ideia da moralidade desse tempo, bastará recordar o remoque da abadessa D. Feliciana, dirigido às damas da Rainha que não se levantaram, como lhes competia, à sua passagem: "— *Não se levanta de graça quem se deita por dinheiro!"* Entretanto, madre Paula, metida em Odivelas, continuava a dominar o régio amante. Após a morte do Rei (1750), que lhe deixara uma mesada principesca, continuou no seu recolhimento protegendo os desamparados da fortuna. Assim se conservou ainda durante trinta e cinco anos, com a altivez de uma soberana no exílio.

Fonte: "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia Lda, Lisboa/Rio de Janeiro, cerca 1950.

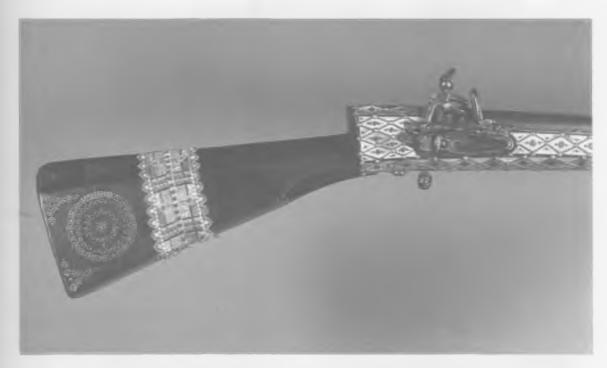



Fig. 80: Arcabuz janizaro de pederneira ricamente decorado. Séc. XVIII.

Fig. 81: Mira de uma espingarda portuguesa do séc. XVIII. Aço esculpido, cinzelado, gravado e embutido a ouro. Sabe-se de casos de miras destas terem sido tiradas das respectivas espingardas e utilizadas como anéis por senhoras que sabiam apreciar e usar uma extravagante obra de arte.

Fig. 82:
Quadro a óleo sobre cobre reinterpretando a cena do caçador português da gravura de 1718 da obra "Espingarda Perfeyta".

Fig. 83: Gravura a cobre seiscentista de Lisboa.

MANDAVA NUM EXÉRCITO PRIVADO DE 6.000 ESCRAVOS GUERREIROS

Ser uma "mulher de armas" é já algo de muito especial. Mandar num exército privado de milhares de escravos guerreiros parece-nos inacreditável; porém, aconteceu!

Durante séculos, a expansão portuguesa em África deu-se, principalmente, pelas linhas costeiras. Quando muito, entrava-se e subia-se por um ou outro rio. Desta forma, estabeleceu-se a jurisdição do Paço. Quem se encontrava fora destas zonas estava por sua própria conta e risco.

Sempre houve aventureiros, comerciantes e fazendeiros, três aspectos que, por vezes, se juntavam na mesma pessoa, dependendo somente da ocasião. Alguns entraram pelo vasto continente, poucos regressaram. Por vezes até houve quem criasse o seu próprio estado, para a defesa do qual necessitava de forças sob o seu comando.

Não se conseguindo angariar forças mercenárias para o efeito até houve quem simplesmente as adquirisse.

Assim tivemos uma situação interessante em Moçambique em meados do século XVIII.

Uma portuguesa, D. Inês Pessoa de Almeida Castelo-Branco, administrava então os imensos prazos de Cheringoma e da Gorongoza, controlando um exército privado de cerca de seis mil escravos guerreiros.

A simples menção de "escravos guerreiros" no sentido de "escravos armados", já nos dá uma visão bem diferente e, no mínimo, complementar, do sentido que a palavra "escravo" contém.

Quem alguma vez tenha estado rodeado de milhares de pessoas de costumes, língua, crença e aspecto diferentes, não se admira que haja

quem sinta claustrofobia. Agora imaginem uma mulher rodeada de milhares de escravos armados, dando-lhes ordens. Foi o que aconteceu!

Quem esteve nas estepes de África e sabe da imensidão do espaço que a natureza oferece, deve conhecer outro sentimento que é o de grande liberdade e solidão ao mesmo tempo, sentimento este para o qual nem sequer existe palavra e que melhor se compreende erguendo-se, esticando e abrindo-se os braços, firmando os olhos no horizonte e respirando fundo. Também este sentimento deve ter estado presente nesta senhora invulgar que, de forma admirável, cumpriu o papel que a história e a sua vontade lhe ofereceram.

Se pensarmos que esta situação foi única, estamos redondamente enganados. A característica essencial do "regime do prazo" foi a transmissão da propriedade pela linha feminina, em três vidas. Dava-se a terra à pessoa do sexo feminino europeia, casada com colono europeu, com a obrigação de o casal nela residir e a cultivar. Cultivar não implica que nela se faça agricultura à maneira europeia; basta que se aproveite a agricultura indígena. Também convém que não tenhamos ilusões quanto à proveniência dos colonos. Europeus também eram os portugueses da Índia provenientes da colonização daquele Estado, os que em Goa ainda hoje, e com orgulho, se auto-intitulam "descendentes". (Quem desbravou a Zambézia foram essencialmente luso-indianos!). Na relação das terras aforadas na jurisdição de Tete (cerca de 1750), vem uma longa lista de senhoras, classificadas como "enfiteutas" (foreiras emprezadoras). Qualquer delas, mesmo acompanhada pelo marido, deve ter tido muita força para assumir a vivência que o velho Reino de Monomotapa então oferecia aos colonos que se aventuravam a entrar para o interior. Menciono aqui os nomes de algumas:

MARIA DA SILVA,
ISABEL PIRES CASTELO BRANCO,
ISABEL PEREIRA,
JOANA DE MATOS,
JACINTA DE MATOS,
VIVÊNCIA PEREIRA,
MARIA PINHEIRA,
VITÓRIA FRANCISCA,
CONSTÂNCIA RODRIGUES ÂNGELA,
ANTONIA RODRIGUES ÂNGELA,

SEBASTIANA RODRIGUES AREILLA,
LUÍSA DE SOUSA,
JOANA MACHADO,
JOANA DA FONSECA FRANÇA,
D. CATARINA GOMES NOBRE,
CATARINA RODRIGUES DE AZEVEDO,
FRANCISCA LOPES NISA,
ROSA PINHEIRA,
CATARINA ROSA CALDEIRA,
MARIA CARDOSA,
NATÁRIA DA COSTA,
MARCELINA RODRIGUES DA COSTA.

Fontes: "Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1752-1763), de Alexandre Lobato, Edições Alfa, Lisboa, 1989.
"Breve Diccionário Histórico de Donas Notáveis", de Isabel Branquinho, em "Oceanos" nr. 21, Lisboa, 1995.

Fig. 84: Gravura a cobre de Petrus Kaerius do séc. XVI que mostra a Ilha de Moçambique, sede da governação lusa na costa de Monomotapa.

I.

VICEREX CLASSEM EX GOA AD EDOMANDOS PIRATAS quosdam amandat.

IN historiæ contextu dictum est, piratas quosdam Malabaros ad Indiæ littora grassantes, quoquo versum tum terra tum mari prædando transeuntibus infestos fuisse. Hanc igitur iniuriam vt arceret ViceRex, Goæ *classem ex fustis 15. instruens, Insulam* Sanguisco *(quo se prædonum magna vis receperat) recta inuadi, & illos excindi mandauit. Classe verò in duas partes, ad vtrumque insulæ latus confertim occupandum diuisa, cum Almirans pro stato consilio alterius lateris oram, spe & de reliquis ita secuturis concepta, feliciter impelleret: orto ex altera parte de prioritate dissidio & dissensu longissimo, mare interim æstu solito defluum, Almirantis nauem arido seu solido defixit. Quod cum Malabari antea in montes profugi, ex alto prouiderent, desertoque Almiranti restites cæteras naues auxilio venire non posse censerent: turmatim de montibus, & scopulis sese diffundentes, violenta manu nauem Almirantis inuaserunt, & in ea quemcunuis obuium, enatando non elapsum, hostiliter trucidauerunt. Sed & ipsum Almirantem fortiter & animosissime diu contraluctatum appresserunt, præfectumq; illi Caput præpilatæ hastæ defixum, in cæterarum nauium contumeliam clamose iactauerunt, & dein secum abstulerunt.*

Fig. 85: Gravura a cobre do início do sec. XVII da autoria de Theodor de Bry que mostra a tomada de uma nau lusa por piratas indígenas, acabando um homem por ser decapitado e a sua cabeça colocada numa lança. Perigos sempre iminentes!

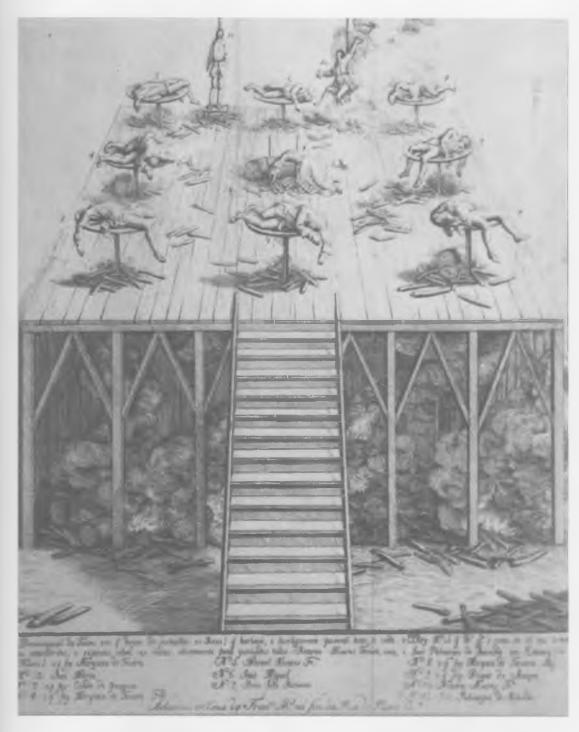



Fig. 86: Gravura setecentista que revela, pormenorizadamente, o triste fim dos Távoras e seus amigos sentenciados pelo crime de envolvimento no atentado a D. José. Uma mentira política levada pela prepotência até às últimas consequências, impondo medo e terror a qualquer um que se quisesse opôr ao Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal.

Fig. 87: Litografia oitocentista da poetisa Alcipe, Condesse de Oeynhausen.

A FORÇA DO AMOR E DA INTELIGÊNCIA

Uma heroína portuguesa que merece um lugar nesta obra, embora não se tenha conhecimento de alguma vez ter pegado numa arma, é a 4ª Marquesa de Alorna, mais conhecida por "Alcipe", o seu pseudónimo literário.

Nasceu em Lisboa em 1750, ano da subida ao trono de D. José. Aos oito anos foi presa, bem como a sua família, por causa do trágico episódio dos Távoras, devido ao seu grau de parentesco com esta família. O Marquês de Pombal tinha declarado guerra a estas famílias e o Rei deu-lhe cobertura. Como resultado, a futura "Alcipe" foi encerrada como prisioneira em companhia de sua mãe e de sua irmã, no Convento de Chelas, enquanto o seu pai foi encarcerado na Torre de Belém, passando depois para o Forte da Junqueira, como suspeito de ter tido conhecimento do pressuposto crime dos Távoras. Dezoito anos de prisão imerecida, só anulada após a morte de D. José (1777) e a queda do Marquês de Pombal, com a subida ao trono de D. Maria I. Esta mandou libertar todos os prisioneiros do Estado; alguns, porém, não quiseram usar da liberdade sem que primeiro fosse proclamada a sua inocência. O Marquês de Alorna, pai de "Alcipe", foi o líder deste grupo e conseguiu a reabilitação da sua família. Os longos anos em Chelas permitiram à jovem D. Leonor, pois era este o seu nome, profunda dedicação aos estudos e à poesia, tornando-se na mais célebre das poetisas lusas setecentistas.

Ainda presa em Chelas, ousou falar com seu irmão, o que como prisioneira (política) não lhe era permitido. O prelado obrigou a jovem a não sair da sua cela, determinando-lhe mesmo que cortasse os cabelos

e "se vestisse de cor honesta!". D. Leonor não fez caso e veio assim o arcebispo que a ameaçou com o Marquês de Pombal. D. Leonor respondeu com altivez que não era professa, o que queria dizer que ela em nada lhe dizia respeito. O arcebispo desistiu de a apoquentar, pois sabia as dificuldadaes que a família passava. O pai, ultrapassando barreiras de proibições, enviava cartas a Chelas para sua mulher e suas filhas, cartas estas escritas com o seu próprio sangue visto ninguém lhe facilitar acesso a tinta. Era D. Leonor que respondia a estas cartas, dada a enfermidade da mãe. D. Leonor entregava-se também à pintura, era organista e enfermeira do Convento, conhecia varias línguas e possuía uma vasta instrução científica.

Saídos da prisão, retomaram os seus lugares na sociedade e tornaram a sua casa de Lisboa, um ponto de encontro dos que se interessavam pela cultura e as ciências. Seu pai teve o desejo de a casar com D. Braz da Silveira. Este casamento teria por certo também a finalidade de retirar a família da sua difícil situação financeira, mas D. Leonor opôs-se vigorosamente. O pai ficou sem fala quando a sua filha rebelde falou do proposto noivo nos seguintes modos: "E um homem sem estudos; que pensará dos meus?".

"Alcipe" formou os seus próprios planos. Apaixonou-se por um jovem aristocrata alemão, o Conde de Oeynhausen-Gravenburg, primo do Conde de Lippe e, como este, militar ao serviço do Rei de Portugal. O seu escolhido não tinha bens mas era um homem de conhecimentos e vastos horizontes. Uma vez derrotada a proposta do pai e com a certeza dum amor correspondido pelo Conde alemão, houve outro impedimento que anulava a hipótese do casamento dos dois. "Alcipe" era católica convicta e só poderia casar com um católico. Oeynhausen era luterano e, assim, perante os mais fundamentalistas, um "herege". Para D. Leonor isto significava "guerra". Mais uma vez ela ganhou. O Conde alemão rendeu-se e aceitou converter-se ao catolicismo. Uma luta e vitória destas não se tinha visto em Lisboa! O baptizado tornou-se uma cerimónia espectacular, tal como o casamento dos dois, realizado a 15 de Fevereiro de 1779, e do qual foram padrinhos a Rainha D. Maria I e o Rei, seu marido, D. Pedro III. O Conde alemão foi armado cavaleiro da Ordem Militar de Cristo, cerimónia a que assistiu toda a corte. Primeiro residiram no Porto, onde o Conde comandou o 1º Regimento de Infantaria do Porto. Seguiu-se a sua nomcação como

Alla Santità di Nro Signore
Pio Papa VII.

Ex Audientia SSmi
Die 4. Januarij 1815

SSmus remisit preces arbitrio R. P. Nuncii Apostolici cum facultatibus necessariis, et opportunis, ad effectum indulgendi, ut Oratrix intrascriptum Monasterium semel in Mense ad Quinquennium, citra tamen tempus Quadragesimae, et Adventus, ingredi, in eoque ab ortu ad occasum Solis permanere libere, ac licite possit, et valeat, Superiorissae Monasterii singulis vicibus consensu accedente. Contrariis quibuscumque non obstantibus.

[illegible]

Utendo facultatibus a SSmo D. N. tributis Oratrici petitam gratiam concedimus et indulgemus, servatis tamen clausulis et conditionibus in Pontificio Rescripto appositis. Olisipone 12 Maji 1815.

Vincentius Macchi [illegible]

Eandem gratiam ad quinquennium confirmamus. Olysipone 22 Martii 1818.
Joseph [illegible]

Per
La Contessa d'Oeynhausen.

[illegible]

Fig. 88: Carta com selo branco assinado pela CONDESSA DE OEYNHAUSEN, dirigida em 1815 ao Papa.

Minha querida filha

esta noute não foi boa,
estou fraca, não posso escrever
com
nem dictar, mas quero novas
suas para me fortalecer
Constou me hoje q.e José
Maria tinha ido lá hontem
e desde as 9 horas da
manhã de hoje estava
trabalhando, com o meu
Procurador para q.e avisasse
e procurasse os socorros

A' Ill.ma e Ex.ma Sn.ra Dona
Henriqueta Condessa de
Oeynhausen Donna
Camarista de
S.M.I.

Carta de
Felix

que necessito Deus o abençoe
Beije humildemente da mª
parte as mãos aos nossos
Soberanos e venha ver-me
quando poder. O Felipe vai
buscar a resposta q. v.c. me
prometteo e aceite bençãos e
abraços Mãe e amiga

Leonor

12 de Maio
1838

Fig. 89: Frente e verso da carta assinada por Alcipe. Enviada em 1838 à sua filha Henriqueta.

Ministro Plenipotenciário de Portugal na Áustria. Partiram para Viena, por terra, demorando-se nas cortes de Espanha e de França, sendo muito bem recebidos pelos respectivos monarcas, Carlos III e Luís XVI. Chegados a Viena de Áustria, ganharam logo as simpatias da Imperatriz Maria Teresa e do seu sucessor D. José II. Por razões de saúde voltaram para Portugal, sendo o Conde de Oeynhausen nomeado Governador do Algarve. Mas este regresso foi um tanto atribulado. O marido teve de ficar mais um tempo em Marselha e D. Leonor seguiu com pouca comitiva em direcção a Portugal. Passou por Avinhão e Toulon, onde teve ocasião de conseguir a liberdade de um infeliz adolescente, preso nas galés por um crime falsamente atribuído. Entrou em Espanha pela estrada da Catalunha e passou pelo Col de Balaguer, onde foi assaltada por ladrões, de cujo perigo a salvou a sua presença de espírito e o seu ânimo varonil. Chegando a Tortosa achou a cidade inundada por uma enchente do Ebro, e outra vez lhe valeu o seu grande ânimo para se salvar, bem como a todas as pessoas da sua comitiva. Com permissão do governo da cidade, pôde extrair dos arsenais o que era necessário para formar uma espécie de jangada, na qual fez entrar e segurar a sua carruagem, conseguindo deste modo atravessar a enchente e salvar-se do perigo. No meio da inundação encontrou um rapaz, em cima de uma árvore, sem esperança de socorro. Felizmente pode recolhê-lo, e levou-o consigo. Desceu para Valência e Madrid onde suas Majestades Católicas lhe fizeram grato acolhimento e a encarregaram de recomendações para a sua filha, a Princesa D. Carlota Joaquina. Chegando a Lisboa dirigiu-se logo ao Paço, onde foi recebida com todo o agrado pela Rainha D. Maria I e toda a Real Família. E um dos Príncipes, encontrando depois o Marquês de Alorna, irmão de D. Leonor, lhe disse: "Já vi sua irmã, a Condessa de Oeynhausen, que estimei muito. VEM PORTUGUESA, COMO FOI".

Após a morte do marido, em 1793, D. Leonor retirou-se com seus filhos para as suas propriedades em Almeirim e depois para Almada. Tendo-se dedicado à educação dos filhos (e dos filhos dos vizinhos) acabou por ser nomeada Dama de Honor da Rainha D. Carlota Joaquina. Seguiu, após a morte de seu pai, para Madrid, em 1802 e de seguida para Inglaterra, onde se demorou mais do que esperava, dado que as tropas napoleónicas tinham invadido Portugal. Voltou em 1809 para Lisboa, onde se encontrou numa situação difícil. Seu irmão, D. Pedro,

o Marquês de Alorna, em cumprimento das ordens recebidas do Príncipe Regente D. João (VI) de Portugal e das de Junot, comandou a Legião Portuguesa que teve de combater do lado francês, desfazendo--se até à Rússia. D. Leonor teve de fugir clandestinamente para Londres e só voltou para Portugal em 1813, ano da morte na miséria do seu irmão, em Konigsberg, na Prússia Oriental. D. Leonor voltou a Lisboa e fixou residência no Palácio do seu neto, o Marquês de Fronteira, em Benfica. Viveu os seguintes dez anos da sua vida envolvida em nova luta gigante. Quis, e conseguiu, a reabilitação da memória do seu irmão, que fora condenado como traidor à Pátria. Tratou-se de uma condenação de conveniência política, na ausência do réu e de quem o defendesse. Foi difícil mas D. Leonor mais uma vez venceu e conseguiu provar a inocência do seu irmão em relação às acusações que lhe tinham sido feitas. Respeitada por toda a Nação, viveu de forma retirada e não pôde assistir ao casamento de D. Maria II com D. Fernando II. Resolveram então estes monarcas visitar pessoalmente D. Leonor, honra única na nossa história. D. Leonor de Almeida Lorena e Lencastre, Condessa de Oeynhausen-Gravenburg, Condessa de Assumar, Marquesa de Alorna, "Alcipe", faleceu com 89 anos, parte dos quais passou presa ou em batalhas de diversos géneros, acabando sempre por sair vencedora.

D. Leonor escreveu acerca do seu marido nos seguintes termos: *"Aquele herói que é prémio de meus males e a minha Pátria o ignora"*.

Do seu amor ao Conde alemão sabemos através de quadras que D. Leonor, então a poetisa "Alcipe", dedica a Oeynhausen, a quem dá o nome acádico de Armínio (líder dos germanos contra os romanos e vencedor na batalha da floresta de Teutenburg no ano 9 d.C.) :

"Logo que Armínio aparece
ergo os olhos com temor,
quero falar-lhe, não posso;
será isto acaso amor?

Se entre aquelas que eu estimo,
fala alguma a seu favor,
desconfio, tenho raiva;
será isto acaso amor ?

Villa Viçosa 10 de Novembro 1806

Minha querida Mana do
meu Coração - o teo filho, he
agora meu, porq o meu Miguel
esta no Ceo — e apenas elle
partio - fez me S A R dizer
q eu o Servia mal, e q me naõ
queria ver no Paço - com isto
fiquei vendo q os homens daõ
pinottes e q so Deos he q da abraços
- saberas que me acho alegre, por
q sinto q Deos me quer bem e q
quanto peor me tratão o mundo

A Son Excellence
Madame la Comtesse
d'Oeynhausen
à Londres

melhor agazalho heide incontrar
quando a minha alma se vir
livre deste Cascabulho q a prende
a Vs, isto agora estou porem
mto atrapalhado com degredos
e vitorias, em estando mais
corrente eu lhe mandarei
dizer pa me mandares os rapazes
adieu

Teu amo do C

Pedro

Fig. 90: Frente e verso da carta enviada pelo Marquês de Alorna, D. Pedro, à Condessa de Oeynhausen, então em Londres. O conteúdo desta carta, inédito e desconhecido até agora, é de grande importância para o estudo deste grande e incompreendido patriota que foi o Marquês de Alorna.

Quando fala não percebo
que haja um som de voz melhor,
mais graça, mais elegância;
será isto acaso amor?

Se ele se vai , não encontro
em vida chiste, sabor,
nem céu nem terra me agrada;
será isto acaso amor?

Se ostenta co'as outras belas
ar polido e sedutor,
forcejo por lhe ter ódio;
será isto acaso amor?

Fontes: "Obras poeticas de D. Leonor d'Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marqueza d'Alorna, Condessa d'Assumar, e d'Oyenhausen, conhecida entre os poetas portuguezes pelo nome de Alcipe", Lisboa, 1844.
"Portugal Diccionário Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª- Editores, Lisboa, 1911.
"Oito Séculos de História Luso-Alemã", de E. A. Strasen/Alfredo Gândara, Berlim, 1944.

Fig. 91: Estojo do Marquês de Alorna, D. Pedro, irmão de Alcipe. Mostra um par de pistolas de pederneira e seus acessórios. Entre estes, uma coronha para transformar uma pistola em carabina. A representação da águia (França) e do leão (Grã-Bretanha) mostra a incerteza do rumo político que Portugal iria enfrentar por altura da encomenda das armas.

O "BICHINHO DE CONTA" E O MARQUÊS DE POMBAL

Como pôde uma jovem atrever-se a não cumprir a vontade explícita do Marquês de Pombal, quando toda a sua família apoiou o estadista de plenos poderes? Foi o que aconteceu! Muitos foram degolados por menos! Uma donzela, porém, apaixonada por quem não devia, levou a sua avante, não se quebrando perante tanto poder, acarretando consequências da pior espécie, com total ausência de esperança. Aguentou tudo e manteve-se impávida e serena, mesmo perante a sua avó que antes a queria ver morta. No fim venceu tudo e todos. A sua vitória foi ao mesmo tempo a vitória da mulher portuguesa perante a tirania; foi a vitória do amor contra a prepotência familiar, eclesiástica e estatal; foi um gesto divino que ajudou o bem a derrotar o mal!

Não sabemos se foi a mistura do sangue luso e flamengo que corria nas suas veias, ou os séculos de isolamento açoriano no meio do mar, dos seus antepassados, que lhe deram esta força que ultrapassou todas as medidas de teimosia. Nem tão pouco sabemos se foi só o seu amor por alguém que a família rejeitara que a tornaram tão rebelde e obstinada. Facto é que se tornou um elemento de esperança, não só para todas as mulheres casadas contra sua vontade, como para todo o povo que se sentia oprimido por quem tinha o poder na mão.

D. Isabel Paim nasceu em 1753 e faleceu em 1793. Era filha de D. Vicente Roque José de Sousa Coutinho de Meneses Monteiro Paim e de D. Teresa Vital da Câmara Coutinho.

"Estava enamorada de D. Alexandre de Sousa Holstein, quando o marquez de Pombal a apeteceu para esposa de seu filho segundo, José Francisco de Carvalho Daun, e d'ahi se originaram differentes

Fig. 92: Gravura a cobre de 1759 que representa o Marquês de Pombal.

peripecias, que constituem um verdadeiro romance. Resistiu ella, mas o omnipotente ministro teimou e D. Vicente Paim, ou por ambição ou por fraqueza, obrigou a filha a esse matrimonio odioso. A 11 de abril de 1768, no oratorio da casa onde residia a avó da noiva, D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes Paim, se realisou esse enlace na presença do reverendo Paulo de Carvalho e servindo de padrinhos o marquez de Pombal, então ainda conde de Oeiras, e seu filho mais velho, irmão do noivo, que já usava do mesmo titulo. D. Izabel, violentada mas sem fôrça para resistir à vontade paterna, pronunciou o sim sacramental, mas nunca considerou seu marido, antes pelo contrário afastou constantemente de si o homem a quem a tinham ligado. Fôram baldados todos os esforços que principalmente a avó e uma tia da noiva, D. Leonor de Portugal, empregaram para que D. Izabel aceitasse a posição a que a tinham levado violentada, ella a tudo resistiu, e foi tal a decisão que mostrou, que afinal todos se convenceram, de que era inutil continuar n'essas diligencias. A 15 de Agosto de 1771 a filha de D. Vicente Paim foi recolhida no mosteiro de St.ª Joanna, e o marquez de Pombal tratou de annular o casamento do filho para depois o casar, sem lhe importar quanto havia de escandaloso n'este proceder, com uma senhora da família dos Távoras. É tão curiosa a petição do marquez de Pombal que, apezar de muito extensa, a transcrevemos: "Exm.º e rev.º sr. Dizem os marquezes de Pombal que, havendo se celebrado o matrimónio de seu filho José Francisco de Carvalho e Daun com a senhora D. Izabel Juliana de Sousa no dia 11 de abril de 1768, em cujo dia o dito esposo contava quatorze annos e dez dias de edade, e a dita esposa mais um anno, por haverem os supplicantes crido com boa fé que a mesma esposa deliberadamente e de boa vontade casava com o filho dos mesmos supplicantes com o mesmo contentamento, com que seu pae o senhor D. Vicente de Sousa Coutinho, sua avó a senhora D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes, sua tia a senhora D. Leonor de Portugal, e todos os mais senhores seus proximos parentes concorreram para o contrato e celebração do referido matrimonio, sem que aos mesmos supplicantes passasse pela imaginação, que no sexo e nos tenros annos da dita senhora esposa coubesse o fingimento de uma vontade que não tinha de contrair o sobredito matrimónio. Vieram depois da celebração d'elle a ser informados muito a seu pezar de factos taes e tão inopinados, como

Fig. 93: Gravura a cobre setecentista de Van der AA. Mostra o Terreiro do Paço de Lisboa no momento de um Auto-de-Fé.

são os seguintes: Primeiro facto: — Que a dita senhora esposa logo que foi ajustado o referido matrimonio, mostrou a elle uma tal repugnancia, que sendo successivamente instada pelas ditas senhoras sua avó e tia, ao fim de alcançarem d'ella o seu consentimento, e chegando a desenganar-se no tempo mais proximo ao dito matrimonio, de que todas as suas instancias tinham sido e seriam inuteis para vencerem a repugnancia da mesma senhora sua neta e sobrinha se auxiliaram então para a reduzirem dos bons officios do padre fr. Manuel de S. Boaventura, religioso carmelita descalço; o qual ficou successivamente trabalhando em tal fórma, que até á vespera, até á mesma manhã, e até á mesma hora da celebração do dito matrimonio esteve o dito religioso incessantemente ponderando á dita senhora esposa as graves consequencias que lhe resultariam de manifestar em publico a sua dita repugnancia, na mesma hora do recebimento com desar de todos os parentes que se achavam já n'aquella hora juntos, para assistirem ao acto da celebração do mesmo matrimonio, e com uma escandalosa desobediencia ás ordens de seu pae e da senhora sua avó. Segundo facto: — Que havendo a dita senhora esposa mostrado n'aquelle aperto, em que a puzeram, que prestava o seu consentimento ao matrimonio por ella celebrado na mesma interior obstinação da sobredita repugnancia, não só passou esta a manifestar-se desde o mesmo dia das bençãos nupciaes cada hora mais descobertamente, mas veiu tambem a converter-se no mortal, e implacavel ódio contra a pessoa do seu referido esposo, que foi presenceado por todas as pessoas de familia da casa, e pelas que n'ella costumavam ter entrada; vendo a dita senhora esposa tratar o dito seu esposo com desabrimentos os mais estranhos, e vendo-a sempre fugir da sua companhia e de todos os actos d'aquella união ainda exterior, que o vinculo matrimonial faz mais indispensaveis. Terceiro facto: — Que aquelles estranhos desabrimentos, aquelles actos externos de aversão, e aquelles desvios da dita senhora esposa passaram do escandalo particular dos parentes, dos familiares, e dos conhecidos da sua casa, a constituirem um escandalo publico em toda a corte e cidade de Lisboa. Quarto facto: — Que pelo espaço de três annos e quatro meses que decorreram desde 11 de abril de 1768 em que a dita senhora se recebeu até 15 de agosto de 1771 em que foi recolhida no mosteiro de Santa Joanna havendo sido successivamente persuadida e admoestada com

Fig. 94: Polvorinho português setecentista em chifre, gravado e guarnecido a prata. Mostra as Armas Reais e um casal.

Fig. 95: Pormenor de uma espingarda do 3º Marquês de Pombal cujo casamento com o "Bichinho de Conta" teve de ser anulado por não ter sido consumado.

Fig. 96: Fecho e guardamato da espingarda de pederneira do 3º Marquês de Pombal, José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun.

Fig. 97: Cano embutido a ouro da espingarda do 3º Marquês de Pombal (2º filho do 1º Marquês). Obra do grande mestre do Arsenal Real do Exército, Jacinto Xavier.

as razões mais cristãs e mais prudentes, por seu próprio pae, pela dita senhora, proximos parentes de ambas as familias, todas estas diligencias fôram inuteis porque não produziram outros effeitos que não fossem, primeiro: mostrar a dita senhora cada dia mais rebelde e mais obstinada a inflexibilidade do referido ódio; segundo: excogitar novos pretextos para apartar de si o dito seu esposo, de sorte que não pudesse com elle juntar-se, chegando a dizer que seria muito util, que antes d'isso fôsse viajar alguns annos pelos países estrangeiros; terceiro: chegar a alienar se até aos excessos de se dizer que cosia os lençoes da cama e punha barreiras entre o seu logar e o do seu referido esposo para que a ella não pudesse chegar. Quinto facto: — Que nas referidas circumstancias vendo-se o dito esposo em annos tão juvenis e verdes, provocado com tantos e tão inauditos insultos contrarios a todos os direitos, e vendo-se opprimido ao mesmo tempo pelo respeito dos supplicantes para não poder tomar dos mesmos insultos a satisfação que se devia a si mesmo, não pôde deixar de conceber contra a dita senhora sua esposa outra versão correspectiva do odio que ella lhe tinha, para lhe ser muito penoso o seu mallogrado consorcio e para aborrecer a sua companhia, de sorte que até buscava pretextos para não ir só com ella na mesma carruagem, quando á noite costumavam sair da casa dos supplicantes seus paes. Sexto facto: — Que com todas as sobreditas causas foi e é constante entre os próximos parentes, entre os domesticos e entre as pessoas, que teem conhecimento da casa dos sobreditos esposos que o dito matrimonio, que entre elles se celebrou, nem foi até agora consummado, nem ha esperança alguma prudente de que o venha a ser. N'estes tão desagradaveis e tão urgentes termos não podia permittir nem a religião, nem a decencia dos supplicantes, que deixassem de precaver (em quanto n'elles estava) os perigos espirituaes e corporaes, que em taes casos se costumam seguir dos matrimonios ratos e não consummados, ainda quando são verdadeiros matrimonios celebrados com o livre consentimento que no caso presente se ve que não houve da parte da dita senhora esposa: porque alem de estar esta fingindo e simulando um tão sagrado sacramento, são bem conhecidos os gravissimos perigos, que se costumam seguir assim de se conservarem similhantes conjuges desesperados por odio na mesma casa entre tão implacaveis discordias, como de viverem em um consorcio que só é apparente sem que o

Fig. 98: Litografia oitocentista que mostra o Duque de Palmela, filho da Senhora que ousou guerrear e vencer o Marquês de Pombal.

referido odio reciproco os deixe usar do matrimonio. Com estes urgentes motivos tomaram pois os mesmos supplicantes o expediente de fazerem separar os sobreditos seu filho e nóra até buscarem recurso competente mandando interinamente debaixo de pretextos decorosos o primeiro para a Universidade de Coimbra e a segunda para o convento de Santa Joanna de Lisboa. E porque os supplicantes para o fim de impetrarem da séde apostolica a declaração da nullidade do dito matrimonio necessitam de justificar os seis factos acima deduzidos, procedendo V. Ex.ª ás perguntas dos referidos conjuges sobre a consummação ou não consummação do referido matrimonio entre elles fingido, passando a inquerir sobre os seus factos as testemunhas que d'elles tem melhor informação e expedindo-se-lhe de tudo instrumento em fórma authentica e provante. Pedem a V. Ex.ª lhes faça mercê deferir-lhes na fórma que requerem. E. R. M. — Marquez de Pombal — Marqueza de Pombal". Despachada favoravelmente esta petição, fôram ouvidas muitas testemunhas e os dois conjuges, contando-se entre aquellas grande numero de creados e familiares e ao mesmo tempo pessoas de posição elevada e que exerciam cargos importantes na côrte. D. Izabel quando foi interrogada disse: que nunca teve vontade de casar com o exm.º José Francisco de Carvalho e Daun, e esta repugnancia a manifestou sempre constantemente até ao ponto da celebração do matrimónio, a todos os seus parentes e familiares principalmente a sua avó, a exm.ª D. Maria Antonia de S. Boaventura, e a sua tia, a exm.ª D. Leonor de Portugal, e tambem a significou a seu mesmo pae d'ella depoente em uma carta que lhe escreveu a França, onde se acha residente como embaixador de S. M. F., os quaes trataram sempre todos de a persuadirem e reduzirem a que quizesse casar com o dito seu esposo, representando-lhe umas vezes os grandes interesses que se lhe seguiam d'este casamento, e outras os grandes inconvenientes que resultariam se n'elle não consentisse; de tal sorte que vindo elles a conhecer pela experiencia do tempo que eram inuteis e escusadas todas as diligencias porquanto ella estava firme na sua vontade de não casar com o dito seu esposo, se valeram da industria do padre Fr. Manuel de S. Boaventura, religioso carmelita descalço, para que a convencesse e reduzisse ao que a dita sua avó e tia tanto desejavam que era o tal casamento, o qual religioso por muitas vezes instou com várias razões a que désse o seu consentimen-

Fig. 99: Gravura oitocentista que representa D. Pedro de Sousa Holstein (filho de Alexandre de Sousa Holstein e de D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho Paim), Duque de Palmela.

Fig. 100:
Escultura portuguesa do séc. XVIII que representa uma criança a rezar.

Fig. 101:
Tesouras indianas e um quebra-hetel cingalês. O nome Alorna em Goa ainda hoje tem um grande significado. Quantas senhoras desta família lusa viram ou utilizaram tesouras deste género?

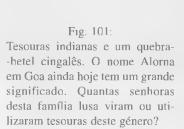



Fig. 102:
Frascos de perfume ricamente decorados do séc. XVIII.

Fig. 103:
Chatelaine com relógio e sinete do séc. XVIII.

to, principalmente na vespera do dia em que se haviam de celebrar as nupcias e ainda no mesmo dia e hora em que estavam já juntos todos os parentes de uma e outra parte, vendo-a chorar muito e que estava na resolução de negar o seu consentimento se esforçou muito em convencer que se não o prestasse, se lançava a perder e haveria grandes desgostos. Pello que ella muito afflicta e cheia de temor se não atreveu a declarar no acto da celebração do dito matrimonio que não consentia n'elle; mas depois d'esse acto mostrou sempre constantemente a todos os seus parentes e familiares a sua repugnancia, a qual foi sempre bem conhecida de todos e que aquelle consentimento que dera não fôra livre e voluntario, mas muito violento e coacto, vingada do temor e medo em que a tinham posto os ditos seus parentes das razões com que a pretendera convencer o dito religioso, ás quaes ella não sabia responder pela sua edade e fragilidade do seu sexo. Foi assim que D. Izabel respondeu emquanto ao primeiro facto, e para que se conheça bem como foi realisado esse casamento, transcreveremos o que sobre este ponto depoz o filho do marquez de Pombal. Disse elle que: logo nas primeiras vezes que a visitou e falou com ella conheceu a sua pouca satisfação do referido casamento, por não experimentar n'elle aquellas demonstrações de amor que esperava e que costuma haver entre esposos, o que então attribuiu a pejo e cobardia e a sua tenra edade, mas continuando depois por longo espaço de tempo, que mediou até que se receberam, a experimentar na dita sua esposa um grande desagrado e aversão, elle depoente se desgostou muito do mesmo casamento, mas pelo grande respeito que tem aos exmos. supplicantes seus paes, e tambem pela esperança de que ella havia depois de recebidos mudar a má vontade que mostrava, e que lhe teria aquelle amor que é natural entre casados, não se atreveu a contradizer ou oppôr-se ao dito casamento. José Francisco quando casou tinha feito poucos dias antes quatorze annos, como fala pois no longo espaço de tempo *em que reconheceu antes da celebração do matrimonio que a futura noiva lhe não tinha amor algum ou segundo as próprias palavras d'elle tinha pouca satisfação d'esse casamento? É impossível não vêr que essa união não passava de um calculo interesseiro do grande estadista, que cego talvez pelo amôr de pae fechava os olhos para não vêr as consequencias desastrosas de um enlace forçado, e em que a noiva se na hora solemne e deante do altar não declarou, terminante-*

mente, que estava ali violentada, foi porque sabia até onde chegava a omnipotencia do valido de D. José, omnipotencia que a avó, a tia e o padre carmelita não deixaram até ao ultimo momento de lhe pôr deante dos olhos. Concluido o processo solicitou o marquez de Pombal da curia a annullação do casamento, e tendo o pontifice nomeado o cardeal patriarcha Saldanha, o cardeal Cosme da Cunha e o nuncio para serem juizes n'este litigio, proferiram elles a 16 de julho de 1772 a sentença declarando nullo o casamento do filho de Sebastião José de Carvalho com D. Izabel Paim. Não se contentou a avó de D. Izabel com o supplicio que lhe havia imposto, e irritada, por vêr que não tinha podido vencer a neta, dirigiu a el rei o seguinte requerimento: «Senhor. Diz D. Antonia de S. Boaventura e Menezes que, tendo seu filho D. Vicente de Sousa Coutinho a certa e infeliz noticia que se tratava de annullar o matrimonio que havia contraido sua filha D. Izabel Julianna de Sousa com José Francisco de Carvalho e Daun, filho dos marquezes de Pombal, e reconhecendo que a nullidade do dito matrimonio pelo perverso animo da dita sua filha: ordenou á supplicante em carta de 22 de junho do presente anno que, declarado nullo o dito matrimonio supplicasse de V. M. a graça de mandar recolher a dita sua indigna filha e neta da supplicante em um convento por toda a vida com prohibição de falar a pessoa alguma de fora do mesmo convento. E porque se acha effectivamente declarado nullo o dito matrimonio por sentença dos juizes apostolicos para esse effeito nomeados pelo Santo Padre com inconsolavel e perpetuo desgosto da supplicante e de seu filho: Recorre a mesma supplicante em seu nome e do dito seu filho a V. M. para que, por sua sensata piedade, se digne ordenar que a dita sua indigna neta seja logo transportada do convento de Santa Joanna, onde interinamente foi recolhida, para um remoto convento de apertadissima reclusão qual a V. M. parecer e que ahi fique por toda a vida inclusa com prohibição de falar ou communicar com pessoa alguma externa verbalmente ou por escripto, e que assim se lhe intime e á prelada do mesmo convento para que lhe não permita communicação alguma sob pena de incorrer no real desagrado de V. M. Pede a V. M. se digne por sua real piedade remediar a triste situação da supplicante e seu filho com a providencia que imploram, que ainda é diminuto castigo ao que merece a perversa indole da dita sua indigna neta e limitada satisfação ao pezar com que a suppli-

cante e o dito seu filho vêem desfeita uma alliança em que tanto interessavam para o maior esplendor da sua descendencia. Assigna a supplicante reverentemente a presente supplica. E. R. M. — D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes.» O despacho, como era natural, não se fez esperar, e em 18 de julho ordenava D. José, ou o marquez de Pombal, que D. Izabel fôsse removida para o convento do Calvário de Evora, e que n'elle ficasse reclusa até que o pae dispuzesse d'ella, com prohibição de falar ou communicar com pessoa alguma externa verbalmente ou por escripto na fórma que requerera a veneranda avó. Terminava o decreto mandando guardar na Torre do Tombo todos os documentos que se referiam á annullação do casamento de D. Izabel. A nobre dama foi effectivamente levada para o citado convento, onde se conservou encerrada até á morte d'el-rei D. José e queda do marquez de Pombal. Alcançando então a liberdade, pôde ligar se ao homem que amava, e a quem dera provas tão notaveis de constancia. O seu casamento com D. Alexandre de Sousa Holstein realisou-se a 27 de junho de 1779, e o filho primogenito d'essa união foi o grande estadista duque de Palmella." (em Portugal, Diccionário Histórico).

D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho Monteiro Paim ainda hoje é relembrada pelo cognome "O BICHINHO DE CONTA", que lhe atribuiu o próprio Marquês de Pombal! Tanto Marcelino Mesquita como Rocha Martins lhe dedicaram obras.

Fonte: "Portugal, Diccionmário Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & C^a^—Editores, Lisboa, 1911.

A GRANDE AUTODIDACTA

Não só as mulheres que pegam em armas para defender a Pátria e a Fé são heroínas. Muitas mulheres houve que pela sua maneira de estar na vida pegaram noutra espécie de armas e bem merecem esta classificação.

Um bom exemplo disso foi a Viscondessa de Balsemão. Chamava-se D. Catharina Michaela de Sousa Cesar e Lencastre, nasceu em Guimarães, em 1749, filha dum fidalgo da Casa Real.

Nesta época era ainda costume que o pai decidisse com quem as suas filhas haviam de casar e que estas cumprissem a sua vontade. O não cumprimento era escandaloso, causando a expulsão da respectiva jovem, não só do seio familiar como até da própria sociedade. Houve quem se suicidasse, quem se refugiasse num convento, quem fugisse com o primeiro que a quisesse socorrer. A maioria, porém, arranjou forma de se ajustar à escolha paterna, tentando viver o que o destino lhe proporcionasse.

D. Catarina tinha as suas próprias ideias acerca de quem decidiria o seu destino. Sabia que uma mulher só, não tinha papel no meio em que vivia. Tinha de casar! Seu pai ajustou, em 1772, o seu casamento com Luiz Pinto de Sousa Coutinho, 1° Visconde de Balsemão, que nessa época era Governador da Capitania do Mato Grosso (Brasil). D. Catarina tinha 23 anos e como o costume então era de casar aos 16, já não era tão jovem como isso (o termo então utilizado para esta situação era: "parecia encalhada"). O casamento foi por procuração, estando o noivo de um lado do Atlântico e a noiva do outro. Só se viram após o regresso dele do Brasil. Em 1774, D. José nomeou o seu marido Ministro Plenipotenciário na corte de Inglaterra, ou seja, Embaixador de Portugal na Grã-Bretanha.

Fig. 104: Um par de canos de pistolas de pederneira ricamente cinzelados, gravados e embutidos a ouro. Entre coleccionadores, estas armas de luxo, nada têm de especial. Destacam-se, porém, pela assinatura do seu fabricante: "JUNGFER BARBARA SÖDERSTRÖM". Trata-se de uma ESPINGARDEIRA (senhora fabricante de espingardas) de Estocolmo. Caso raro, mas não inédito.

Fig. 105: Um belo suporte de plumas português do séc. XVIII, mostrando ao centro as Armas Reais Portuguesas. Quantas plumas nele se pousaram, que mãos o pegaram e quantas cartas de amor, de tristeza ou de desabafos de solidão não o tocaram?

Fig. 106:
Jóia indo-portuguesa do séc. XVII/XVIII.

D. Catarina teve de reconhecer que a sua educação era deficiente, o que não convinha no lugar que ela e seu marido iam ocupar. Não querendo fazer má figura, resolveu tomar as rédeas do destino de ambos nas suas mãos. Recolheu-se sobre vagos pretextos para se afastar da sociedade londrina. Permaneceu, assim, pelo espaço de um ano, quase em completo isolamento, durante o qual se aplicou com o maior fervor ao estudo das línguas e literatura inglesa, francesa e italiana.

O seu marido tinha-lhe consentido estes 365 dias de "injecção cultural" e, assistindo à vertiginosa subida do saber da sua esposa, acabou por acompanhá-la. D. Catarina, com a sua força de vontade férrea, entrou numa via autodidacta que nunca mais largou, acrescentando continuadamente mais conhecimentos em toda a sua vida.

A reentrada do casal na corte de Londres possibilitou a convivência com pessoas ilustres e não tardou que a casa do embaixador português se tornasse um dos centros em que se reuniam os homens mais conhecidos das artes, letras e ciências.

A estada de D. Catarina na Grã-Bretanha podia ter sido uma mera missão mediocramente cumprida. Mas não, foi um êxito, tanto para o casal como para a diplomacia portuguesa.

A luz dos seus conhecimentos brilhava como o esplendor de um cometa surgido do nada!

Voltando em 1783 para Lisboa, tornou-se amiga da Marquesa de Alorna, sendo interessantíssima a troca de correspondência entre estas duas grandes poetisas e intelectuais portuguesas.

Como infelizmente tantas vezes acontece, a sua obra escrita, salvo uma ou outra excepção, não chegou a ser impressa, perdendo-se. Os seus contemporâneos chamavam-na: "A SAPHO PORTUGUESA", merecendo esta distinção pela beleza das poesias que escrevia.

Em 1786 voltou novamente a Londres, onde tornou a legação portuguesa num grande salão cultural. Regressou a Portugal, sobrevivendo ao marido ainda muitos anos.

Quando a luz da sua vida se apagou (em 1824), descansou para sempre a mão de uma grande escritora e poetisa!

A sua existência tornou-se um símbolo da vitória da vontade do saber!

Fontes:"Portugal Diccionario Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª-Editores, Lisboa, 1911.
"Jornal Universal", vol.1, de 1845.

APLAUDIDA E ENFORCADA

Uma célebre filha de pais portugueses, que toda a vida se identificou com a sua pátria ancestral, foi D. Leonor da Fonseca Pimentel. Nascera em Roma em 1752, de onde seus pais (que eram de Beja) tiveram de sair em 1760, em consequência do rompimento de relações entre Portugal e a Cúria Romana. Foram então para o Reino de Nápoles. D. Leonor, que falava e escrevia muito bem o português, latim e italiano, dedicou-se também ao estudo das ciências. Aos 16 anos já fazia versos muito aplaudidos. Em 1777 escreveu um drama alegórico dedicado ao Marquês de Pombal. Toda a sua obra mostra um grande entusiasmo pela pátria lusa e a fé católica. Chegou a ser dama de honor da Rainha Maria Carolina de Nápoles e casou, em 1784, com um nobre, o Marquês de Fonseca.

Muito entusiasta em tudo o que fazia, abraçou os ideais liberais e, em 1789 pronunciou-se abertamente pelos princípios da Revolução Francesa.

O seu salão tornou-se o centro de reunião dos liberais no Reino das duas Sicílias, cristalizando-se neste meio uma oposição à corte napolitana.

Quando os soldados franceses, em 1798, sob o comando do general Championnet, entraram em Nápoles, a Família Real fugiu para a Sicília. Isto por sua vez causou a proclamação da República Napolitana, sob o nome de República Partenopeia.

D. Leonor da Fonseca Pimentel, à frente do movimento revolucionário, encarregou-se da redacção do jornal oficial, o "Monitor Perthenope", exercendo uma grande influência no seio do governo onde, porém, defendeu sempre a moderação. Muitas situações extremas

acabaram por ser acalmadas devido à sua intervenção. Era grande a sua popularidade e, uma vez que foi ao Teatro, o público exigiu que ela cantasse a "Marselhesa Napolitana", o que fez no meio de enorme entusiasmo e colhendo uma imensa ovação.

Quando caiu a República, foi acusada de traição à dinastia e condenada à morte. Marchou serenamente para o suplício e, ao chegar à Praça do Mercado, onde se levantava a forca, recitou com tranquilidade o verso de Virgílio: "Forsan haec olim meminisse juvabi". Foi em 1799 que puseram termo à sua vida. Anos mais tarde, colocaram o seu nome no "Pantheon dei Martiri".

Fonte: "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", Editorial Enciclopédia Lda. Lisboa, Rio de Janeiro, cerca 1950.

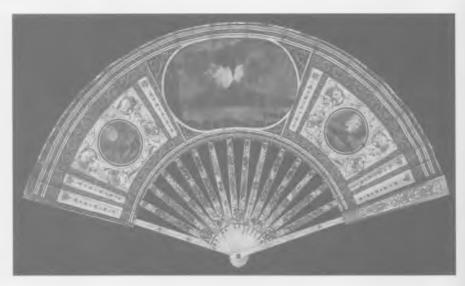



Fig. 107: Leque setecentista napolitano que mostra uma erupção do Vesúvio.

A FUNDADORA DO MUSEU DO PRADO

Tivemos senhoras de grande mérito próprio nas artes e na cultura. Umas escreviam, outras criaram círculos de gente culta. Ainda hoje é frequente encontrar-se quem goste de escrever uns versos para seu prazer e dos que o rodeiam, sem necessariamente ter pretensões de os levar à estampa.

Houve até uma ocasião em que uma infanta portuguesa, em terras estrangeiras, resolveu usar a sua influência pessoal para reunir o que havia de boa pintura espalhada por dezenas de palácios, ao ponto de criar uma das mais magníficas colecções ainda hoje existentes.

Falamos de D. Maria Isabel (Francisca) de Bragança, filha de D. João VI e de D. Carlota Joaquina. Nasceu no Paço de Queluz, em 1797. Nisso estão todos os historiadores de acordo. Sobre a data da sua morte, porém, existe uma inexplicável confusão. Consultando seis fontes (consideradas fidedignas) obtivemos três afirmações de que tal ocorreu no ano de 1818 e outras três afirmando que foi no ano de 1827. Este caso bem demonstra que nem tudo o que está impresso num dicionário histórico pode ser levado à letra.

De qualquer forma, casou em 1816 com Fernando VII, Rei de Espanha. A sua ida para Madrid foi numa altura em que esta capital ainda mostrava as suas feridas napoleónicas e em que só parte da população estava a favor de Fernando VII, havendo muitos que preferiam o seu pai, Carlos IV.

A infanta portuguesa, Rainha de Espanha, procurou então criar algo que tivesse boa aceitação geral, que a todos unisse: a cultura. Ela tinha ficado muito bem impressionada com a quantidade de excelentes pinturas antigas que existiam espalhadas pelos palácios reais espanhóis.

Só a realeza e as personagens mais ligadas a ela podiam usufruir da contemplação destas obras de arte. O seu intuito foi o de permitir o acesso a todos. Resolveu então dedicar-se a um projecto de visão multissecular, tão característico da lusa gente. Necessitava de um edifício especial, de muitas salas e com boa entrada de luz, de forma a que tivesse bastantes paredes disponíveis para se mostrar os mais belos quadros que os séculos juntaram nos palácios espanhóis.

O resultado foi o Museu do Prado e ainda hoje esta infanta é lembrada por muita gente em Espanha, que reconhece que é à sua iniciativa que se deve a existência deste fabuloso museu de nível mundial. Ainda hoje, a maioria dos visitantes estrangeiros da capital espanhola visitam este museu que, dentro do seu género, é o mais notável e um grande e permanente atractivo cultural.

O papel da nossa infanta na criação desse museu é razão suficiente para se ter destacado, a ponto de ser mencionada nesta obra. Poderíamos ficar-nos por esta referência a seu respeito mas há uma outra que bem demonstra as grandes dificuldades e os horrores aos quais, por vezes, os seres femininos então estavam sujeitos. Para podermos fazer uma melhor ideia do que era a vida, mesmo a de uma infanta, devemos ter conhecimento do seu lastimoso fim.

Peço ao leitor que me permita um ligeiro desvio, para chegarmos ao ponto central da questão.

Minha avó, D. Anna Maria Wimmer Daehnhardt, luso-alemã, foi condecorada pela Cruz Vermelha pelos seus préstimos, com que se destacou durante a Guerra Búlgara-Turca. Uma de tantas guerras com centenas de milhares de mortos que, hoje, já nem são mencionados nos livros de história. Esteve, como enfermeira, num hospital de Constantinopla, a tratar de feridos e doentes. Quando vi a sua condecoração e lhe perguntei pela sua origem, contou-me do muito a que assistiu nestas circunstâncias. Muito horror passou pelas suas mãos, muitas mutilações e amputações, sem o mínimo de higiene e com poucas soluções para acalmar as dores. Muitos olhos fechou de vez mas, o que a mais horrorizou, foi a atitude das irmãs misericordiosas que estavam a prestar serviço geral neste hospital. Viviam na plena convicção de que, quando postas perante a trágica decisão de optar entre salvar a vida de uma jovem mãe prestes a dar à luz, ou a vida da criança que estava para nascer, deviam decidir-se pela vida do bébé, deixando a mãe morrer.

Fig. 108: Leque que representa a caça à baleia. Séc. XVIII/XIX.

Fig. 109: Octante e óculo do séc. XVIII/XIX, para uso naval.

Fig. 110: Tampa da caixa oferecida pelo Rei de Espanha, Fernando VII, à sua mulher, a Infanta Portuguesa. Mostra, embutida em aço polido e facetado, como se de diamantes se tratasse, a seguinte inscrição: "A. L. R. P. — De la Reyna N. S. — Doña — Maria Isabel de Braganza — S. C.". Isto pode ser lido como: "A la Real Persona de la Reyna Nuestra Señora Maria Isabel de Bragança Seu Consorte".

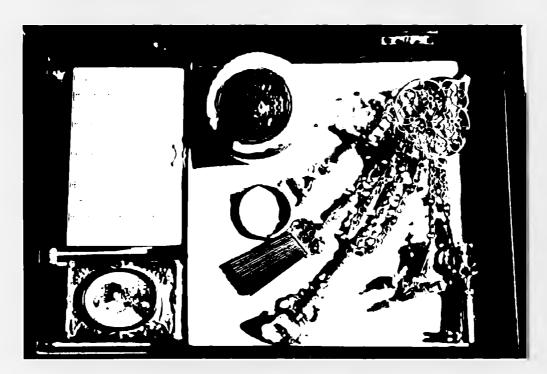



Fig. 111: A primeira gaveta reconstituída da mesma caixa. Mostra um livro de missa; uma caixa em chifre com as Armas Reais de D. João VI, pai de D. Maria Isabel de Bragança; uma caixa em prata com uma pintura sobre marfim com D. Pedro I, Imperador do Brasil, irmão de D. Maria Isabel de Bragança; e uma chatelaine com diversos utensílios em ouro e aço.

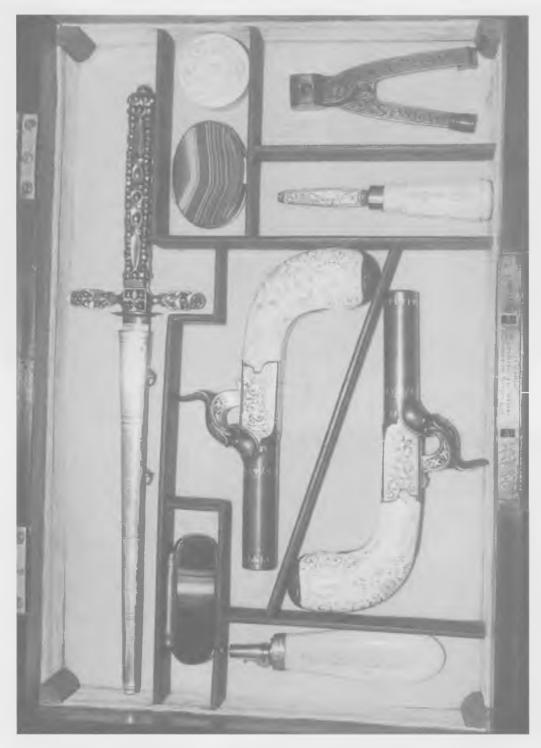



Fig. 112: A segunda gaveta reconstituída da mesma caixa mostra uma adaga com o mesmo trabalho da tampa da caixa: mais um par de pistolas de regalo, ricamente embutidas a ouro, em duas tonalidades, com os seus respectivos acessórios. Obra assinada por "LEPAGE L'ARQUEBUSIER DU ROI".

Fig. 113: Tinteiro português do início do séc. XIX.

Fig. 114:
Alqueire do Reino Unido de Portugal - Brasil. Início do séc. XIX (1815-1825).

Fig. 115: Canudos portugueses do séc. XIX para guardar moedas dos reinados de D. Miguel I e de D. Maria II.

Fig. 116: Litografia oitocentista da Torre de Belém com fragatas no Tejo.

Com isto, muitos dos recém-nascidos salvos acabavam por morrer também. Vendo isso e não podendo compreender tal decisão, minha avó virou-se para a irmã-chefe pondo-lhe a questão, ao que esta respondeu que era assim a vontade de Deus e há muitos séculos. Minha avó achou esta decisão inconcebível e quis saber onde essa ordem se encontrava escrita. Recebeu como resposta que isto era das tais ordens que só se davam por boca mas que todos os que estivessem ao serviço de Deus a conheciam e a compreendiam, não competindo à minha avó questioná-la.

Vem isto a propósito do trágico fim de D. Maria Isabel. Na sua família houve frequentes casos de desmaios e de epilepsia. Quando a Rainha estava em avançado estado de gravidez *"teve um de seus deliquios. O cirurgião de sua confiança, chamado às pressas para vê-la, porém, deu-a como morta. Fazia-se necessario salvar, sem demora, a creança. Iniciou-se, logo, uma operação cesariana, sem observar-se, entretanto, os cuidados naturaes que se observam com as pessoas vivas. Em meio á operação, quando lhe haviam aberto o ventre e offendido brutalmente visceras importantes, rasgadas como quem rasga massa inerte e sem vida, eil-a que acorda para morrer, pouco tempo depois, cheia de dores, na mais cruel das agonias"* (em "A Côrte de D. João No Rio De Janeiro", de Luiz Edmundo, Rio de Janeitro, 1939). Escusado será dizer que a criança nascida desta forma e antes do tempo, faleceu pouco depois. Imensa desgraça se esconde na simples menção histórica de que uma mulher "morreu de parto". Muitas não precisavam de ter morrido.

Fontes: "Portugal Diccionário Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Cª-Editores, Lisboa, 1911.

"Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", Editorial Enciclopédia Lda, Lisboa/Rio de Janeiro, cerca 1950.

"A Corte de D. João no Rio De Janeiro" de Luiz Edmundo, Rio de Janeiro, 1939.

QUANTAS "MARIAS DA FONTE" TEM PORTUGAL ?

Em Abril de 1846 rebentou, no Minho, uma agitação popular que rapidamente se transformou numa sangrenta luta civil, atingindo grande parte do território. Enquanto a grande maioria das guerras ou revoluções políticas nasceram por teimosias, más vontades, ou erros diplomáticos, sempre ligados aos governantes, a Revolta da "Maria da Fonte" surgiu como impulso espontâneo do povo, o maior dos fantasmas das chancelarias, porque jamais se sabe onde aparece, quem o lidera e onde vai parar.

Sem unidade de comando, nem programa político, como simples protesto contra duas leis, correu o povo contra a ordem estatal estabelecida.

"O motivo proximo, imediato, dos levantes, foi a repugnância em obedecer a uma lei tributária e à que proibia os enterramentos nas igrejas, mandando sepultar os cadaveres em cemitérios longe dos templos, o que à credulidade popular parecia vexatorio e ofensivo. O povo levantado, em vez de apelarem, como as revoltas anteriores, para a tropa e para o funcionalismo, atacou os quartéis e queimou os cartórios e a papelada das repartições. Em vários sítios rebentaram motins. Parece que o mais violento de todos ocorreu na freguesia da Fonte de Arcada, onde, tendo falecido uma tal Custódia Teresa, do lugar de Simães, o mulherio, armado de chuços, invadiu a capela onde o corpo se achava depositado, e, desprezando as exortações do paróco, agarrou no cadáver, indo sepultá-lo no templo. Ao que se afirmou, capitaneava o bando uma criatura chamada Maria, de Fonte Arcada. Feito o enterro, a multidão seguiu soltando vivas à religião e às 'leis

Fig. 117: Litografia alemã de 1835 que mostra as fardas da artilharia portuguesa do reinado de D. Maria II frente à Torre de Belém. Nesse ano casou (por procuração), D. Maria II com D. Fernando de Sachsen-Coburg e Gotha.

Fig. 118: Litografia oitocentista de uma lavadeira saloia.

Fig. 119: Gravura a aço oitocentista que mostra a Torre de Belém.

Fig. 120:
Litografia oitocentista que representa a ideia que sempre nos foi transmitida da "MARIA DA FONTE", com pistola de pederneira e roiçadeira nas mãos.

velhas', e dando morras às 'leis novas'. A autoridade interveio, prendendo três mulheres; mas quando, na manhã seguinte, compareceram para o levantamento do auto o juiz ordinário, o delegado e mais oficiais de justiça, intervieram umas três centenas de mulheres armadas de chuços, foices e varapaus e puseram-nos em fuga. Escorraçadas as autoridades, trataram de libertar as presas. Tocaram os sinos a rebate, e das povoações vizinhas surgiu o mulherio armado, seguindo em grande bando rugidor para a Póvoa de Lanhoso, onde investiram contra a cadeia, arrombaram as portas e soltaram as encarceradas. Por varios sitios ocorreram cenas semelhantes. O acto inicial de protesto partiu de uma lavadeira que, numa aldeia do Minho, correu, armada de uma foice e secundada por outras mulheres, sobre os exactores do fisco, gritando: 'abaixo o cruzado para as estradas!'. Referem-se como locais do primeiro conflito as povoações minhotas de Fonte Arcada, Travessos, Simães, Gafe, S. Paio, Santo André de Frades, etc. Há varias versões quanto à mulher que acaudilhou o primeiro bando insurrecto, e não falta, até, quem considere a 'Maria da Fonte' como uma simples criação mítica do povo." ("Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", Vol. 16, pág. 327). *"Para a história ficaram os nomes de algumas mulheres que se destinguiram nesta revolta.*

Qualquer delas se poderia chamar 'Maria da Fonte'. São elas: Josefa Caetana, da Casa da Fonte, que sendo presa, deu falsa identificação à autoridade administrativa; Maria, natural da freguesia de Oliveira, que, armada de machado, foi a primeira a escaqueirar as portas da cadeia para libertar as companheiras; Maria Luísa Balaio, proprietária de uma hospedaria situada perto de uma fonte, que gratuitamente dava de comer aos revolucionários, que por isso a aclamavam: 'Viva a Maria Da Fonte!'; Maria Angelina de Simões, natural da freguesia de Fonte de Arcada, evocada em canções populares, pois era a única mulher que naqueles tempos revolucionários andava sempre armada com pistolas presas à cinta." (em "O Grande Livro dos Portugueses" Círculo de Leitores, 1990).

Não nos é possivel saber ao certo qual foi afinal a "Maria da Fonte". Não nos restam, no entanto, dúvidas de que esta agitação popular nasceu no meio de mulheres portuguesas que mereceram, todas elas, esta heroica classificação!

Fontes: "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", Editorial Enciclopédia Lda. Lisboa /Rio de Janeiro, cerca 1950.

"O Grande Livro dos Portugueses", Círculo dos Leitores, 1990.

"Portugal, Diccionário Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romando Torres & Ca—Editores, Lisboa, 1911.

UMA AMAZONA OCTOGENÁRIA

O sangue luso é, por vezes, inegável, mesmo tendo a personagem em questão nascido no estrangeiro. Boa prova disso foi a Infanta D. Maria das Neves, filha de D. Miguel I. Nasceu no exílio, no castelo de Heubach, na Baviera, sobre terra levada de Portugal, em 1852. Falava português, castelhano, francês, alemão e inglês. Casou em 1871 com o Príncipe D. Afonso Carlos de Bourbon.

Com apenas 19 anos acompanhou o seu marido, irmão do pretendente ao trono de Espanha, Carlos VII, durante toda a campanha carlista de 1872.

Montada no seu cavalo branco, que os "requetés" lhe haviam oferecido, acorria a socorrer os feridos. Até aí tudo era bem visto por todos! Mas a Infanta ultrapassou todas as barreiras, na sua vontade de fazer o bem. Não só se dedicou aos feridos de um lado da campanha mas também aos do lado contrário, não fazendo diferença nenhuma se se tratasse de um companheiro de armas do seu marido ou de um adversário caído! A sua actuação, bem compreensível para quem conhece o Culto do Espírito Santo que se baseia na pureza do cristianismo inicial, tornou-a o anjo bom desta guerra fratricida.

Em 65 anos de casada não se separou do seu marido um dia sequer. Não tendo tido a benesse de ter filhos, entregou-se de alma e coração ao seu marido, às suas pátrias e aos mais necessitados.

O casal compartilhou o gosto de viajar mas, sempre incógnito, pois nenhum deles queria chamar a atenção para as suas origens, preferindo ser tratados como pessoas comuns.

Foi assim que viajaram por toda a Europa, América, África e Ásia, tendo estado várias vezes em Portugal. Sempre que podia falava por-

tuguês, nunca escondendo o amor que seu pai lhe tinha transmitido pelas terras lusas.

Durante a 1ª Guerra Mundial foi enfermeira incansável, expondo muitas vezes a vida nas trincheiras e cidades bombardeadas.

Já viúva e com 84 anos de idade, deu-se a República Espanhola, que se apoderou de Madrid acabando por transformar, não só a capital, mas toda a Espanha, num grande campo de batalha contra a Monarquia, a Igreja e a Ordem. A Infanta de origem lusa não podia ficar quieta a assistir, sem revolta, ao que estava a acontecer. Deu ordens para lhe prepararem a montada e vestiu o seu fato de amazona para entrar a cavalo em Madrid! Chamava-se D. Maria das Neves Eulália Carlota Adelaide Micaela Rafaela Gabriela Gonzaga de Paula Sofia Inês Romana. Os carlistas catalães ainda hoje a têm em muito boa memória! Portugal também!

Gerações de antepassados devem ter olhado para ela com satisfação! Devem ter-se revisto nela e devem-lhe ter transmitido parte da força extraordinária que sempre a acompanhou como um esplendor!

Escreveu as suas memórias e faleceu em Viena de Áustria no ano de 1941 (poucos dias antes do autor deste livro ter nascido no mesmo local).

Fontes:"Portugal, Diccionário Histórico". Esteves e Rodrigues. João Romano Torres & Ca—Editores, Lisboa, 1911.
"Mis Memorias", da própria.

APONTAMENTOS MERECEDORES DE REFLEXÃO

É minha intenção, neste capítulo, deixar o leitor saborear, de modo condensado, a própria forma de expressão usual nos cronistas antigos.

Em curtas palavras, mencionam e descrevem acções recheadas de uma carga que se classifica com um só termo: a Identidade Portuguesa!

"1363: OUSOU NÃO ACEITAR O CASAMENTO PROPOSTO PELO PAPA

D. Maria, Infanta de Portugal, filha primogénita de D. Pedro I e da Rainha D. Constança, nasceu em 1342 em Évora. Casou em 1354 com o Infante D. Fernando de Aragão, assassinado em 1363. Foi-lhe proposto novo casamento. Quem o propôs foi o Papa Urbano V. O noivo seria Frederico III, o Rei da Sicília. D. Maria não aceitou o casamento proposto, seguindo antes as inclinações do seu coração, enamorando-se do genovês M. Badasalo de Spinola, valido de D. Fernando. Este, dissipou-lhe os bens que possuía em Aragão. Abandonada, regressou a Portugal, fixando-se em Aveiro, onde possuía algumas terras.

1449: A PÉ A SANTIAGO

D. Filipa, filha do Infante D. Pedro e da sua mulher D. Isabel de Aragão, nasceu em Coimbra em 1435. Com heroico ânimo suportou a morte de seu pai na batalha de Alfarrobeira (1449). Apesar da sua elevada hierarquia, empreendeu uma peregrinação a pé ao túmulo de Santiago, para obter as indulgências do santo. Foi muito versada em várias línguas e escreveu muitas obras. Recolheu-se no convento de Odivelas onde viveu 17 anos até falecer, em 1497. No séc. XVIII, este

convento ainda guardava um livro da sua autoria, todo manuscrito pela própria mão de D. Filipa e por ela iluminado com imagens e figuras.

1525: TRATOU DAS PRISIONEIRAS INIMIGAS
D. Jinebra de Brito, mulher de António da Silveira (sobrinho do célebre capitão do 1º cerco de Diu), estando prenhe, embarcou para Arzila numa véspera de Natal tempestuosa. Apesar dos perigos do recife, desembarcou nessa noite sã e salva à luz de tochas, e foi levada aos seus aposentos na torre de menagem, justamente a tempo de dar à luz o primeiro filho — uma menina. Como as suas antecessoras, D. Jinebra cuidava dos combatentes na peleja. Enviava muita provisão de vinho, carne, frutas de Natal e galinhas assadas na sua cozinha, para homens que tinham passado ao relento uma noite fria de nevoeiro. Tomava ainda conta das belas captivas e acolhia os mouros trânsfugas, que às vezes apareciam a oferecer os seus serviços, tratando-os com muita honra e gasalhado para que não se arrependessem de terem abandonado os seus naturais. Tal como as outras mulheres dos capitães, parece que vivia contente em Arzila, pois quando os Condes de Redondo regressaram e D. Jinebra e o marido partiram para o reino, foi com lágrimas que ela se despediu.

1548: "CAPITOA Y GOBERNADORA DE LA CIBDADE DE CEPTA"
D. Maria de Eça, esposa de D. Afonso de Noronha, capitão de Ceuta, foi ilustre senhora. Seu marido foi chamado ao reino em 1548 e D. João III encarregou-a de o substituir no governo da praça. De tal missão se desempenhou a nobre dama com zêlo e autoridade, recebendo e expedindo a correspondência oficial, sendo tratada e conhecida por "Capitoa" nos documentos da época: "Ilustrissima Señora Doña Maria d'Eça Capitoa y Gobernadora de la Cibdade de Cepta".

1550: UMA VIDA DE ESTUDO E PIEDADE
D. Leonor de Noronha, filha dos 2ºs marqueses de Vila Real, D. Fernando de Menezes e D. Maria Freire, nasceu em Évora em 1488, onde também faleceu em 1563. Solteira, levou vida de estudo e piedade. Estudou latim com Cataldo Sículo, que teceu rasgados elogios à sua inteligência e aplicação ao estudo. Traduziu do latim (1550-1553)

obras do humanista italiano M. Coccio Saellico, ampliando-as, por vezes. Compôs diversos livros da sua própria autoria.

1552: HEROÍNAS DE MAZAGÃO

"Não he para deixar em silencio as memoraveis façanhas, obradas neste assalto pelas mulheres da Fortaleza; pois para que a África se gloriasse das suas Amazonas, como tanto se tinha jactado a Ásia, animarão em corpos delicados varonís espíritos subindo ao lanço do muro, que corria do baluarte do combate para a parte da Villa, e armadas de lanças não só ofendiam aos inimigos, mas impedião aos cercados a que se não retirassem do combate, soccorrendo a muitos com agua para extinguir o incendio, em que se abrazavão, cujas acções por superiores ao sexo lhe adquirirão na posteridade a gloriosa antonomasia de Heroinas".

Fig. 121:
Polvorinho quinhentista esculpido da parte de bifurcação da haste de um veado. Gravado com a figura de uma senhora. Este polvorinho deve ter sido uma prenda de uma senhora ao seu marido caçador.

1552: PAULINA FERNANDES PELEJOU EM MAZAGÃO

"Não obrarão menos façanhas neste segundo assalto, que no primeiro as mulheres de Mazagão, pois sem distinção de estados, ou idades ministravão aos Soldados pedras, e outras armas offensivas contra os inimigos, e muitas vezes lhas arrojavam valerosamente sem temor da inundação de fogo, que cahia sobre a Praça, singularizando-se entre ellas Paulina Fernandes, que posta na escada do muro defendia com huma chuça não se retirasse algum dos nossos, antes os estimulava com palavras animosas a continuar a peleja".

1580: UMA COMPANHIA DE MULHERES

D. Inês de Sousa, mulher de Salvador Correia de Sá, estava no Rio de Janeiro quando surgiram junto ao baluarte três naus francesas dizendo que iam com uma carta de D. António (Prior do Crato, D. António I de Portugal, então em fuga por ter perdido a batalha de Alcântara contra as forças de Filipe II de Espanha). O capitão Salvador Correia de Sá e a maioria dos homens não se encontravam presentes, tinham ido ao sertão fazer guerra ao gentio. Mas o administrador Bartholomeu Simões Pereira, que havia ficado governando, estava informado da verdade e respondeu aos franceses que se fossem embora, porque já sabia quem era o seu rei. E, porque a cidade estava sem gente e não havia mais nella que moços estudantes e alguns velhos que não poderam ir à guerra do sertão, destes se fez uma companhia e, D. Ignez de Sousa, fez outra de mulheres com seus chapéus na cabeça,

Fig. 122: Vista de Goa numa gravura a cobre de Braun e Hogenberg impressa cerca do ano de 1580. A data de 1509, como sendo a da sua conquista, é incorrecta, pois ambas as conquistas de Goa só se deram em 1510.

arcos e frechas nas mãos com o que e com o mandarem tocar muitas caixas (tambores) e fazer muitos fogos de noite pela praia, fizeram imaginar aos franceses que era gente pera defender a cidade (e até era!), e assim ao cabo de dez ou doze dias, levantaram as ancoras e se foram.

1589: BATEU UM CORSÁRIO INGLÊS

D. Luisa Grinalda, mulher de Vasco Fernandes Coutinho, governou a Capitania de Espírito Santo (Brasil) entre 1589 e 1593, depois da morte do seu marido. Dela se dizia que "aliava a previdência ao método". O corsário inglês Cavendish, que tinha saqueado Santos em Dezembro de 1591, apareceu a 7 de Fevereiro de 1592 frente a Vitória. A capitania reuniu todas as forças ao seu alcance, conseguindo até o apoio importante de Jupiaçu, o cacique dos Goitacases. Não podia permitir que se repetisse a desgraça de Santos. Colocou à cabeça das suas forças o experimentado Azeredo que juntou toda a população para fazer frente aos britânicos, muito bem armados e habituados a vencer. O ataque acabou em grande fracasso para os corsários que pensavam tratar-se de uma presa fácil, por ser uma mulher a governar. O esforço conjunto da população portuguesa e da indígena, causou uma pesada derrota aos adversários.

D. Luisa cumpriu o dever do marido falecido, veio para a corte em 1593, recolhendo-se ao Convento do Paraíso em Évora, onde faleceu em 1626, aos 85 anos de idade.

1597: DEFENDEU PONTA DELGADA

D. Jerónima Moraes, mulher de Gonçalo Vaz Coutinho, ajudou decididamente o seu marido, governador da Ilha de S. Miguel (Açores), quando esta se viu ameaçada pela esquadra inglesa do Conde de Essex. O cronista Damião Froes Perim relata empoladamente os feitos de D. Jerónima.

1620: GUERREOU NO ÍNDICO

"Manuela Coelho...", *diz-nos Damião Froes Perim* "...nascendo humilde se fez illustre pelo valor com que se houve na Índia em uma batalha naval de cincoenta fustas (embarcações a remo e vela) e tres galiotas de mouros, contra hum só navio portuguez de que era capitão Henrique de Macedo." *O cronista, Aires de Azevedo, acrescenta que sem Manuela Coelho* "que dava a pólvora e ministrava tudo o mais, sem dúvida seria rendido o Galeão".

1640:VIÚVA DUM PORTUGUÊS, COMO PORTUGUESA AGE

D. Luísa Antonia de Velesco, espanhola de nascença, já viúva do Conde de Salazar (título castelhano), filha dos Condes de Sástago, veio a casar com D. Francisco de Mascarenhas, o 2º Conde de Castelo Novo. Seu marido serviu nas armadas e em Mazagão. Sendo vedor do rei acabou por receber a nomeação de governador e capitão general de Mazagão, onde viveu muitos anos com sua mulher.

Em 1640 porém, morreu em combate, numa das suas sortidas contra a moirama. Estes quiseram aproveitar a morte do governador da praça e de muitos dos seus homens para rapidamente se apoderarem de Mazagão. Não contaram com a capacidade de liderança da viúva, D. Luísa Antonia, que não só organizou a defesa, como até liderou energicamente toda a acção militar lusa, conseguindo repelir o ataque muçulmano. Manteve a capitania de Mazagão até se designar sucessor e entregou a praça em boa ordem. Cumpriu em pleno a sua tarefa, tal como seu marido teria esperado.

1688: A FÉNIX DOS ENGENHOS

Maria Madalena Eufémia da Glória nasceu em Sintra em 1672. Era neta materna de Alvaro Pires de Távora, Vice-Rei da Índia. Professou em Lisboa, no Convento da Esperança, em 1688. Escreveu diversas

obras com o pseudónimo de Leonarda Gil da Gama. Os seus contemporâneos deram-lhe o epíteto de "Fénix dos Engenhos". Da sua pena saiu um grande número de obras, algumas delas em diversos volumes e em grande parte ainda publicadas em vida da grande poetisa, que faleceu cerca de 1760.

1704: POETISA E MINISTRA
D. Joana Josefa de Menezes, fidalga e escritora, nasceu em Lisboa em 1651, filha de D. Fernando de Menezes, 2º Conde da Ericeira e casou com seu tio, D. Luís de Menezes, 3º Conde do referido título. Foi esta senhora de notável talento a digna companheira, em cultura e nível intelectual, do seu ilustre marido. Aprendeu muito nova latim, italiano, francês e espanhol e seguiu estudos de Retórica e Arte Poética. Foi dama camarista da rainha D. Catarina da Grã-Bretanha, quando a viúva de Carlos II regressou a Portugal. Exerceu 10 anos esse cargo e, quando D. Catarina assumiu a regência do reino, durante a ausên-

Fig. 123: Adaga portuguesa com medalhão esmaltado que mostra a Rainha D. Maria I.

cia de D. Pedro II na campanha da Guerra da Sucessão, confiava aquela princesa, para tratar os negócios mais importantes do Estado, no bom senso e alta inteligência da Condessa da Ericeira, pessoa primacial na corte. Deixou muitas obras escritas e, quando estas estavam relacionadas com pessoas vivas, usava como pseudónimo o nome de Apolinário de Almada, um seu criado. Grande parte da sua imensa obra perdeu-se no terramoto de 1755 mas como muita chegou a ser impressa, por vezes com diversas edições, ainda nos restam muitos testemunhos da sua arte.

1770: PRESA POR OCULTAR A VERDADE

D. Teresa Margarida da Silva e Orta, irmã do escritor moralista Matias Aires (1705-1763), nasceu em S. Paulo, no Brasil, em 1712. Aos cinco anos veio para Portugal. Casou em 1728 com Pedro Jansen Moller, um luso-alemão, tendo voltado para o Brasil onde viveram, no Maranhão.

Viúva aos 40 anos e com 12 filhos, regressou a Portugal onde, sob o pseudónimo "Doroteia Engrácia Tavareda Delmira", publicou "Maximas de Virtude e Formosura" (em 1752), considerado o primeiro romance a surgir na literatura brasileira.

Presa e incomunicável durante quase 7 anos, às ordens do Marquês de Pombal, acusada de ocultação da verdade, escreveu um poema em cinco cantos com mais de 190 oitavas rimadas.

1826: PRESA PELAS SUAS CONVICÇÕES

D. Eugénia Cândida da Fonseca da Silva Mendes, a baronesa da Silva, nasceu em Canas de Senhorim no 3º quartel do séc. XVIII. Era filha de José António da Fonseca, natural de Figueiró dos Vinhos e da sua mulher, D. Perpétua Maria Xavier. Casou com seu tio paterno, João da Silva Mendes, cavaleiro da Ordem de Cristo e abastado negociante de Figueiró dos Vinhos. Senhora de avultados bens e já viúva (seu marido faleceu em 1802), prestou tal concurso ao partido liberal de 1826 a 1828, que esteve presa no tempo de D. Miguel e foi, em 1837, agraciada pelo governo liberal, com o título de "Baronesa da Silva", não transferível. As suas convicções políticas não só a levaram à prisão, como estiveram na origem da morte do seu filho (em 1831, em Paris).

Fig. 124: A revolução de 1820 teve grande adesão entre toda a população.

1844: A FERREIRINHA DA RÉGUA

D. Antonia Ferreira (1811-1896), teve um lugar excepcional entre as grandes empresárias portuguesas. Já o seu bisavô, em 1751, exercia o comércio do vinho do Porto. Seu avô alargou o património agrícola da Casa Ferreira com as quintas do Rodo e dos Montes, tendo sido fuzilado, devido a um trágico equívoco, por uma patrulha francesa, durante a 3ª invasão. Deixou 2 filhos, José e António Bernardo Ferreira, que deram provas de grande visão comercial. Prevendo as consequências do cerco do Porto, durante as lutas liberais, venderam todo o vinho que possuíam em Gaia, assim como as respectivas instalações, aplicando o produto na compra de vinho duriense, que passaram a transportar pela barra da Figueira da Foz, enquanto durou o bloqueio da barra do Douro. A família sempre se distinguiu por uma notável acção social que desenvolveu no Douro, onde efectuou muitas obras, apenas para dar trabalho aos desempregados. D. Antonia casou com seu primo António Bernardo Ferreira (1812-1844), ficando assim nas mãos do casal todo o vasto património da família Ferreira. António Bernardo Ferreira fez importantes obras na Quinta do Vesuvio, transformando-a numa das melhores propriedades do Alto-Douro. Depois da sua morte, começou a extraordinária acção de

D. Antonia Ferreira, a quem chamavam carinhosamente "A Ferreirinha da Régua", como administradora da maior casa agrícola do Douro, tendo continuado a acção social iniciada por seu pai. Teve uma influência enorme em toda a região duriense. Hospedou nas suas propriedades numerosas individualidades notáveis na época, entre as quais o Barão de Forrester, de cuja morte desastrosa foi testemunha. Este fidalgo britânico, apaixonado pelo Douro, morreu afogado quando a sua barcaça se voltou num remoinho do rio que ele tanto amava. A fama da Casa Ferreira e da sua fortuna já chegara a Lisboa e o Presidente do Conselho de Ministros, o Duque de Saldanha, pretendia a mão da filha de D. Antonia para seu filho, o Conde de Saldanha. D. Antonia sondou a sua filha que não estava minimamente inclinada em casar com um político de Lisboa. D. Antonia recusou, o que causou um ruidoso incidente político, com um novo cerco militar do Douro e motivou a fuga de D. Antonia para Londres.
Na História de Portugal, D. Antônia tem peso pela sua capacidade administrativa como empresária. Na História Social, pelas suas acções de ajuda aos desempregados. Nos corações dos portugueses, D. Antonia será sempre lembrada, por colocar a felicidade da sua filha à frente da conveniência política e económica da sua empresa.

Fig. 125: Rara gravura setecentista do Porto mostrando algumas pipas do famoso vinho que levou o nome do Douro a todo o mundo.

Fig. 126: O Marechal Marquês de Saldanha que chegou a enviar o seu exército ao Douro para impedir a saída da "Ferreirinha" que se opunha ao casamento da sua filha com o filho do Marquês.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO DE BEAUCHAMP, *História do Brasil.* Traduzido do francês e impresso em Lisboa em 1817.

ALBERTO PIMENTEL, *Histórias de Reis e Príncipes,* Livraria Gutenberg — Editora. Porto, 1890.

ALEXANDRE LOBATO ALFA, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1752-1763),* Biblioteca da Expansão Portuguesa. Lisboa, 1989.

CHAGAS FRANCO/JOÃO SOARES. *Quadros da História de Portugal,* Edição da Papelaria Guedes, R. Áurea, Lisboa, 1917.

Crónica de D. João III de Francisco de Andrade, Edição da Lello & Irmão Editores. Porto, 1976.

Crónicas dos Reis de Portugal de Duarte Nunes de Leão (1677), Edição de Lello & Irmão Editores. Porto, 1975.

DIOGO BARBOSA MACHADO, *Memórias para a História d'El Rey D. Sebastião.* Lisboa, 1737.

D. JOSÉ BARBOSA, *Catálogo Cronológico, Histórico, Genealógico e Crítico das Rainhas de Portugal.* Lisboa, 1727.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia, Lda. Lisboa/R. Janeiro, c.1950.

ELAINE SANCEAU, *Recortes de Pequena História,* Livraria Civilização. Barcelos, 1964.

ELAINE SANCEAU, *Casos e Curiosidades,* Livraria Civilização Editora. Porto, 1957.

ELAINE SANCEAU, *Mulheres Portuguesas no Ultramar,* Livraria Civilização. Barcelos, 1979.

Embaixada do Conde de Villarmayor, Fernando Telles da Sylva, de Lisboa à corte de Vienna. Na officina de João Diogo Kurner. Vienna. 1717.

ESTEVES e RODRIGUES, *Portugal Diccionario Histórico,* João Romano Torres & C.ª — Editores. Lisboa, 1911.

Fr. ANTÓNIO DE SANTA MARIA JABOATÃO, *Novo Orbe Seraphico Brasilico,* vol. I.

Grandes Portuguesas — As Heroínas de Diu, Edições S.N.I. Lisboa, 1954.

História da Colonização Portuguesa no Brasil, Litografia Nacional. Porto, 1921.

Instituição do Morgadio de Bellas, códice manuscrito em pergaminho, encadernado, 36 páginas, datado de 1501.

ISABEL BRANQUINHO, *Breve Diccionario Histórico de Donas Notáveis,* in Oceanos. Mulheres no Mar Salgado, nr. 21, Janeiro/Março 1995.

JOSÉ CASSIANO NEVES, *Miscelânea Curiosa.* Lisboa. 1983.

LADISLAU BATALHA, *Curiosidades da História Portuguesa,* Livraria Editora Guimarães & Cª. Lisboa.

LUIZ EDMUNDO, *A Corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821),* Imprensa Nacional, 1939.

O Grande Livro dos Portugueses, Círculo de Leitores, 1990.

O Panorama. Volume 3. 1839.

ORLANDO DA ROCHA PINTO, *Cronologia da Construção do Brasil,* Livros Horizonte. Lisboa, 1987.

P. ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portugueza.* Tomo Terceiro. Lisboa, 1712.

PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno,* Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. Lisboa, 1875.

RODRIGUES CAVALHEIRO/EDUARDO DIAS, Memórias de Forasteiros Aquém e Além-Mar, Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1945.

STEFAN ANDRES, *História Bíblica para os Nossos Dias,* Melhoramentos. São Paulo, 1968.

VINCENT MAC NABB, *A Rainha Santa Isabel de Portugal,* tradução de Bernardino de Barros Gomes. Lisboa, 1938.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Outtras obras de
Rainer Daehnhardt
editadas pelas Publicações Quipu

Colecção “FACTOS

Título: HOMENS, ESPADAS E TOMATES

Formato: 17,5 x 24,5 cm

Características: Capa dura com sobrecapa
146 ilustrações a preto e branco
e 5 a cores.

nº páginas: 256

PVP: 4.500$00

Título: PÁGINAS SECRETAS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

Formato: 17,5 x 24,5 cm

Características: Capa dura.
181 ilustrações a preto e branco.

nº páginas: 352

PVP: 5.800$00

HISTÓRICOS"

Título: ACERCA DAS ARMADURAS DE D. SEBASTIÃO

Formato: 21,5 x 30,5 cm

Características: Capa dura.
32 ilustrações a preto e branco e 18 a cores.

nº páginas: 80

PVP: 4.200$00

Título: ACERCA DA VIAGEM DE VASCO DA GAMA

Formato: 21,5 x 30,5 cm

Características: Capa dura.
86 ilustrações a preto e branco.
Inclui Mapa e Cronologia dos Descobrimentos Portugueses

nº páginas: 112

PVP: 4.500$00

Col. "FACTOS HISTÓRICOS"

Edição bilingue (Português-Alemão)

Título: SEGREDOS DA HISTÓRIA LUSO-ALEMÃ
GEHEIMNISSE DER DEUTSCH-PORTU-
GIESISCHEN GESCHICHTE

Formato: 17,5 x 24,5 cm

Características: Capa dura. Obra a cores.
85 ilustrações a preto e branco
(74 em fac-simile) e 48 a cores.

nº páginas: 272

PVP: 7.000$00

Edição bilingue (Português-Francês)

Título: MISSÃO TEMPLÁRIA NOS DESCOBRI-
MENTOS
LES TEMPLIERS ET LES GRANDES
DÉCOUVERTES

Formato: 17,5 x 24,5 cm

Características: Capa dura.
60 ilustrações a preto e branco

nº páginas: 144

PVP: 3.500$00

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Título: DOS AÇORES À ANTÁRCTIDA

Formato: 17,5 x 24,5 cm

Características: Capa dura.
48 ilustrações a preto e branco e
3 mapas exemplificativos em B_4

nº páginas: 128

PVP: 3.500$00

Do mesmo autor em preparação:

- Portugal e a Europa: traídos e burlados
- Do Céu ao Inferno — do Funchal ao Báltico: o maior desastre naval da História (ed. bilingue: Português/Inglês)
- O Homem e a Arma: a humanidade a caminho da auto-extinção?

MULHERES de ARMAS e CORAGEM

ALGUNS FEITOS HISTÓRICOS SURPREENDENTES RELATADOS NESTE LIVRO

O Mundo Português surgiu como obra a dois. Tanto foram as Mulheres como os Homens que o construíram. Muitas portuguesas houve que entraram na peleja não só como ajudantes e enfermeiras, mas até como combatentes.
Por detrás da motivação dos homens sempre esteve o apoio oferecido pelas mães, mulheres e filhas que com eles sonharam, batalharam e sofreram.
Não foram só Mulheres de Armas que se destacaram como a Padeira da Aljubarrota ou Maria da Fonte. Muitas houve que, pela sua inteligência, conseguiram mais do que os melhores dos generais: ganhar batalhas exclusivamente pela demonstração pública da sua coragem e boa vontade. A Rainha Santa Isabel foi bom exemplo desta capacidade lusa de anular a guerra já começada, pacificando ambas as partes a ponto de conseguir um entendimento.
Tanto no mato do interior do Brasil, como nas estepes africanas, no alto-mar, na Índia e no Extremo-Oriente, sempre houve portuguesas extraordinárias cuja obra ainda hoje nos merece reflexão.

Da vila piscatória de Aveiro saiu uma moça em busca da liberdade. Cortou o cabelo e vestiu--se de marujo. Enganando todos, embarcou como grumete numa caravela para Mazagão, onde prestou óptimos serviços de soldado e cavaleiro, destacando-se como um dos melhores combatentes portugueses em África. Só após ter sido perseguida pelas donzelas da praça que a queriam como marido é que resolveu largar o disfarce, então, um crime condenado tanto pela Igreja como pelo Estado. No entanto, acabou por ser absolvida e demitida com todas as honras militares.

Em pleno século XVIII e bem no interior de Moçambique uma portuguesa comandou um exército privado de 6.000 escravos guerreiros.

Uma portuguesa foi obrigada pela família e por representantes da Igreja e do Estado, a casar com um filho do Marquês de Pombal. Casou mas nem por nada deste mundo permitiu que se consumasse o casamento, que acabou por ser anulado e ela, de castigo, foi enviada para um convento onde não podia falar nem contactar com ninguém. Após a queda do Marquês foi libertada e pôde, então, casar com o homem que amava, acabando por ser a mãe do 1º Duque de Palmela.

Para não se sentir inferiorizada em relação ao seu marido e poder condignamente ocupar o lugar que o destino lhe ofereceu como embaixatriz de Portugal em Londres, D. Catarina pediu um ano de licença. Retirou-se e mergulhou nos estudos autodidacticament[illegible] este prazo reapresentou-se à sociedade com profundos conhecimentos de língu[illegible] cultura geral, ao ponto de transformar a lusa Embaixada na Grã-Bretanha nu[illegible] pais locais de reunião dos cérebros mais brilhantes da sua época.

9 789728 408121